

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIA REGINA CAMARGO KREUZ

**MÍDIA E CRIME - UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E
PROCESSO PENAL**

CURITIBA

2016

JULIA REGINA CARMARGO KREUZ

**MÍDIA E CRIME - UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E
PROCESSO PENAL**

Monografia apresentada ao Setor de Artes,
Comunicação e Design como requisito parcial de
obtenção do grau de Bacharel em Comunicação
Social – Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Dalla Costa

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIA REGINA CAMARGO KREUZ

MÍDIA E CRIME - UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E
PROCESSO PENAL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Dalla Costa – Departamento de Comunicação Social

Prof. José Carlos Fernandes – Departamento de Comunicação Social

Prof. Alexandre Knopfholz – Faculdade de Direito do Centro Universitário UNICURITIBA

Curitiba, 13 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Silvia e Artemio, pela possibilidade que me concederam de chegar até aqui, e por me darem o dom de uma vida em que eu sempre pude ser exatamente o que quis.

À minha irmã Letícia, pela fatídica conversa na mesa do jantar que me deu a ideia para este trabalho. Também agradeço pela paciência de revisar cada item que escrevi.

Ao Leonardo, meu irmão, pelos momentos em que um jogo de *vídeo game* e uma conversa amiga me deram o ânimo que eu precisava para seguir trabalhando.

À Dada e à Carol, por fazerem de tudo para deixar a minha vida mais fácil, não só ao longo deste ano, mas em todo o tempo que nos conhecemos.

À Júlia, sempre tão pronta, tão serena e tão presente.

À Rayssa, por toda a ajuda e pelos dois anos de companheirismo e amizade.

Aos meus quatro avós, por me ensinarem a sempre manter a cabeça erguida e não desistir mesmo nos momentos de desesperança.

À minha orientadora, Professora Rosa, por toda a atenção e dedicação a este trabalho.

Ao Professor Zeca, pelos livros emprestados e pelas conversas que abriram minha cabeça.

Ao Professor Alexandre, pela prontidão em ajudar e pelo aceite do convite em participar da banca para este trabalho.

Não menos importante, a Deus.

“O jornalismo é o poder sem trono”

Gabriel García Márquez

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de verificar a incidência de erros jornalísticos no âmbito policial que podem gerar influências na opinião pública e no sistema judiciário brasileiro. Para tanto, serão analisados elementos teóricos do jornalismo, bem como as reações e opiniões da população para com o tema. Também serão trazidos conceitos do Processo Penal, para que seja feita uma ligação da parte jurídica com a área da comunicação e a editoria policial. Documentos que apresentam as normas da profissão jornalística no país e as leis brasileiras são entrelaçados para verificar a relação entre a profissão e a legislação do Brasil. As entrevistas com profissionais que trabalham em jornal impresso, televisão e rádio trazem uma visão mais ampla e prática do que é teorizado ao longo do estudo. Por fim, a análise do caso Tayná, cujo assassinato, ocorrido em 2013, nunca foi solucionado, conclui o encontro entre a parte teórica e prática do estudo das influências da imprensa no jornalismo policial em casos de grande repercussão midiática. A metodologia varia entre elementos de revisão bibliográfica, trabalhos empíricos de entrevista e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Jornalismo policial. Processo Penal. Opinião pública. Caso Tayná.

ABSTRACT

The present work aims to verify the existence of journalistic mistakes in the criminal area that can influence the public opinion and the Brazilian judiciary system. For that, theoretical elements of journalism will be analysed, as well as the reactions and opinions from the population regarding this theme. Concepts from the Penal Process in the country will also be brought to light, in order to connect the juridical part with the communication area, as well as the genre of Police Journalism. Documents that specify the rules of conduct regarding the profession in the country will be intertwined in order to verify the relation between the profession and the legislation in Brazil. The interviews with journalists who work at newspapers, television and news radio stations bring a wider and more practical vision of what has been theorized during this study. At last, the analysis of case Tayná, whose murder, that happened in 2013, was never solved, concludes the encounter between the theoretical and practical parts. The methodology varies between elements of bibliographic revision, empirical work, interviews and analysis of content.

Key words: Police journalism. Penal Process. Public opinion. Case Tayná.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	A NOTÍCIA SOBRE CRIME.....	16
2.1.	O APELO DO CRIME.....	16
2.2.	A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	20
2.3.	ESCOLHA DE PAUTAS E O CONTEXTO DAS CIDADES.....	26
2.4.	O MEDO COMO PARTE DA NOTÍCIA.....	29
3.	CRIME, JUSTIÇA E A OPINIÃO PÚBLICA.....	33
3.1.	PRINCÍPIOS ÉTICOS DO JORNALISMO E A LEGISLAÇÃO	33
3.2.	A OPINIÃO PÚBLICA E A MÍDIA.....	36
3.3.	O JORNALISMO INTERFERE NA JUSTIÇA?.....	39
4.	ROTINAS DE COBERTURA POLICIAL.....	45
4.1.	RÁDIO.....	46
4.2.	TELEVISÃO.....	48
4.3.	JORNAL IMPRESSO.....	51
4.4.	CONSIDERAÇÕES.....	53
5.	O CASO TAYNÁ.....	56
5.1.	METODOLOGIA.....	57
5.2.	ANÁLISE.....	59
6.	CONCLUSÃO.....	74
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM O JORNALISTA DA RÁDIO BANDNEWS FM, NARLEY RESENDE.....	85
	APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM A JORNALISTA DA RIC TV RECORD, HELEN ANACLETO.....	97
	APÊNDICE 3 – ENTREVISTA COM O JORNALISTA DO JORNAL GAZETA DO POVO, FELIPPE ANÍBAL.....	110
	ANEXO 1 - REPORTAGEM DO DIA 23/06/2013 DA GAZETA DO POVO.....	118
	ANEXO 2 - REPORTAGEM DO DIA 03/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	119

ANEXO 3 - REPORTAGEM DO DIA 06/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	120
ANEXO 4 - REPORTAGEM DO DIA 10/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	121
ANEXO 5 - REPORTAGEM DO DIA 11/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	122
ANEXO 6 - CAPA DO DIA 12/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	123
ANEXO 7 - REPORTAGEM DO DIA 12/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	124
ANEXO 8 - REPORTAGEM DO DIA 13/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	125
ANEXO 9 - CAPA DO DIA 15/07/2013 DA GAZETA DO POVO..	126
ANEXO 10 - REPORTAGEM DO DIA 15/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	127
ANEXO 11 - CAPA DO DIA 16/07/2013 DA GAZETA DO POVO.	128
ANEXO 12 - REPORTAGEM DO DIA 16/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	129
ANEXO 13 - CAPA DO DIA 18/07/2013 DA GAZETA DO POVO.	130
ANEXO 14 - REPORTAGEM DO DIA 18/07/2013 DA GAZETA DO POVO.....	131

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo policial brasileiro é controverso. A maneira com que as notícias são construídas deixa margem para discussões envolvendo a Teoria do Jornalismo, os princípios da profissão (tais como a obrigação da checagem de informações, a busca pela imparcialidade, as convenções éticas) e o Processo Penal. Ao longo da História, a imprensa assumiu - e continua assumindo - a posição de protagonista em diversos crimes, nas suas investigações e nos seus ritos processuais

O crime, historicamente, desperta o interesse da sociedade. Autores como Angrimani Sobrinho serão abordados ao longo deste estudo para mostrar que existe uma propensão humana a se relacionar psicologicamente com certos crimes, o que garante a audiência dessa área na mídia. Os índices de criminalidade no Brasil também dão conta de que a atenção ao jornalismo policial é necessária.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹, a taxa de homicídios dolosos no Brasil em 2014 foi de 53.240, uma média de 26,3 a cada 100.000 habitantes. O Paraná, por sua vez, apresentou taxa de 2.515 homicídios nesse mesmo ano, cerca de 22,7 para cada 100.000 habitantes. Já os casos de estupro impressionam ainda mais. A tabela do Fórum de Segurança² mostra que, em 2014, 47.646 casos deste crime foram registrados no país. Esse número representa uma taxa de 23,5 a cada 100.000 habitantes. No Paraná, o número chega aos 3.913 casos de estupro para uma média de 35,3 para cada 100.00 habitantes. Atenta-se, aqui, para o fato de que apenas 35% dos estupros são registrados.

O crime, portanto, é relevante. A imprensa faz seu papel histórico de mostrar esse problema e relatar as diversas formas como ele se apresenta. No entanto, existem falhas nas coberturas e priorizações de determinados assuntos. É comprovado, por exemplo, que o estupro é pouco tratado na imprensa (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 133). Uma pesquisa feita pelo CEsSeC

¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 9, 2015. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, p. 12, São Paulo. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

² *Ibid*, p. 36.

(Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) mostrou que 1,14% das notícias criminais publicadas em nove jornais de três estados se tratava de violência sexual. O dado é do ano de 2004. Homicídios, por outro lado, são uma constante em jornais impressos e online brasileiros. Desse modo, os números atuais justificam a atenção e o destaque dado pela mídia ao crime.

Juntamente com a produção jornalística policial, porém, também existe uma responsabilidade muito grande quanto à exposição dos fatos e a condenação prévia de suspeitos. A imprensa tem a capacidade de mostrar os fatos de maneiras bastante distintas. Este trabalho busca estudar se existe uma influência midiática no andamento dos processos de casos policiais que repercutem na imprensa. O objetivo central é entender de que maneira a cobertura da imprensa vai de encontro aos ritos processuais e a opinião pública em casos de homicídio e violência sexual. Serão analisadas as características da cobertura midiática e será estudado o possível embate entre o Processo Penal e o jornalismo. O pano de fundo do estudo são os princípios fundamentais da profissão, que foram citados anteriormente, e a irregularidade nos ritos processuais dos casos. Busca-se entender se existem situações em que a ética é negligenciada e, desta forma, atrapalha nas questões jurídicas. Além disso, busca-se entender se existe uma desqualificação da vítima em certos casos. O tema se justifica na grande quantidade de exemplos que podem ser encontrados quando se abordam casos de grande repercussões e seus erros judiciais.

O exemplo mais emblemático que pode ilustrar esse problema é o caso da Escola Base, em São Paulo. Em 1994, os proprietários e demais sócios da escola foram acusados de pedofilia. A imprensa reproduziu os dados fornecidos pela polícia e influenciou diretamente na opinião pública. A Escola Base foi decretada e os sócios foram presos de maneira abusiva. Mais tarde, todos foram inocentados. Pelo menos cinco meios de comunicação foram condenados a pagar indenizações aos envolvidos no caso.³

³ IMPRENSA amadureceu após o caso Escola Base, aponta debate. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2014 seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1432195-imprensa-amadureceu-apos-o-caso-escola-base-aponta-debate.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Também deve-se lembrar do caso das Bruxas de Guaratuba⁴. Celina e Beatriz Abagge, acusadas de matar um garoto de 6 anos para um ritual de magia negra em Guaratuba no ano de 1992. Mãe e filha afirmaram que sofreram tortura e violência sexual até serem coagidas a confessar o assassinato. A casa onde moravam na época foi alvo de vandalismo. Apesar de terem sido absolvidas em primeira instância, o júri de segunda instância decidiu por uma condenação (4 votos a 3) no ano de 2011.

Como outro exemplo, é possível citar o caso de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, condenados pelo assassinato de Isabella Nardoni, filha de Alexandre. A cobertura se estendeu por quase três meses em 2011, sendo que no mês de abril daquele ano os meios de comunicação abordaram o caso todos os dias. Alexandre e Anna Carolina foram presos preventivamente, uma medida considerada desnecessária e abusiva por juristas⁵.

Um caso mais recente é o da Dra. Virgínia Soares de Souza⁶, médica do Hospital Evangélico, acusada de eutanásia em 2013. A cobertura durou pelo menos três meses e comoveu a opinião pública no estado e no país. Virgínia responde ao processo em liberdade, mas ficou presa por um mês na época em que o caso veio à tona. Três anos depois, ela responde às acusações em liberdade.

Outro exemplo é o próprio objeto de estudo desse trabalho, o assassinato e suposto estupro de Tayná Adriane da Silva, em Colombo. Após seu desaparecimento, a polícia local prendeu quatro rapazes supostamente responsáveis pelo crime. Eles chegaram a confessar o homicídio e o estupro. Mais tarde, a participação dos quatro foi descartada por exames de corpo e delito. Os acusados alegaram ter sofrido tortura policial até que confessassem. A imprensa local, que dava como certa a participação dos rapazes, imediatamente voltou sua atenção ao delegado responsável pelo caso, que

⁴ PRADO, Antônio Carlos. As bruxas de Guaratuba. **Istoé**, 20 abril 2011. seção Comportamento. Disponível em: <istoe.com.br/133790_AS+BRUXAS+DE+GUARATUBA/> Acesso em: 13 jun. 2016.

⁵ FERNANDES, Fabiano Samartin. Caso Isabella Nardoni: tragédia, comoção e prisão ilegal. **Jus Navigandi**, mar. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11165/caso-isabella-nardoni-tragedia-comocao-e-prisao-ilegal>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

⁶ MÉDICA acusada de acelerar mortes na UTI se diz inocente. **G1**, 9 jun. 2016. Disponível em: <g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/medica-acusada-de-acelerar-mortes-na-uti-se-diz-inocente.html> Acesso em: 13 jun. 2016.

atualmente é um dos suspeitos pelo assassinato de Tayná⁷. A partir deste caso, busca-se entender algumas questões da cobertura midiática no jornalismo policial.

O problema das falhas judiciais se torna ainda mais relevante quando são analisados os números de condenações indevidas no Brasil. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 500 mil pessoas estão presas no país atualmente. Destas, 150 mil (30%) estão indevidamente encarceradas⁸. Esse problema se apresenta há muitos anos. Para citar alguns casos, pode-se comentar a situação dos irmãos Naves, que foram presos por confessarem sob tortura um homicídio. Anos mais tarde, o suposto morto reapareceu na cidade onde eles moravam.

O que se percebe em todos os casos trazidos nesta introdução é que os veículos de comunicação se apressam em encontrar um culpado, e acabam desrespeitando normas éticas e constitucionais, além de negligenciar técnicas básicas de construção da notícia. A necessidade de um personagem que ilustre o horror demonstrado nas matérias e reportagens sobre crimes faz com que a mídia se encarregue de encontrar suspeitos e até mesmo condenar determinados indivíduos. Além disso, a ampla cobertura da imprensa nos casos em certos casos tende a aumentar os fatos, manipulando os acontecimentos através dos recursos do jornalismo. Esta é uma das maiores críticas de jornalistas da área ao seu próprio trabalho. Entrevistas trazidas no livro *Jornalismo Policial - Histórias de quem faz*, dos alunos da Universidade Bandeirante de São Paulo (PAIXÃO, 2010) comprovam esse ponto.

Mais uma questão importante a ser levantada nesta apresentação é a discrepância de opiniões dos jornalistas quanto à possibilidade de ser ou não parcial quando se trata de notícias criminais. Isso fica bastante evidente no livro *Jornalismo Policial - Histórias de quem faz*. Enquanto Robinson Cerântula, por exemplo, afirma que "é possível ser imparcial", além de destacar a obrigação de agir dessa maneira (PAIXÃO, 2010, p. 88), Gil Gomes diz que "sem sentimento não pode" (PAIXÃO, 2010, p. 77). Para ele, não existe jornalismo

⁷ RESULTADOS de pesquisa por notícias de Tayná Adriane da Silva, **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/busca/?q=tayna+adriane+da+silva&cat=b&ss=62ed6efa7ba8d3ba&st=G1&sct=Paran%C3%A1&species=not%C3%ADcias&page=2>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

⁸ IBAIXE, João. Mentalidade encarceradora e presos inocentes. **Revista Jurídica**, seção Reportagens. Disponível em: <revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/75/artigo263293-1.asp>. Acesso em: 13 jun. 2016.

policial sem manifestação de emoção. A maior parte dos jornalistas, porém, parece tender a acreditar na imparcialidade como a melhor ferramenta para se exercer o jornalismo policial. Sabe-se, também, que os princípios éticos da profissão exigem que essa imparcialidade seja sempre respeitada. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 148).

A bibliografia escassa sobre o tema demonstra a importância do levantamento deste assunto. Percebe-se que o jornalismo policial é um bastante abordado na área do Direito, porém pouquíssimo explorado pelos estudos de Comunicação. Além disso, a análise de conteúdo presente nesta pesquisa demonstra que deslizes éticos e jurídicos são cometidos diariamente na produção de conteúdo policial. Desse modo, pode-se justificar a relevância do presente estudo.

Esta pesquisa vai analisar o caso de Tayná Adriane da Silva, uma estudante de 14 anos de Colombo, no Paraná, que foi morta e possivelmente estuprada no ano de 2013. Quatro funcionários do parque onde foi encontrado o corpo da garota foram indiciados pelo assassinato e estupro da garota. O caso ficou marcado pela confiança dos jornalistas nas fontes oficiais. Após a comprovação de que os suspeitos não estavam envolvidos no crime e a denúncia de tortura policial, o delegado responsável pelo caso foi afastado, e hoje é um dos principais suspeitos no próprio assassinato de Tayná.⁹

A metodologia a ser empregada será variada. O ponto principal será a análise de conteúdo. O veículo escolhido é o jornal impresso curitibano Gazeta do Povo. Serão analisadas as edições que trataram do caso Tayná desde a descoberta do desaparecimento da garota até a soltura dos menores supostamente envolvidos e as denúncias de tortura policial vindas posteriormente. Esse período de tempo se resume ao dia 26 de junho de 2013, data da primeira reportagem veiculada na Gazeta do Povo, até 13 de julho, data em que o jornal noticiou o início das investigações sobre suposta tortura dos acusados. Também serão empregados métodos de pesquisa qualitativa, com entrevistas em profundidade com especialistas na área da Comunicação. Além disso, estão presentes neste estudo elementos analíticos da Teoria do

⁹ NEVES, Rafael. Delegado que investigou caso Tayná agora está na lista de suspeitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2013. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/delegado-que-investigou-caso-tayna-agora-esta-na-lista-de-suspeitos-2zx>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Jornalismo, Teoria da Comunicação, da ética jornalística e do Processo Penal, por meio de revisão bibliográfica. Busca-se, dessa forma, traçar um paralelo bem definido entre o papel da mídia e a atuação do Direito e da Justiça em casos de homicídio.

A pesquisa apresentará as Teorias do Jornalismo. À luz de Marcondes Filho e Nelson Traquina, será discutida a maneira como as notícias são construídas, no contexto criminal. As obras dos autores abordam o que é priorizado e o que deve ser levado em consideração na construção de notícias. Também serão utilizados conceitos como o da transparência, de Marcondes Filho, e o da Pirâmide Invertida, de Traquina, para compreender a dinâmica das reportagens de crime. O apelo do jornalismo policial será outra parte deste capítulo. Autores como Anabela Paiva e Sílvia Ramos, Danilo Agrimani Sobrinho e Leticia Cantarela Matheus serão abordados como base para explicar a grande demanda de reportagens sobre crime, especialmente o homicídio, bem como para uma análise da linguagem empregada nessa editoria. Ainda no primeiro capítulo, este estudo trará uma discussão sobre a relevância e o papel do medo na construção das notícias policiais.

A partir de tudo isso, será feito um paralelo com o Processo Penal para mostrar quais são os ritos e normas que geralmente se perdem ou são negligenciados na atuação da mídia. Neste capítulo, as Teorias do Jornalismo e os conceitos éticos da profissão serão postos em paralelo com a área do Direito e da Justiça. Artigos do Código de Ética dos Jornalistas serão relacionados à Lei Máxima do Brasil, para que se entenda os pontos em que o trabalho dos profissionais da comunicação coincide com a Constituição no contexto de notícias sobre crime. O estudo trará autores como Rafael de Souza Lira para entender a mídia na área jurídica, e como os dois campos podem se interligar em determinadas situações.

Levanta-se uma hipótese principal: o despreparo e a confiança em fontes oficiais por parte dos jornalistas levam a erros e omissões na redação de reportagens sobre crimes. Isso aconteceria porque os jornalistas que trabalham na área policial não têm preparação adequada para o campo, e portanto não conhecem todas as instâncias jurídicas. Além disso, uma imprensa sem regulamentação abre margens para abusos e deslizes. Para fundamentar essa hipótese, pode-se trazer ao debate alguns argumentos. Como é trazido por

autores como Paiva e Ramos, por exemplo, não existe uma especialização na área criminal dentro do jornalismo. Isso representa uma falta de preparo que não existe em outras editorias e, portanto, tornaria essa editoria mais suscetível a erros. O trabalho mostrará em quais pontos o campo jornalístico pode entrar em conflito o Processo Penal.

A conclusão principal deste estudo diz respeito à falta de preparo dos profissionais para a área policial. Seria, portanto, preciso capacitar o jornalista que pretende trabalhar nesta área; Deve-se pensar em uma nova maneira de apresentar o jornalismo policial, com profissionais especializados e preparados para as demandas dessa vertente da profissão. Paiva e Ramos afirmam que:

Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto de criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é (...) estratégico para a evolução do Brasil no setor. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 13).

O presente estudo tem como objetivo principal iniciar uma discussão que ainda se encontra muito à margem da academia. Embora muito se fale sobre os perigos do sensacionalismo, faltam ilustrações concretas sobre o problema. Desse modo, busca-se introduzir esta discussão, e trabalhar para que ela passe a ser mais presente nas discussões teóricas, para que possa apresentar melhoras na qualidade prática, nas redações e nas reportagens.

2. A NOTÍCIA SOBRE CRIME

Para dar início a esta pesquisa, é importante trazer alguns conceitos que ajudam a entender a configuração atual do jornalismo de "segurança pública", como é chamado. Neste capítulo, algumas noções da sociedade atual serão aliadas à ideia de cultura de massa para que se possa entender por que o crime ainda tem, depois de tantas fases do jornalismo, influência no imaginário das pessoas. Neste ponto da análise também não poderia faltar um resumo das Teorias do Jornalismo mais conhecidas, e seu papel na construção de notícias nessa editoria. Posteriormente, discute-se como são priorizados os assuntos que serão tratados na área policial ou de segurança pública, ou seja, a escolha de pauta, e a grande influência que a configuração da cidade tem nessas escolhas. Por fim, julga-se interessante entender a interferência tomada pelo medo nas páginas dos jornais e na sociedade brasileira. Existem autores que garantem que o medo é utilizado no jornalismo policial e de segurança pública de maneira a modificar o comportamento cotidiano do leitor.

2.1. O APELO DO CRIME

O escritor e jornalista Percival de Souza, afirma que "a criminalidade acompanha a sociedade como a sombra acompanha o corpo". (PAIXÃO, 2010, p. 11). É importante tratar dos motivos pelos quais a criminalidade e a violência são temas que estão sempre presentes, tanto na sociedade quanto no imaginário de cada indivíduo.

Para entender como se dá o apelo das notícias sobre crime e a forma como elas são construídas atualmente, em primeiro lugar deve-se atentar para a ideia de que a sociedade atual vive em busca de entretenimento. (VARGAS LLOSA, 2013, p. 29). Esse conceito engloba o que é chamado por Mario Vargas Llosa de civilização - ou sociedade - do espetáculo. O autor afirma que o jornalismo atual, com sua priorização a assuntos chocantes ou de entretenimento puro e simples, ajudou a criar essa sociedade. (VARGAS LLOSA, 2013, p. 59).

O francês Guy Debord, no fim dos anos 1960, já utilizava o termo "sociedade do espetáculo". Para ele, o espetáculo se traduz pelo resultado e

pelo projeto dos modos de produção da sociedade atual. (DEBORD, 1967, p. 15). Nesses modos de produção, pode-se incluir o jornalismo. Além disso, Debord aponta que a necessidade da sociedade pelo espetáculo (ou pelo entretenimento, como chama Vargas Llosa) transforma todas as produções em mercadorias. (DEBORD, 1967, p. 32). Aqui, pode-se fazer um paralelo com o que será discutido nas teorias do jornalismo mais adiante nesta análise. Segundo Traquina, com o desenvolvimento social e econômico, o trabalho jornalístico passou a ser visto justamente como um produto comercial, uma mercadoria. (TRAQUINA, 2004, p. 59). Traçando-se um paralelo entre os dois pensamentos, pode-se sugerir que o trabalho jornalístico seguiu o fluxo da sociedade do espetáculo, e passou a ser outra fonte de entretenimento, como denominado por Vargas Llosa.

Aqui, também deve-se trazer a noção de cultura de massa e suas influências, abordadas por Muniz Sodré. De início, Sodré busca a explicação para a formação de uma cultura de massa que pode ser relacionada à sociedade do espetáculo de Vargas Llosa. Ele afirma que, no Brasil, o fato de sermos um país em desenvolvimento coopera para a formação de uma cultura voltada para o entretenimento ou para o espetáculo. (SODRÉ, 8. ed. 1980, p. 8). Muniz Sodré também afirma que a comunicação de catástrofes e fatos grotescos desperta grande interesse nas massas, e mexe com o que chama de "imaginação coletiva". O autor utiliza a palavra "escatologia" para descrever essa característica da cultura de massa brasileira. A crença no pós-morte e a imaginação dessa situação fazem parte da sociedade brasileira, e influenciam de maneira direta na comunicação de casos violentos ou grotescos. (SODRÉ, 8. ed. 1980, p. 37).

Essas questões foram o que levou a uma priorização da sociedade atual pelo entretenimento e, mais especificamente, pela violência como entretenimento. Isso é melhor explicado por Angrimani Sobrinho. O autor busca em Freud a explicação para o grande apelo da violência para o ser humano. O autor traça algumas teorias sobre o grande interesse da sociedade nas notícias criminais. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 25). Para ele, o leitor se relaciona facilmente com a morte e a violência tratadas nas páginas dos jornais. Isso porque a configuração do jornal juntamente com o leitor, mais o elemento da morte causa uma espécie de êxtase, uma "jubilação", em que a

morte de um indivíduo desconhecido se torna um “espetáculo”. Isso seria extremamente atraente ao interlocutor. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 56).

Outro ponto trazido por Angrimani é a representação da iminência do fim da vida. O autor cita Bataille para corroborar essa afirmação, argumentando que "o cadáver impressiona por lembrar aos vivos 'a imagem de seu destino'". Segundo Angrimani, "o leitor, então, recebe um choque, imaginando que amanhã poderá ser a vez dele". Isso pode, portanto, demonstrar o que é trazido por Mario Vargas Llosa, que afirma que o jornalismo atual contribui para uma espetacularização das notícias. (VARGAS LLOSA, 2013, p. 59). Ao ler as páginas dos jornais, carregadas de relatos espetacularizados, o leitor enxerga a morte, a catástrofe e a violência como um fetiche interiorizado. (VARGAS LLOSA, 2013, p. 50). Posteriormente, o leitor se sente satisfeito e aliviado por não ter sido ele o ser humano retratado nas páginas daquele jornal, e, por fim, ocorre a percepção e mesmo o temor de que a morte é iminente da condição humana. Ao acompanhar o noticiário de Polícia, portanto, o espectador passa por esses estágios. Isso explica o grande apelo desse tipo de cobertura desde os primórdios até os dias atuais. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 56). Nesse ponto, deve-se destacar o papel primordial do medo na construção das notícias. A autora Letícia Cantarela Matheus (2013) traz a ideia de que essa sensação de medo e catarse, amplamente detalhados por Angrimani Sobrinho, são utilizados através de recursos sensacionalistas pelos veículos de comunicação para impactar e atrair o espectador.

O jornalista policial Afanasio Jazadji, entrevistado no livro *Jornalismo Policial: Histórias de quem faz*, corrobora o que é trazido por Angrimani. Para ele, o que atrai as pessoas ao crime é "a curiosidade mórbida que existe em cada um de nós". O jornalista afirma que, quando se trata de morte por si só, a curiosidade humana é naturalmente aflorada. "Além da curiosidade natural, quando o caso é policial, aflora também a morbidez". (PAIXÃO, 2010, p. 109).

Muito embora o interesse humano seja uma constante, as maneiras de realizar a cobertura policial passaram por inúmeras mudanças ao longo do tempo. Atualmente, existem jornais que priorizam uma vertente mais sensacionalista, mas os principais veículos em funcionamento fazem uma cobertura mais sóbria, menos gráfica ou explícita (RAMOS e PAIVA, 2007, p.

15). Posteriormente, será tratado o motivo dessa perda de espaço das coberturas sensacionalistas.

Hoje em dia, os jornais que ainda utilizam de recursos como *fait divers* - que podem ser explicados como imagens chocantes de cadáveres, com sangue e outros elementos visuais espetaculares, seguidos de frases curtas de efeito. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 25) - ou textos chamativos e imagens explícitas são considerados "populares". Cantarela Matheus define os jornais atualmente chamados de sensacionalistas simplesmente como os veículos que ainda priorizam a superexposição da violência. (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 32). Já os jornais que optam por coberturas menos passionais são denominados "sóbrios". (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 54). Para citar um exemplo no estado do Paraná, pode-se trazer a própria Gazeta do Povo, jornal que é objeto de estudo desta análise.

A construção dos estilos jornalísticos, e a divisão entre jornais populares e "sóbrios" é dada a partir da linguagem jornalística. A priorização de termos novelescos, por exemplo, caracteriza um jornal popular. Falas mais técnicas e menos punitivistas são características de jornais "sóbrios". (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 54). É a linguagem, portanto, que muda entre os jornais e suas linhas editoriais. Neste ponto, é importante atentar para Letícia Cantarela Matheus, que afirma que mesmo os jornais considerados sóbrios se utilizam de linguagens sensacionalistas em determinados momentos. (CANTARELA MATHEUS, 2011, p. 35). Para Angrimani, "(...) a morte 'como espetáculo' (Baudrillard) interessa a todos, igualitariamente, independente do nível cultural ou econômico de cada pessoa" (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 54).

Angrimani traz a fórmula que é geralmente utilizada nos jornais sensacionalistas:

O que vai fazer com que o mercado se divida e haja um público exclusivo para o veículo sensacionalista é a linguagem, a linguagem editorial que é a forma de se destacar uma foto, tornar o texto mais atraente, enfim, a busca de um equilíbrio entre ilustração e texto, além da preferência por matérias originadas de *fait divers*, em detrimento de temas político-econômico-internacionais que servem como estímulo predominante ao jornal informativo comum. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 54).

Os jornais chamados de sóbrios são considerados mais modernizados na cobertura policial. Ramos e Paiva afirmam que essa modernização ocorreu a partir da diminuição de elementos como os trazidos acima por Angrimani, ou seja, pela modernização da linguagem. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 17). Atenta-se, novamente, a Cantarela Matheus para reforçar que até mesmo os jornais sóbrios podem se valer de artifícios considerados sensacionalistas durante coberturas de casos policiais. (CANTARELA MATHEUS, 2011, p. 35).

Esses elementos de sensacionalismo e o apelo do crime são, não raro, utilizados pelos jornais para atrair o espectador às suas notícias. A catarse, o medo e as demais sensações detalhadas ao longo desse estudo são explorados por meio da linguagem jornalística e do uso de elementos sensacionais, mesmo nos jornais mais “sóbrios”. No entanto, essa exploração depende do acontecimento, do tipo de crime. Não são todos os assuntos que valem essa atração, e não são todos os textos que pretendem ter um impacto catártico. A maneira como são construídas as notícias para a utilização desses recursos, dentro do contexto do crime, será melhor abordada nos subcapítulos que seguem.

2.2. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

A partir do entendimento de que o crime tem grande apelo ao espectador e pode ser utilizado para atrair a atenção do interlocutor, pode-se começar a construir uma espécie de fórmula que explique de maneira satisfatória como são construídas as notícias sobre crimes nos jornais sóbrios - que são objeto de estudo deste trabalho. Para isso, primeiramente busca-se nas Teorias do Jornalismo as características da elaboração de notícias atualmente. Será citada especialmente a obra de Nelson Traquina, que apresenta as principais teorias a serem abordadas, assim como a de outros autores que complementam tais conceitos. Após feita essa recapitulação das teorias, o estudo pretende selecionar os principais pontos de cada uma delas e identificar suas características no trabalho jornalístico diário. No capítulo que segue, serão traçadas as rotinas de cobertura policial em diferentes meios de comunicação por meio de entrevistas com profissionais da área. Desse modo,

será possível, à luz das teorias, traçar semelhanças e diferenças entre a cobertura de cada veículo, bem como suas particularidades.

Em primeiro lugar, deve-se entender a noção da notícia como produto (TRAQUINA, 2004, p. 59). A partir do momento em que a imprensa começou a ganhar espaço e leitores, as informações se transformaram em uma espécie de mercadoria, que, além de informar, também serviria para atrair mais pessoas à leitura. É importante, dentro dessa lógica, trazer a discussão de como priorizar o que é mais relevante, ou seja, o que tem mais "valor-notícia", mais apelo ao público. Para ilustrar essa relevância, no caso do jornalismo policial, pode-se trazer novamente os conceitos de Angrimani Sobrinho. O que teria maior "valor-notícia" é o assunto com mais apelo ao interlocutor, que pode despertar mais interesse.

Outra noção importante para esse momento é o da "rede noticiosa" (TRAQUINA, 2004, p. 189). Trata-se da construção de fatores, de ferramentas, que colaboram para a identificação e fabricação de notícias, ou de acontecimentos com um alto grau de noticiabilidade. A rede noticiosa é um conceito trazido pela Teoria Interacionista (TRAQUINA, 2004, p. 181), que será abordada com maior profundidade, juntamente com as outras Teorias do Jornalismo, mais adiante neste capítulo.

Por fim, atenta-se também para o conceito mais clássico e importante da produção jornalística: o *lead*. Adelmo Genro Filho caracteriza o *lead* como uma concentração dos fatos mais importantes no início da matéria, no primeiro parágrafo. Isso garante uma condensação dos fatos e otimização dos fatos. Porém, para o autor, a presença do *lead* também retira dos acontecimentos a singularidade, a particularidade. Essa ferramenta, portanto, transforma a notícia em algo fabricado pelas empresas de comunicação, e se assemelhando ainda mais a um produto, ou a uma mercadoria. "Os fatos não aparecem decompostos analiticamente, pois isso produziria uma descontração e até dissolução do aspecto fenomênico e singular do evento". (GENRO FILHO, 1987, p. 137).

As teorias mais antigas do jornalismo trazem a profissão como uma representação absoluta da verdade. O maior exemplo é a Teoria do Espelho (TRAQUINA, 2004, p. 146), que defendia que o jornalismo era justamente o espelho da realidade vivida. Essa teoria é considerada a mais antiga da história

da comunicação ocidental, e pode ser datada do século XIX. Traquina atenta para a ideia de que, de acordo com a Teoria do Espelho, o comunicador é um "agente desinteressado", cuja única função e único objetivo é retratar os fatos, exatamente como eles ocorreram. O jornalista deve, portanto, separar os fatos das opiniões. (TRAQUINA, 2004, p. 147). Atualmente, Marcondes Filho aponta uma tendência que se assemelha à Teoria do Espelho. O chamado Mito da Transparência seria um fenômeno vindo com as novas tecnologias e a sensação de "visibilidade total" trazida por elas. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 112). O Mito da Transparência será abordado com mais profundidade em seguida.

Sabe-se que a Teoria do Espelho foi rapidamente descartada pelos estudiosos por não considerar aspectos de construção social, cultural, política e ideológica dos jornalistas (TRAQUINA, 2004, p. 149). Em seguida surge, então, uma teoria que serve melhor ao que ocorre na realidade, mas que ainda assim não explica de maneira satisfatória o processo de construção da notícia. A Teoria do Gatekeeper, trazida nos anos 50 por David Manning White, trata justamente da seleção por parte dos profissionais sobre o que vale ou não ser transformado em notícia. Nessa teoria, defende-se que o jornalista se utiliza de elementos ideológicos, noções pré-construídas em sua vivência e juízos de valor próprios para fazer essa escolha. As notícias que são escolhidas, passam, então, pelo "portão", e as que são descartadas acabam morrendo antes de se tornarem informação (TRAQUINA, 2004, p. 150).

A Teoria do Gatekeeper acaba não sendo suficiente para explicar o processo de construção da notícia, pois deixa de lado alguns aspectos importantes da realidade em que se encontra o jornalista. A mais importante delas diz respeito ao fato de que o comunicador é também um funcionário, trabalhando para uma empresa que se sofisticou, se profissionalizou, especialmente no século XX. Apesar, então, de ter suas convicções e ideologias próprias, existem noções burocráticas e organizacionais decorrentes do trabalho em uma empresa. Surge, nesse momento, a Teoria Organizacional (TRAQUINA, 2004, p. 152), que coloca o jornalista justamente nesse contexto de corporação. Iniciada por Warren Breed, essa teoria defende que existe um "controle de redação", criado justamente para defender os interesses da empresa que emprega os jornalistas. A partir daqui, pode-se começar a

entender por que alguns assuntos são mais priorizados que outros. Mais além, esses temas serão tratados mais especificamente, com ênfase no contexto dos crimes, que é o estudo desse estudo. De acordo com a Teoria Organizacional, portanto, o jornalista (ainda que inconscientemente) dá prioridade ao que é de interesse ou de linha editorial do jornal, ao invés de selecionar a partir das suas ideologias, como é proposto pela Teoria do Gatekeeper.

Nesse contexto, em 1970 surge a Teoria da Ação Política. Embora seja importante mencionar as ideias propostas por autores como Hall e Barthes, citados por Traquina, essa não é a teoria mais relevante para este trabalho. Em resumo, a Teoria da Ação Política sugere que todos os meios de comunicação agem com intenções políticas em sua maneira de apresentar as notícias. O que se pode considerar relevante, nesse ponto, é justamente a ideia de que os meios de comunicação são considerados instrumentais, e guiam a informação a partir de interesses políticos. (TRAQUINA, 2004, p.162, p. 163).

As teorias que seguem, chamadas de Construcionistas, são, por sua vez, algumas das mais relevantes para este trabalho no que diz respeito à construção das notícias na sociedade atual. (TRAQUINA, 2004, p. 168). Essa vertente pensa nas notícias justamente como uma construção, e nega a ideia de que as notícias são um espelho da realidade. Isso porque elas ajudam a construir a própria realidade, além de ser, de acordo com esse estudo, impossível transformar a linguagem em algo inteiramente preciso e, por fim, porque os meios de comunicação sempre trarão noções mais próximas do seu campo ideológico. Pode-se traçar, então, um paralelo entre a Teoria Organizacional, a Teoria da Ação Política e as Teorias Construcionistas.

Existe, de acordo com as Teorias Construcionistas, uma "dimensão cultural das notícias" (TRAQUINA, 2004, p. 170). Neste trabalho, essa noção será tomada como base para a análise de caso que segue. Desse modo, as notícias não são consideradas uma representação da verdade, mas uma "história" criada a partir de fatos. É importante ressaltar, como faz Traquina em seu texto, que a notícia como história não significa que ela é uma obra de ficção. (TRAQUINA, 2004, p. 169). Pode-se dizer, com efeito, que quando se admite que o processo de construção das notícias não representa a realidade em sua essência, é mais fácil entender por que as notícias são como são.

Em seguida, passa-se a discutir outra teoria bastante relevante para o presente estudo: a Teoria Estruturalista. Para essa vertente, encabeçada por Stuart Hall nos anos 70, a construção de notícias depende de três fatores, como sugere o nome, estruturais. São esses fatores: a organização burocrática presente nos meios de comunicação de massa, a identificação dos valores-notícia e a construção da notícia em si, tendo em mente uma contextualização e construção cultural da sociedade em questão (TRAQUINA, 2004, p. 175). Essa teoria, portanto, incorpora certos aspectos das teorias construcionistas, e da teoria da ação política, mas acrescenta que, além de existir uma burocracia dos media a ser respeitada, há também algo chamado por Traquina de "autonomia relativa dos jornalistas". Muito embora o jornalista seja um funcionário cumprindo um papel dentro da empresa em que trabalha, essa empresa não necessariamente determina, de maneira consciente ou inconsciente, o processo de construção da notícia realizado pelo profissional. A construção da notícia tem um caráter muito mais social, de acordo com os autores estruturalistas. A notícia é construída em decorrência da sociedade e a sociedade é moldada também pelas notícias.

Assim, para os defensores dessa teoria, o processo de produção de notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. (TRAQUINA, 2004, p. 177).

A teoria seguinte, que fecha o ciclo de teorias relevantes para esse estudo, é a Teoria Interacionista. Datada dos anos 80, estudiosos como Wolf e Tuchman defendiam que a prática jornalística é sempre refém do "fator tempo". (TRAQUINA, 2004, p. 180). Os horários de fechamento das redações provocam uma determinada tendência para que se consiga abranger todos os fatos noticiosos cotidianamente. O grande desafio seria, então, formar uma rede noticiosa - conceito abordado anteriormente neste capítulo - que não negligenciasse nenhum local e nenhum momento. Deve-se então pensar na "ordem no espaço". (TRAQUINA, 2004, p. 181). Isso consiste primeiramente em dividir áreas de responsabilidade territorial dentro do jornal, seja por meio de praças ou sucursais. Posteriormente, os jornais também produzem "sentinelas" que "do ponto de vista dos valores-notícia, produzem

acontecimentos julgados com noticiabilidade". Por fim, ocorre também a especialização de temas dentro das redações, formando as editorias e seus determinados responsáveis. (TRAQUINA, 2004, p. 182).

Além da "ordem no espaço", a Teoria Interacionista também mostra a necessidade de se pensar a "ordem no tempo". Existe, então, um horário de funcionamento definido das redações, pois é o horário em que há maior probabilidade de se ocorrerem os fatos noticiosos. Caso ocorra algo noticiável fora desse tempo, porém, um repórter deve se deslocar até o evento. Isso deve, no entanto, ser plenamente justificável. (TRAQUINA, 2004, p. 183). Outro fenômeno decorrente do pensamento da "ordem no tempo" são as tentativas dos *mass media* de "planejar o futuro através do seu serviço de agenda que elabora a lista de acontecimentos previstos, permitindo assim a organização do seu próprio trabalho com certa antecendência". Por fim, as empresas jornalísticas tentam alcançar a ideia de ordem no tempo pensando no próprio *lead*. "(...) o ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, têm como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas". (TRAQUINA, 2004, p. 184). Essa declaração será de bastante interesse para o presente trabalho no capítulo que segue.

Alguns pontos de cada teoria serão priorizados para que se possa pensar no fenômeno de construção de notícias atualmente. Em primeiro lugar, observa-se que a Teoria Estruturalista mescla a Teoria do Gatekeeper e a Teoria Organizacional. É o jornalista, então, quem decide se existe valor-notícia em cada acontecimento. Mas deve-se considerar, também, o fato de que esse profissional está inserido em uma lógica hierárquica e burocrática, na empresa para a qual trabalha. A Teoria Estruturalista, portanto, é relevante quando traz as premissas de que o jornalista, além de ter uma ideologia própria, acaba representando os interesses dos *mass media*, mesmo que de forma inconsciente.

A divisão por editorias, tratada especialmente na Teoria Interacionista, é outro fenômeno do jornalismo moderno que merece ser tratado com mais atenção neste momento. Essa divisão é uma tentativa de especializar os profissionais, uma forma de garantir uma produção jornalística mais ágil e de maior qualidade. No caso da editoria de Polícia, que é o foco deste trabalho,

essa especialização nunca teve prioridade. Embora jornalistas e especialistas da comunicação afirmem que isso garantiria uma cobertura mais precisa e com menos erros de apuração (muitos destes erros já foram tratados na introdução), não existe o interesse das redações em investir na especialização de jornalistas policiais. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 26).

Outro ponto importante a ser destacado é a ideia vinda da Teoria Construcionista de que os valores-notícia são decididos através de uma interação sócio cultural. O coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Guilherme Canela, traz uma reflexão parecida do ponto de vista prático. Em depoimento concedido ao livro *Mídia e Violência*, de Ramos e Paiva, ele afirma que a visão de mundo dos profissionais é um fator importante na priorização das coberturas pelos jornais.

A presença majoritária, nos grandes veículos, de jornalistas brancos, de classe média e alta, formados por um número restrito de universidades, pode contribuir para a construção de visões de mundo bastante similares e limitadas. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 144).

Os assuntos priorizados, além de passarem pela ideologia do repórter e pela linha editorial da empresa de comunicação, também têm outro tipo de seleção, feito pelos próprios leitores. Guilherme Canela atenta para isso em seu depoimento, mas afirma que, muitas vezes, os *media* usam essa máxima para realizar uma cobertura menos contextualizada ou mais superficial, especialmente na área policial. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 145).

2. 3. ESCOLHA DE PAUTAS E O CONTEXTO DAS CIDADES

Verifica-se que a configuração urbana também tem grande relevância nessa priorização de assuntos pela mídia. Busca-se, a partir disso, identificar quais são os temas de maior atenção nas empresas de comunicação quando se trata de crime e violência. Letícia Cantarela Matheus afirma que a cidade dialoga constantemente com as mídias e os assuntos que serão tratados por elas. Para ilustrar melhor esse ponto de vista, a autora compara a configuração das cidades com um texto. "Se a cidade pode ser tratada como um texto, ela dialoga permanentemente com os medos e seus habitantes, o que influencia

sua configuração espacial, bem como as relações sociais travadas no ambiente urbano". (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 24). Sua pesquisa também traz o conceito de "medo midiático", que será tratado mais especificamente em seguida. Para ela, o medo midiático também tem diferenças quando verificado em diferentes áreas da cidade. (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 25).

A consequência mais relevante da influência da configuração urbana na cobertura policial do Brasil é a diferenciação entre crimes que envolvem pessoas pobres e crimes que envolvem pessoas ricas. "A escolha das pautas se baseia na linha editorial dos veículos que, na maioria dos casos, privilegia a cobertura de bairros nobres das cidades onde estão concentrados seus leitores". (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 79). É perceptível, portanto, que nos jornais de grande circulação existe uma tendência a diferenciar crimes ocorridos em áreas mais privilegiadas e, por vezes, negligenciar o que se passa com as camadas menos favorecidas da sociedade. O jornalista Josimar Jozino dá o exemplo do parricídio. Enquanto essa notícia não tem muita relevância aos jornais caso venha de uma área pobre ou periférica da cidade, se ocorrer em uma zona nobre vale a primeira página do jornal. É o caso de Suzane von Richtofen¹⁰, condenada por mandar matar os pais. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 80).

Caco Barcellos, também em depoimento ao livro *Mídia e Violência*, atenta para a diferença de tratamento dada a criminosos pobres e ricos nas notícias.

Os poderosos costumam receber um tratamento correto. A imprensa ouve seu advogado; dá suas explicações sobre o crime - dá-lhe, enfim, chance de defesa. Mas não segue a mesma rotina quando os criminosos são de baixa renda. Esses, de cara, viram bandido. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 84).

Em segundo lugar, os assuntos propriamente ditos também passam por uma seleção. Dessa forma, existem temas mais comuns e recorrentes na parte policial dos jornais. A diferenciação do tema também ocorre de acordo com o local da cidade em que o crime aconteceu. Para citar um exemplo, o crime organizado e o combate ao tráfico de drogas têm ampla atenção na

¹⁰ Suzane Von Richtofen foi condenada a 39 anos de reclusão por ter arquitetado, juntamente com os irmãos Cravinhos, o assassinato dos pais.

mídia, enquanto que a violência contra a mulher, casos de estupro, violência contra homossexuais e crianças não ganham tanto destaque. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 135). A cobertura desses assuntos só ganha força quando algo no caso foge do normal. (RAMOS e PAIVA, 2007, p; 134). No caso Tayna, que será analisado posteriormente, os elementos nebulosos do acontecimento levaram a mídia a dar uma atenção maior à história. Não fossem todas as dúvidas envolvendo o caso e a sensação de medo que ele deixou na sociedade, ele seria classificado apenas como outro assassinato e crime de violência sexual.

O jornalista, então, está sempre atento ao que transforma o valor-notícia daquela situação. Aqui, pode-se traçar um paralelo com a Teoria Interacionista, que afirma que, na rede noticiosa, existem as "sentinelas" que buscam informação e noticiabilidade nos acontecimentos.

Por fim, um elemento da Teoria Interacionista parece ser o mais relevante para se entender a construção das notícias atualmente. A questão do fator tempo. Atualmente, as redações são pautadas quase que majoritariamente ao redor do fechamento dos jornais ou das próximas edições. Isso tem gerado um dos fenômenos mais criticados no jornalismo dos dias de hoje: a superficialidade. Marcondes Filho cita Stepczynski para ilustrar justamente isso. O autor afirma que, por falta também de experiência, mas especialmente por falta de tempo nas rotinas diárias de produção da notícia, os jornalistas não têm condições de questionar o trabalho que fazem ou as respostas que recebem em entrevistas, por exemplo. Isso porque os profissionais atualmente conhecem muito pouco do assunto que devem cobrir. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 61).

O pensamento das notícias como produto, como mercadoria, somado ao fator tempo, contribui ainda mais para a produção de conteúdo superficial pelos *mass media*. A tendência é noticiar os fatos - mais especificamente para este trabalho, os crimes ou a violência - mas não pautar a sociedade a pensar sobre as causas do problema. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 25). Marcondes Filho traz outro ponto importante para discussão quanto a essa falta de aprofundamento. O fato de que as tecnologias são uma forma instantânea e contínua de propagar a informação traz um aspecto ainda mais urgente para a produção de conteúdo.

A produção informatizada diária e contínua de um jornal tende a triturar os fatos - inclusive as análises -, transformando-os em um produto - apesar da aparência atraente, inodoro, incolor, insosso. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37).

Esse fenômeno é agravado pela necessidade do *lead*. Sabe-se que essa maneira de se construir a notícia garante maior aproveitamento do tempo e é o principal combustível para um pensamento das notícias como produto. Deve-se, portanto, mencionar o *lead* nessa reflexão, como trazido por Adelmo Genro Filho em sua obra.

Por fim, deve-se atentar para um conceito relevante de transparência trazido por Marcondes Filho. O autor afirma que, nessa nova era movida pelas tecnologias, todos os conceitos de ideologia acabam se perdendo na construção das notícias. Marcondes Filho chama esse momento de "era de visibilidade total". Isso gera, segundo ele, o chamado "mito da transparência". Os jornalistas passaram a se concentrar exclusivamente em fornecer os fatos, na maior quantidade possível e o mais rápido possível. Existe, portanto, uma busca incansável pela verdade, que pode se assemelhar às ideias inalcançáveis da Teoria do Espelho. Essa busca, no entanto, não tem o objetivo de trazer reflexões mais profundas para os problemas sociais. Isso é o que Marcondes Filho chama de Mito da Transparência.

Não importa mais a concepção política que eu tenho, a ideologia, minhas ideias subversivas ou meus planos de revolução. Tudo isso é neutralizado pela informação gratuita, volumosa, massacrante, na qual qualquer um pode falar o que quiser, sem prejudicar ninguém. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 112).

Mais adiante, este trabalho abordará justamente as consequências da informação em quantidades massivas e da superficialidade registrada atualmente no jornalismo. Antes disso, é interessante apontar outras características da notícia sobre o crime e da cobertura policial.

2.4. O MEDO COMO PARTE DA NOTÍCIA

Presente no cotidiano como sensação de ordem social, o medo se apresenta de diversas formas na realidade atual. Em primeiro lugar, deve-se

atentar para as diferentes definições de medo e entender o que é relevante quando se pensa em sua presença na sociedade. Depois disso, será trabalhado o conceito de medo midiático de Cantarela Matheus, para que se possa entender os efeitos do medo como fator da vida social no Jornalismo.

O livro *Ensaaios Sobre o Medo*, organizado por Adauto Novaes traz algumas dessas noções. O Professor da Universidade de Paris X, Francis Wolff, acredita que o medo pode ser definido como uma emoção ligada a algo futuro. Trata-se de uma dor, ou uma preocupação com algo que pode vir a acontecer e prejudicar de alguma forma a integridade física ou mental do indivíduo. (NOVAES, 2007, p. 20). O autor do texto coloca esse sofrimento antecipado como algo negativo:

Visto de fora, considerado friamente, o medo parece um sentimento estranho: provamos de uma dor (já que o medo é desagradável, doloroso, às vezes insuportável) enquanto nada existe, naquele momento, que possa causar essa dor. Apenas uma dor potencial - até mesmo uma dor ilusória. (NOVAES, 2007, p. 20).

Já o Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) João Luiz Vieira, no mesmo livro, afirma que o medo é um instinto de sobrevivência, um estímulo positivo que serve para deixar o ser humano em um estado constante de alerta. Ambos os autores concordam ao afirmar que o medo serve prioritariamente para evitar, prevenir prejuízos ao corpo e à mente do indivíduo. (NOVAES, 2007, p. 225).

A noção de medo acompanha a humanidade desde o início da espécie. O que muda com o passar do tempo é de onde vem o medo. Adauto Novaes traz a interessante visão de que, no passado, os temores estavam todos pautados em uma possibilidade do sobrenatural, do místico. (NOVAES, 2007, p. 11). Com o passar do tempo, os maiores temores passaram a se concentrar na propagação de doenças contagiosas, como a Aids nos anos 80. (NOVAES, 2007, p. 45). Isto é trazido por Delumeau no livro organizado por Adauto Novaes. Na atualidade, porém, o medo emana do homem para o homem. Não existe mais um temor do desconhecido ou do fantástico, mas das atitudes dos próprios seres humanos. (NOVAES, 2007, p. 11). Mônica Fort, em um estudo bastante atual, aponta o medo do terrorismo e da violência urbana. Neste artigo, ela ainda aponta que os medos atuais são gerados pela informação em

tempo real, pelas formas de dissipação da informação na sociedade atual. (FORT, 2011, p. 4). Essa reflexão se mostra crucial no entendimento do medo midiático e da propagação dessa característica da cobertura de segurança pública e policial atual.

Pode-se observar, a partir das obras destacadas, a defesa de que todos os temores da sociedade convergem, de uma maneira ou de outra, para o medo da morte. Os ensaístas do livro de Adauto Novaes, bem como Letícia Cantarela Matheus, no livro *Narrativas do Medo*, destacam que o medo da morte é constante, e é o que rege silenciosamente a relação do indivíduo com os outros tipos de medo (NOVAES, 2007, p. 17). Para Francis Wolff, o medo por si só é uma "meditação sobre a morte". (NOVAES, p. 20). Quando se pensa nisso dentro do contexto jornalístico, pode-se voltar a evocar Angrimani Sobrinho, que descreve o júbilo de se consumir a morte de terceiros nas páginas dos jornais. Essa sensação silenciosa é seguida de um choque por parte do espectador ou leitor, ao entender a iminência da morte. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 56). Embora a configuração da sociedade atual tenha transformado a morte em um tema pouco falado, é algo bastante presente no imaginário humano. Cantarela Matheus diz que a tendência atual é afastar a morte da vida social, da vida em sociedade. (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 56). Para a autora, no entanto, o que se teme principalmente quando se trata da morte é o fim de um futuro, de um indivíduo que ainda teria condições de viver inúmeras experiências. (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 57).

A partir disso, pode-se começar a entender a ideia de medo midiático, trazido por Cantarela Matheus. A autora defende que a construção das notícias contribui para a propagação de uma sensação de temor nos espectadores dos veículos de comunicação. (CANTARELA MATHEUS, 2013). Isso significa que os pontos analisados neste capítulo (as questões psicológicas envolvidas na violência, o medo da morte, a construção das notícias e a configuração das cidades) somados ao contexto histórico atual convergem em uma grande preocupação coletiva constante. Vale lembrar que, neste caso, considera-se que o maior temor do ser humano é o próprio ser humano. Portanto, fala-se especificamente de violência. (NOVAES, 2007, p. 11).

O medo midiático está muito ligado à questão das cidades. A escolha de pautas diferenciada para cada região influencia diretamente no conteúdo do

medo midiático de cada local. Para Letícia Cantarela Matheus, esse fenômeno pode interferir na dinâmica da própria cidade e até mesmo no comportamento dos indivíduos de determinadas regiões. (CANTARELA MATHEUS, 2013, p. 25). O medo midiático, portanto, colabora para a tendência atual de se temer a morte e a violência.

Este capítulo pode ser concluído com a atenção voltada à forte influência que os meios ainda parecem ter no comportamento das pessoas. As questões psicológicas trazidas como o atraente da violência são o principal motivo pelos quais esse tipo de jornalismo ainda persiste por tanto tempo. Os meios continuam a alimentar esses fetiches que se mostram mais fortes em uma sociedade voltada ao espetáculo e ao entretenimento. As notícias, então, são construídas justamente pelo contexto espetacularizado da sociedade atual. O sensacionalismo entra, dessa forma, como uma espécie de "catalisador" do medo humano, para seguir despertando o interesse do interlocutor pelos assuntos criminais.

Embora as teorias do jornalismo não possam dar uma visão prática a essa construção, elas são importantes para um contexto histórico da profissão, e muito do que é trazido pode ser comparado a experiências reais, como foi feito ao longo do capítulo. É importante destacar, ao fim, que a escolha de pautas no contexto das cidades está intimamente ligada ao medo midiático. De fato, pode-se perceber que o medo ocupa um lugar de protagonista durante todo o processo de construção de notícias no jornalismo de segurança pública ou policial. Resta agora entender a relação do jornalismo com a Justiça e como se dão as diferenças de cobertura entre os diferentes veículos de comunicação.

3. CRIME, JUSTIÇA E A OPINIÃO PÚBLICA

Este capítulo tem o objetivo principal de mostrar o tamanho da importância do jornalismo para com a opinião pública e a Justiça. Depois de analisadas as fórmulas da construção da notícia policial, bem como as rotinas de cobertura de cada veículo quanto a esse tema, passa-se a pensar no seu impacto real na sociedade e na Justiça. Este capítulo é destinado: à discussão dos princípios éticos da profissão jornalísticas e suas falhas mais comuns; à influência da notícia e da cobertura policial na opinião pública; ao poder de interferência do jornalismo na Justiça e nas investigações; a uma possível proposta de regulamentação da imprensa trazida por estudiosos do campo. Autores da área do Direito e do Processo Penal serão trazidos para o debate, bem como estudiosos da área da Comunicação. Busca-se trazer uma discussão ampla, com visões de ambos os lados sobre os temas citados acima. Neste ponto, levanta-se a hipótese de que existem abusos cometidos pela mídia, e isso acontece, especialmente, pela falta de preparo do profissional que trabalha no campo policial ou de segurança pública.

3.1. PRINCÍPIOS ÉTICOS DO JORNALISMO E A LEGISLAÇÃO

A primeira parte deste capítulo tem o intuito de servir como um breve manual prático aos profissionais da comunicação no que diz respeito à redação de notícias sobre crime e a Lei Brasileira. Busca-se, então, traçar um paralelo entre artigos da Legislação Brasileira e do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007). Vale lembrar que o Código de Ética foi construído a partir da Constituição Brasileira. Por isso, observa-se que, para cada ponto da Legislação trazido, o documento da Federação Nacional dos Jornalistas - escrito em 2007 - tem uma recomendação referente. O objetivo, então, é demonstrar os deveres do jornalista para com a informação, ressaltando os pontos em comum entre as regras da profissão e as determinações do país sobre o processo penal e os direitos dos cidadãos nesse âmbito.

Os artigos escolhidos são os que têm maior relação com a prática do Jornalismo Policial. O critério de escolha passou pela análise dos ritos processuais em julgamentos criminais, e por tendências observadas nas

rotinas de cobertura policial paranaense, especialmente no caso a ser estudado, da menina Tayná. Foram selecionados oito artigos do Código de Ética, que serão relacionados a trechos da Lei Máxima Brasileira. São apresentados sete artigos provenientes da Constituição. Um artigo do Código Penal Brasileiro também é trazido. De início, atenta-se para o art. 2º inc. III do Código de Ética dos Jornalistas (2007): "a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão". É a partir da premissa da responsabilidade social que este trabalho prossegue em sua análise.

Em primeiro lugar, é importante pensar na relação da opinião pública com o jornalismo e a Justiça brasileira. Sobre o processo penal, deve-se lembrar que, nos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, será obrigatoriamente instalado um tribunal de júri. Ou seja, esses crimes são sempre julgados por pessoas comuns. Isso está de acordo com o art. 5º, inc. XXXVIII da Constituição da República Federativa do Brasil (1988/2001). A partir disso, pode-se afirmar, como foi trazido no início do capítulo, que a responsabilidade do jornalista com a opinião pública é grande. Nesse momento, vale ressaltar que "a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas", como dito no Código de Ética dos Jornalistas (2007), no art. 2º, inc. I.

Outro ponto importante da profissão é o dever, a regra, de se ouvir todos os lados da história antes de se publicar uma notícia. Ainda no art. 5º da Constituição do Brasil (1988), pode-se observar o inc. LV, que diz que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Para esse ponto da Legislação, o Código de Ética dos Jornalistas (2007) tem uma recomendação bastante específica e clara. O art. 12º inc. I do Código afirma que o jornalista deve "ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas". Mais adiante, este ponto será abordado com maior profundidade.

Deve-se atentar, também, para a questão da presunção de inocência, tanto na Justiça quanto na prática jornalística. O art. 5 da Constituição (Constituição do Brasil, 1988) tem ainda mais um ponto bastante relevante para o Jornalismo Policial. O inc. LVII é, de fato, considerado por autores da área do Direito o mais importante no que diz respeito à relação do Jornalismo com o Processo Penal. Neste artigo, consta que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Ou seja, em nenhum momento anterior ao fim de todas as partes de um julgamento é permitido que se determine um culpado. O Código de Ética (2007), por sua vez, corrobora essa determinação no art. 9, que afirma simplesmente que "a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística". Neste ponto, é impossível não lembrar de Marcondes Filho, que, em sua obra, destaca "apresentar um suspeito como culpado" como o deslize ético mais grave da profissão. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 137).

Uma parte bastante importante do trabalho do jornalista e também da Constituição é a defesa dos direitos do cidadão. O Código de Ética dos Jornalistas (2007) deixa claro, no art. 6, inc. I, que é dever do jornalista "opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos". A Constituição do Brasil (1988) e o Código Penal (1940), por sua vez, descrevem que "ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva" (Código de Processo Penal Brasileiro, 1941, art. 283). Além disso, "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (Constituição do Brasil, 1988, art. 5, inc. III). É, portanto, dever do jornalista que exerce a área policial, identificar possíveis falhas na condução do Processo Penal e defender os direitos dos suspeitos e acusados em eventual desacordo com a Lei.

É importante atentar, também, para a preservação do direito de imagem dentro da prática jornalística. Pela Constituição do Brasil (1988), "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de

sua violação" (art. 5, inc. X). O Código de Ética dos Jornalistas (2007) absorve essa determinação para o campo jornalístico, e aponta que é dever do jornalista "respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão" (art. 6, inc. VIII). Este ponto é particularmente importante no que diz respeito à divulgação de imagens e nomes de suspeitos e acusados pelos meios de comunicação.

Por último, é abordada a incitação da violência. Julga-se importante a redação de um parágrafo final que demonstre a recomendação do Código de Ética dos Jornalistas no que diz respeito à incitação à violência por parte de jornalistas ou meios de comunicação. O art. 7 inc. V do Código de Ética da profissão (2007) deixa claro que fica proibido aos profissionais "usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime". Embora essa determinação exista desde a ratificação do Código de Ética, ainda é possível encontrar alguns veículos e profissionais que desrespeitam essa regra. Para citar um exemplo, pode-se trazer o programa Cidade Alerta¹¹, em que o apresentador do programa defende formas de punição violentas e que vão contra os direitos humanos. Aí reside a necessidade de destacar esta parte do Código.

Pode-se perceber que o jornalismo como um todo e especialmente a editoria policial caminham juntamente com as leis brasileiras. O desrespeito a essas leis, e às normas previstas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, representa uma violação grave aos direitos dos cidadãos. Por isso, a responsabilidade da profissão é muito grande. Cada um dos códigos abordados acima engloba um grande princípio básico da Lei Brasileira: a dignidade da pessoa humana. (BARROSO, 2010). Pode-se, a partir do que foi discutido anteriormente, concluir que o respeito a esse princípio deve sempre ser o alicerce do trabalho jornalístico. A análise que será feita posteriormente nesta pesquisa, bem como os próximos temas deste capítulo, vão buscar entender se essa preocupação com a dignidade da pessoa humana, que está presente na legislação, é traduzida para o trabalho diário do jornalismo policial.

3.2. A OPINIÃO PÚBLICA E A MÍDIA

¹¹ TV Record

Além das responsabilidades da imprensa para com a Legislação e os Direitos Humanos, deve-se considerar a obrigação da profissão no que diz respeito aos espectadores. Depois de realizado o esquema acima, que demonstrou os principais pontos a serem pensados entre a prática do Jornalismo Policial e a Legislação, passa-se agora a detectar a influência do trabalho do repórter na opinião pública.

O principal ponto trazido por autores sobre a relação da mídia com a opinião pública é a facilidade de se incutir o medo - especialmente da morte - através da cobertura policial. (CANTARELA MATHEUS, 2011, p. 58). Como já foi tratado anteriormente, pode-se afirmar que o medo tem um papel relevante na construção da sociedade e do pensamento coletivo. (LIRA, 2014, p. 19). De acordo com Rafael Souza Lira, essa sensação de insegurança e medo incitada pela imprensa (LIRA, 2014, p. 4) gera uma reação social. O indivíduo clama por mais punições a quem comete delitos. A sociedade busca uma (falsa) sensação de segurança no pedido por penas mais duras. (LIRA, 2014, p. 17). Isso pode ser comparado ao que Gomes e Almeida (2013) chamam de "populismo penal midiático". Em primeiro lugar, o conceito de "populismo penal", neste caso, é explicado pelos autores como uma forma de explorar a falta de segurança pública e a criminalização do "outro" para disseminar uma demanda por mais punições e punições mais duras no combate à criminalidade. (GOMES e ALMEIDA, 2013, p. 18). Ainda segundo a obra, o populismo penal não deve ser considerado simplesmente o apelo popular pelo "punitivismo", mas sim pelo "hiperpunitivismo". Isso seria atingido pela exploração do senso comum e pelo medo da criminalidade. (GOMES e ALMEIDA, 2013, p. 19, p. 22).

A mídia, nesse contexto, não entraria mais como um agente imparcial, como se propõe, mas no papel de investigador, chegaria até mesmo a fazer julgamentos próprios. Além disso, poderia, erroneamente, sugerir punições e consequências aos delitos abordados. Vale destacar que, de acordo com Gomes e Almeida, o populismo penal midiático só está totalmente representado quando todas essas ações são observadas. (GOMES e ALMEIDA, 2013, p. 66). É inegável, porém, que o papel de investigador e

acusador tomado pela mídia inflama a opinião pública, e facilita a disseminação do chamado populismo penal.

Esse apelo pelo "hiperpunitivismo" vindo da opinião pública pode ser entendido a partir de algumas ações da imprensa no jornalismo policial. O primeiro ponto a ser abordado é o fato de que, via de regra, os veículos de comunicação se restringem a noticiar o fato, o crime em si. Diversos autores, atualmente, propõem que a sociedade seja pautada a pensar em mais do que simplesmente a consequência, mas no fenômeno social que torna possível que os crimes ocorram. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 25). Além disso, em certos casos, existe uma tendência a exaltar a opinião pública, por mais que ela seja pautada no senso comum.

Em momentos de emoção, jornalistas muitas vezes preferem espelhar o sentimento da população a aprofundar o debate. Nas escolhas entre o que pagnar em um espaço limitado, a opinião costuma ser mais valorizada do que a análise. O resultado, muitas vezes, contribui mais para reforçar noções preconcebidas do que para esclarecer o leitor. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 68).

Há, portanto, uma valorização da revolta do leitor sem a preocupação em se pensar além do acontecimento puro e simples. É importante ressaltar, mais uma vez, que o conceito de medo midiático de Cantarela Matheus (2010, p. 25) perpassa todo o processo em questão. A prática de ressaltar a opinião pública e valorizar as noções preconcebidas leva a outras consequências no contexto social. A maior delas é trazida por Lira e diz respeito à ação da polícia em consideração à opinião pública. Segundo o autor, a revolta social combinada com o medo (gerando, assim, o clamor pelo chamado "hiperpunitivismo") legitima ações policiais mais violentas. Isso, em alguns casos, pode levar até mesmo a atos ilegais, como execuções, por parte da polícia. (LIRA, 2014, p 19).

A influência da mídia na opinião pública não se dá exatamente pela manipulação do leitor. A imprensa, de fato, acaba se utilizando de noções já estabelecidas na sociedade. A questão é que, ao escancarar em seus jornais ou programas essas opiniões, os veículos funcionam como um amplificador, e isso pode gerar consequências sociais mais complexas, como ações policiais violentas e até mesmo linchamentos. A imprensa começa a pensar na

abordagem dos fenômenos que levam à criminalidade, mas ainda a passos lentos. Majoritariamente, os veículos preferem noticiar o fato, basear a cobertura no medo e ressaltar a opinião pública. Enquanto se concentra somente no acontecimento e não no problema maior, o senso comum acaba tomando conta, e consequências sociais como as trazidas acima podem ser observadas na realidade atual.

3.3. O JORNALISMO INTERFERE NA JUSTIÇA?

A parte final do capítulo sobre mídia, opinião pública e Justiça se concentra em analisar em quais pontos o trabalho jornalístico interfere no trabalho jurídico. Parte-se do princípio de que não é possível mensurar qual é a influência midiática na Justiça, mas existe a possibilidade de analisar os pontos em que existem conflitos de interesse entre os dois trabalhos. Autores da área do Direito serão evocados para que se possa entender as falhas de cobertura criminal e suas consequências na área do Processo Penal. Autores da Comunicação também são trazidos para que se possa fazer um contraponto entre o que pensam os estudiosos de cada área.

Em primeiro lugar, vale lembrar que a informação, é um direito constitucional, importante para a manutenção de uma sociedade democrática. (LIRA, 2014, p. 33). No entanto, isso não deve privar as instituições comunicacionais de responsabilidades editoriais e jurídicas na cobertura de casos policiais. Embora a Constituição do Brasil e o Código de Ética dos Jornalistas deixem bastante claro quais são as posturas a serem tomadas pelos profissionais em determinadas situações, estudiosos demonstram que isso pode ser seriamente desrespeitado no trabalho jornalístico diário, e pela postura das empresas de comunicação, inseridas no mercado. Este trabalho não tem o objetivo de culpar unicamente os jornalistas por esse problema. Busca-se apenas trazer as abordagens de estudiosos que explicam as principais interferências da imprensa na área jurídica.

Existem duas questões centrais que envolvem o embate entre Processo Penal e Jornalismo. A primeira delas diz respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Previsto na Constituição do Brasil (1988), no artigo 1º inc. III, esse princípio, como descreve Luis Roberto Barroso, pode ser

considerado a "justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais". (BARROSO, 2010, p. 10). Para o autor, a dignidade da pessoa humana não pode ser considerada um direito propriamente dito, mas um princípio que é utilizado para a garantia de direitos. (BARROSO, 2010, p. 15). O foco, no entanto, não deve ser a classificação do princípio da dignidade da pessoa humana, mas sua descrição. Trata-se do valor absoluto que cada ser humano tem, o que lhe garante os direitos humanos e direitos fundamentais. (BARROSO, 2010, p. 18, 19).

Para Rafael de Souza Lira, o princípio da dignidade da pessoa humana é supremo, e deve ter papel central no que diz respeito à cobertura midiática de casos criminais pela imprensa.

E essa supremacia da dignidade da pessoa humana sobre toda a forma de desenvolvimento social ganha maior relevo no ponto em que conflitos jurídicos se instalam, máxime quando envolvem a liberdade de imprensa e os bens jurídico-penais de natureza pessoal, por exemplo, a honra, a privacidade/intimidade, a palavra e a imagem. (LIRA, 2014, p. 7).

A segunda questão central do embate entre Processo Penal e Jornalismo está intimamente ligada à primeira. É a chamada "espetacularização" do processo penal pelos meios de comunicação. Esse fenômeno é assim denominado pelo professor de Direito da UERJ e da UFRJ, Nilo Batista, em artigo publicado no jornal *O Globo*, em 26 de janeiro de 2016. Para o professor, existem perigos na divulgação massiva de informações sobre processos e inquéritos criminais. O primeiro deles seria o desrespeito dos jornais "sérios", como descritos por Batista, à presunção de inocência, direito a privacidade e julgamento justo. Para ele, o jornalismo se escuda na liberdade de imprensa para desrespeitar direitos constitucionais dos cidadãos.

Essa posição é corroborada por Rafael de Souza Lira. O autor faz um paralelo com o que foi trazido anteriormente do autor Mário Vargas Llosa (2013), e aponta que a espetacularização do crime na mídia é reflexo de uma sociedade que demanda cada vez mais entretenimento. Lira vai além, e defende que esse tipo de jornalismo "coisifica" pessoas. Para o autor, essa prática é comum e fere o princípio da dignidade da pessoa humana, anteriormente demonstrado.

Sobre as posições tomadas pelos veículos de comunicação na cobertura criminal, o jornalista Percival de Souza, em entrevista aos alunos da UNIBAN, defende que a imparcialidade é um princípio jornalístico importante, mas que "não existe robô programado para fazer matéria". Para ele, o profissional precisa ter a capacidade de formar juízos de valor e valorar, de acordo com a sua formação, certas afirmações e enfoques das diferentes partes envolvidas em um inquérito ou processo. (PAIXÃO, 2013, p. 15).

Ainda sobre presunção de inocência, é preciso atentar para a dependência jornalística das fontes oficiais. A obra *Mídia e Violência*, de Ramos e Paiva, traz essa questão. Uma pesquisa que analisou oito jornais em 2006¹², realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) demonstrou que 2.651 textos jornalísticos policiais baseavam suas informações nas fontes policiais. (RAMOS e PAIVA, 2007, P. 37).

A imprensa tem exercido um papel fundamental na fiscalização das forças de segurança. No entanto, em grande parte dos textos, ela divulga sem questionar os atos cometidos por ela. E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas - muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública - que encontram destaque nas páginas de jornais. (RAMOS e PAIVA, 2007, P. 37, 38).

Desse modo, pode-se observar que a confiança dos jornalistas nas fontes oficiais pode ser exacerbada em determinadas circunstâncias. Isso pode levar a situações em que a presunção de inocência não é devidamente respeitada, já que a polícia ou o órgão acusatório vão buscar provar que o suspeito em questão está sendo corretamente acusado. Se existe essa dependência e os jornais buscam em primeiro lugar a fonte acusatória oficial, corre-se um risco de desrespeitar a presunção de inocência dos suspeitos.

Voltando ao artigo de Nilo Batista (*O Globo*, 2016), o professor também acusa a imprensa de não dar o espaço necessário ao contraditório. Ou seja, existe um espaço maior à acusação do que a oportunidade dada à defesa dentro das reportagens policiais. Em termos jurídicos, não é respeitado o direito à "paridade de armas", ou ao contraditório, como é utilizado pelo autor. Esse conceito pode ser relacionado ao que foi anteriormente abordado sobre presunção de inocência. A garantia de paridade de armas também é uma

¹² Extra, Jornal do Brasil, Meia Hora, O Dia, O Fluminense, O Globo, O Povo e Tribuna da Imprensa.

maneira de se respeitar esse princípio constitucional. (BATISTA, *O Globo*, 2016). Embora isso seja admitido por jornalistas que trabalham nessa área em Curitiba, existe um argumento de que, por vezes, não existe uma intenção da defesa em se utilizar do espaço a ela dado nos jornais. Isso será trazido de maneira mais abrangente no próximo capítulo, em entrevistas concedidas por profissionais de veículos curitibanos.

O último ponto a ser abordado neste momento é a questão da cobertura seletiva, como é descrita por Lira, de assuntos criminais pela mídia. Para o autor, os crimes "de massa" são priorizados, enquanto questões sociais e outros tipos de violência são deixados de lado. (LIRA, 2014, p. 16). Isso já foi anteriormente trazido por Ramos e Paiva, que trazem assassinatos e o tráfico de drogas como temas priorizados, enquanto, por exemplo, casos de violência contra a mulher ou contra homossexuais são postos em segundo plano. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 135).

Uma grande crítica aos meios de comunicação, neste ponto, é o fato de se noticiar, majoritariamente, o crime já acontecido, ao invés de se pensar o fenômeno social que está por trás dos acontecimentos. Em outras palavras, não existe a preocupação de se pautar a sociedade a pensar no problema da violência, em vez de simplesmente mostrar a consequência dessa violência. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 25). Outra questão é o despreparo do jornalista para conhecer e ensinar o espectador sobre o sistema judicial brasileiro. Em casos que têm cobertura mais ampla e longa, passando por prisões, inquéritos e julgamentos, isso seria imprescindível. O que paira sobre essas coberturas, atualmente, é um grande desconhecimento. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 165). Em entrevista aos alunos da UNIBAN, o jornalista Renato Lombardi afirma que esse conhecimento sobre o sistema penal é muito importante quando se cobre a área policial. Para ele, as áreas de Segurança e Justiça são de grande responsabilidade, e isso justifica a necessidade de um estudo mais aprofundado. (PAIXÃO, 2013, 31).

Cabe também neste ponto fazer um breve resumo das fases que consistem o processo penal, e que serão importantes no momento da análise de conteúdo. Em primeiro lugar, destaca-se o indício de crime e a abertura de um inquérito policial. Esta é considerada uma fase pré-processual. (OLIVEIRA, 2010, p. 62). O inquérito, ou as investigações (segundo a regra geral), devem durar no

máximo 30 dias, quando o suspeito está solto e dez quando ele está preso. (OLIVEIRA, 2010, p. 63). É importante destacar, aqui, o uso da palavra “suspeito” como forma de referência ao envolvido no processo. Em seguida, passa-se à parte processual propriamente dita.

Posteriormente, apresenta-se a queixa, ou a denúncia, na qual o fato criminoso deve ser amplamente exposto, de acordo com o artigo 41 do Código de Processo Penal Brasileiro (1941), para que seja garantido o direito à ampla defesa (OLIVEIRA, 2010, p. 189). Neste momento, o suspeito passaria a ser formalmente acusado. Os órgãos do Estado, responsáveis pela fase de denúncia, têm 15 dias para apresentar a denúncia quando o acusado está solto e cinco quando ele está preso. (OLIVEIRA, 2010, p. 194). Quando se tratar de queixa, a vítima, chamada querelante, pode apresentá-la em até seis meses contados a partir da ciência da autoria do fato criminoso.

No procedimento ordinário, o mais comum dentre todos, a Justiça, então, pode aceitar ou rejeitar a denúncia. A rejeição ocorre quando não há “justa causa para o exercício da ação penal”, e quando faltar condições da ação e pressupostos processuais, como escrito no art. 395 do Código de Processo Penal (1941). Além destes itens existem outros, mas, para o presente trabalho, é suficiente levantar estas condições para o aceite ou rejeição. (OLIVEIRA, 2010, p. 197).

Trabalhando com a hipótese de uma denúncia aceita, o juiz a recebe, e determina a citação do agora nominado “réu”, para que responda à acusação em até dez dias por escrito. Nesta resposta, deve constar a defesa do acusado, com evidências, indicações de testemunhas, etc. (OLIVEIRA, 2010, p. 646, 647, 648). Após esta defesa escrita, cabe ao juiz decidir se absolve sumariamente o réu baseado no que foi apresentado ou se prossegue com a instrução. (OLIVEIRA, 2010, p. 651). É importante destacar o uso da palavra “réu”, já que a denúncia já foi aceita pela Justiça. Se a denúncia prosseguir, o magistrado tem 60 dias para marcar a primeira audiência do processo. (OLIVEIRA, 2010, p. 652). Na sequência, inicia-se o procedimento de audiência de instrução e o julgamento propriamente dito, que contém interrogatórios, apresentações de acusação, defesa, mostra de evidências ou falta delas, etc.

(OLIVEIRA, 2010, p. 655). Voltando à Constituição Federal (1988) para finalizar esta parte, é somente após todo esse processo, em todas as instâncias do sistema judiciário, que um querelado pode ser considerado culpado. (art. 5 inc. LVII)

A capacitação dos jornalistas que trabalham na área policial e de segurança pública aparece, para Ramos e Paiva, como a principal maneira de se corrigir os erros apontados nesse capítulo por autores da área do Direito. Para as autoras, assim como em outras áreas de atuação dos comunicadores, como esportes, economia e cultura, os profissionais dessa editoria devem passar por especializações (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 26). Para Rafael de Souza Lira, a melhor maneira de se garantir uma cobertura justa é a regulamentação da imprensa. Para ele, a mídia sem regulamentação torna possível alguns abusos na cobertura policial. (LIRA, 2014, p. 21). Essa seria a forma mais eficiente de se garantir que sejam respeitados os direitos dos envolvidos em casos criminais que ganham repercussão na mídia. (LIRA, 2014, p. 77).

4. ROTINAS DE COBERTURA POLICIAL

Tão importante quanto determinar as teorias que compõem o jornalismo, as tendências de cobertura atuais e a influência disso na sociedade e na Justiça é entender como essa cobertura acontece no dia-a-dia dos profissionais. Este capítulo se dedica exclusivamente a traçar as rotinas dos profissionais que cobrem assuntos policiais e de segurança pública dentro das redações de diferentes veículos e identificar na prática os pontos teóricos trazidos nos capítulos anteriores.

Para isso, entrevistas foram realizadas com jornalistas que atuam no rádio, televisão e jornal impresso na cidade de Curitiba. A metodologia, portanto, finaliza a parte de revisão bibliográfica e passa a usar técnicas empíricas. Cada veículo é, aqui, representado por um profissional. Embora o estudo de caso a ser realizado nesta pesquisa seja em um jornal impresso, optou-se por entrevistar profissionais dos três meios de comunicação mais tradicionais, para que se faça uma análise de cobertura mais completa. Foram escolhidos veículos que apresentam grande relevância no cenário paranaense. Dessa maneira, a pesquisa pode analisar um contexto que atinge um alto número de espectadores. No caso da TV Record, a emissora atinge um percentual de 7,6% de audiência considerando o total de televisões ligadas neste horário¹³. Já a BandNews FM Curitiba é líder de audiência em emissoras de rádio *all News*, de acordo com o Kantar Ibope Media.¹⁴

Cada jornalista foi escolhido por ter experiência, dentro de suas respectivas empresas, com a editoria policial. O estudo busca contar a experiência desses profissionais com a área para identificar elementos trazidos pelas teorias jornalísticas, bem como práticas que podem ser consideradas certas ou erradas no que diz respeito à Justiça e à opinião pública. Também busca-se descobrir, entre jornal impresso, rádio e televisão, se um dos três veículos dá mais destaque à área policial. Além disso, será estudado como a

¹³ DADOS de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 14/11 a 20/11. **Kantar Ibope Media**, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-1411-a-2011/>>. Acesso em 25 nov. 2016.

¹⁴ STARCK, Daniel. Bandnews FM chega aos 10 anos em Curitiba e vive o seu melhor momento. **Tudo Rádio**, 4 jan. 2016. Disponível em: <<http://tudoradio.com/noticias/ver/14548-bandnews-fm-chega-aos-10-anos-em-curitiba-e-vive-o-seu-melhor-momento>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

cobertura, a linguagem e a importância dada a esse assunto diferem em cada local.

4.1. RÁDIO

Embora o rádio, historicamente, tenha sempre priorizado matérias policiais, pode-se perceber que, no contexto do rádio FM, que a notícia criminal perdeu destaque ao longo do tempo. Rádios sóbrias como a CBN e a BandNews, as principais da capital paranaense, não dão um espaço fixo e cotidiano ao tema. O jornalista Narley Resende é repórter da BandNews FM Curitiba. A rádio não tem editorias fixas, portanto todos os jornalistas podem cobrir a área policial. A equipe, atualmente, conta com 15 repórteres, sendo que sete trabalham pela manhã, seis trabalham à tarde e um tem expediente à noite. A redação enxuta, como aponta Narley Resende, dificulta o trabalho de cobertura de crimes¹⁵.

O primeiro ponto da cobertura que pode ser percebido e relacionado com o que foi visto no capítulo anterior é a dependência que o rádio tem das fontes oficiais. "O primeiro indício são as informações policiais. Os policiais informam, a gente fica sabendo pelo rádio da polícia, ou pelo WhatsApp, ouvintes informam, vítimas informam". Segundo o jornalista, a informação sobre o crime só é divulgada na programação após uma confirmação vinda da polícia. "[Depois do primeiro indício] nós vamos atrás da informação oficial. Geralmente, nós não noticiamos antes da confirmação oficial".

Essa dinâmica de informação favorecida pelos meios digitais e a espera de uma confirmação oficial pode ser explicada pelo fato de que, quando se trata de crimes, raramente os repórteres da rádio se deslocam até o local em que a situação ocorreu. "Aqui na rádio BandNews, nos últimos dois anos, isso é uma prática rara. Dificilmente o repórter vai até o local do crime", explica o jornalista. Desse modo, a espera por uma informação vinda de outros indivíduos se mostra essencial.

¹⁵ Entrevista concedida por RESENDE, Narley. **Entrevista com o jornalista da Rádio Bandnews Fm, Narley Resende**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016. Narley Resende.mp3 (37 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta monografia.

Quanto à decisão de transformar ou não um assunto em notícia, pode-se perceber também muito do que foi estudado anteriormente. Segundo Resende, a redação divulga o crime somente quando algo na situação foge do comum. "[Primeiro é analisado] se envolve pessoas conhecidas, se é um fato novo, se é diferente de fatos [comuns] que ocorrem diariamente". Somente após essa análise, a notícia pode começar a ser produzida. O jornalista esclarece que a decisão do valor-notícia de cada situação é feita pelo próprio repórter. A determinação de não dar tanto destaque ao jornalismo policial, no entanto, cabe à diretoria da rádio. "As prioridades são definidas com relação ao tamanho da equipe, as possibilidades técnicas, a programação da rádio, o perfil editorial". Tudo, de acordo com Resende, é justificado em uma demanda do espectador. "A informação é dada segundo um interesse público".

Após ouvir a versão oficial dos fatos, no caso criminal, a versão da polícia ou do Ministério Público, o repórter do rádio deve tentar entrar em contato também com a defesa, com o investigado ou acusado. "Se tem outras pessoas envolvidas a gente vai falar com o advogado de defesa, assistentes de acusação, essa questão de ouvir os dois lados mesmo". Depois de ser feito esse contato tanto com acusação quanto com defesa, a redação da matéria pode começar a ser realizada.

A redação das notícias é feita de forma genérica. Como o deslocamento até as cenas de crime é uma prática rara, não se pode detalhar com precisão cada informação. A dependência do jornalista no *lead*, portanto, é bastante significativa. Além disso, o espaço reservado para cada notícia é pequeno, o que dificulta mais o processo de narração dos fatos. "As pessoas querem mais notícia", garante o jornalista. Nesse caso, "mais notícias" significa essencialmente que as notícias serão mais curtas, menos detalhadas. "O formato de manchetes adotado pela BandNews é um sucesso, porque compete com a internet". A ideia de tempo real e síntese dos fatos no rádio é bastante atrativa ao público. Resende afirma, no entanto, que é possível detalhar algumas situações sem produzir um texto prolixo. "O bom jornalista, o bom texto, consegue dizer muito mais em poucas palavras do que discorrer profundamente sobre determinados temas. Há técnicas de se trazer o máximo de informação em poucas palavras. Isso vem com tempo, prática e sabedoria".

Outra parte importante da redação jornalística de rádio, além do texto em si, são as chamadas sonoras. Trata-se das entrevistas, trechos de afirmações de especialistas ou pessoas envolvidas no caso relatado, que servem para reiterar o que está sendo contado ou para trazer informações novas vindas de pessoas que podem falar com propriedade sobre determinado assunto. No caso policial, as sonoras podem ser atribuídas aos representantes do Estado, na acusação, como promotores, delegados ou comandantes de polícia, e a membros da defesa, como advogados. Narley Resende aponta que "as sonoras entram para humanizar as matérias". Além da função de completude, existe a necessidade de se trazer um contato mais humano com o ouvinte em determinados casos.

Depois de feito um detalhamento sobre a construção da notícia desde o primeiro indício até a redação do texto e entrevistas, pode-se atentar a algumas particularidades no que diz respeito à notícia policial no contexto da rádio. Em primeiro lugar, não existe uma orientação editorial sobre o uso de nomes de acusados. Resende afirma que sua postura pessoal é de não divulgar. "Eu não divulgo nomes de envolvidos nunca. A não ser que sejam julgados ou que seja uma personalidade pública." Existem colegas dentro da própria rádio BandNews que optam pela exposição dessas pessoas. "Tem um pouco do perfil do profissional também. Porque aqui existe uma liberdade, (...) você também é um pouco livre no sentido de adotar a sua própria linguagem".

Outro ponto que deve ser debatido é a dependência das fontes, especialmente as fontes oficiais. O repórter explica que, no rádio, tudo o que é noticiado tem base na declaração de outras pessoas, entidades ou instituições. Isso ocorre especialmente pela falta de estrutura dada pelos meios de comunicação para que os repórteres consigam informações e não tenham receio de divulgá-las. "O jornalista no mercado de Curitiba é sozinho. Você é responsável pelos teus atos. Então, acaba que ficamos amparados pela fonte oficial, porque a fonte oficial não é nossa responsabilidade". Resende chama isso de "delegação de responsabilidade". Ele ainda completa que a isenção dos jornalistas e a voz dada às fontes oficiais "é uma prática que possibilita, tendo em vista o contexto, que a informação seja dada".

4.2. TELEVISÃO

A televisão tem tendências um pouco diferentes das observadas em outros veículos de comunicação. Embora existam emissoras que não priorizam o jornalismo policial, pelo menos duas, na região de Curitiba, dão grande destaque a essa editoria. A jornalista Helen Anacleto¹⁶ trabalha na TV RIC da capital paranaense na área policial. Ela explica que existe uma editoria com repórteres fixos para a área, e a emissora também conta com um grupo de jornalistas que fazem o turno da madrugada para que seja possível apurar em tempo real os crimes que acontecem no período da noite.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à maneira como a informação chega até a redação, Anacleto aponta o mesmo trazido por Narley Resende, e afirma que a polícia é a principal fonte. A partir de informações da polícia, as equipes definem se seguem aquela pauta. "A própria equipe define o que vai fazer. A equipe da noite e da madrugada, eles não têm o acompanhamento de um chefe de reportagem como a gente, então eles têm uma autonomia maior", explica. Quando a equipe decide prosseguir com a pauta, existe o deslocamento até o local do acontecimento. Lá, o trabalho começa essencialmente com a versão oficial. "Principalmente depois que você começa a pensar mais sobre o fazer jornalístico é uma coisa que incomoda muito porque normalmente se compra a versão da polícia". A jornalista explica que, apesar disso, outras fontes também são ouvidas no local do crime, caso isso seja possível: "quando a família do possível bandido está no local, quando existem outras testemunhas, normalmente se escuta essas testemunhas, mas a versão oficial acaba sendo sempre da polícia". Para ela, essa dependência pode ser prejudicial, mas é difícil contestar a versão oficial, já que a polícia segue sendo a principal fonte de pautas para a editoria policial. "A relação do jornalista policial com a polícia é íntima, quase dependente. Você não pode bancar uma briga com uma instituição, porque você vai precisar dela depois".

Segundo a jornalista, a decisão de fazer ou não um VT sobre determinado assunto e seguir abordando o tema depois da primeira notícia

¹⁶ Entrevista concedida por ANACLETO, Helen. **Entrevista com a jornalista da Ric Tv Record, Helen Anacleto**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016. Helen Anacleto.mp3 (39 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 2 desta monografia.

depende "das nuances da história". O caso deve, portanto, se destacar de crimes comuns para que se decida fazer uma cobertura mais abrangente e profunda sobre ele. Helen descreve essas nuances como algo cruel, ou que envolva pessoas de importância social. Crimes contra alguns grupos de pessoas também são priorizados: "um crime contra criança, um crime contra idoso ou um crime contra mulher têm ganhado muito espaço aqui". O contexto da cidade também pesa nessa decisão. "Por exemplo, em Colombo, onde a criminalidade é bem grande, uma pessoa apareceu morta lá. Muito provavelmente a gente não vai voltar nesse assunto no outro dia", afirma. "Mas se for algo do tipo 'morreu alguém na Lapa', nunca tem nada [criminoso] na Lapa, então tem que ir". Julga-se, portanto, o nível de "banalidade" do crime.

Quanto ao trato na informação, Anacleto admite que existem erros, especialmente no que diz respeito aos termos jurídicos. De acordo com a jornalista, isso acontece por falta de conhecimento do repórter, e é mais comum em casos que envolvem pessoas que não são socialmente conhecidas. "Normalmente é quando não tem um personagem muito importante. Quando é a pessoa da periferia, quando é um traficante que morreu, quando é uma troca de tiros, enfim, o cuidado é menor no trato da informação". Esses descuidos acontecem, também, por falta de atenção no momento da edição. "As pessoas não estão mais tão abertas para o policial, a não ser quando você tem um caso tão grande e tal, as informações acabam passando sem edição e esse tipo de erro é cometido, infelizmente", explica a repórter.

Outro erro admitido pela jornalista é a divulgação de rostos e nomes de suspeitos e acusados em alguns casos. Ela garante que, particularmente, evita essa prática, mas usa o caso Tayná para explicar o que acontece eventualmente na emissora: "a gente mostrou o rosto dos meninos quando eles foram presos (...), mostrou nomes e idade. Depois, quando eles falaram dessa questão da tortura foi que começaram a colocar *blur* no rosto deles. Mas já não adiantava mais, eles já estavam expostos". A repórter explica que foge dessa prática justamente para evitar esse tipo de exposição. "Tem vezes em que o cara é inocentado depois e você nunca fica sabendo. Então eu não dou o nome por causa disso. Porque o cara não foi condenado. E ainda que fosse, eu não vejo relevância", explica.

Em compensação, existe uma grande preocupação com o espaço dado a todas as partes envolvidas no crime. A televisão preza pela declaração do maior número de pessoas possível. Embora exista uma confiança nas fontes oficiais, também existe a procura pela divulgação de outras versões. "Aqui na RIC a gente tem esse cuidado. Não somos uma emissora amadora, a gente procura ouvir os dois lados. Se procurou e a pessoa não quis falar, bota isso no texto da matéria. Na maioria das vezes em que o advogado de defesa não quis falar, colocamos 'o advogado foi procurado mas não quis gravar entrevista'", aponta Helen. Para a repórter, as redes sociais também são muito benéficas nesse ponto: "a gente coloca uma matéria no ar, o pessoal do portal posta a matéria no site e nas redes sociais, alguém vai lá e comenta 'mas não é bem assim, ela era assim, eu conheço, eu já vi'. A gente, então, entra em contato com essa pessoa e muda os rumos". Há, portanto, uma grande responsabilidade com mostrar todas as versões dos fatos.

Sobre a relação do lead com as particularidades de cada evento, especialmente no que diz respeito ao crime, Helen explica que a televisão tem uma prática diferente. "No jornalismo policial, não só na TV mas principalmente aqui, os detalhes são muito importantes", aponta. Essa pode ser considerada a maior diferença entre a prática jornalística desse veículo. Enquanto os outros canais de comunicação buscam "enxugar" a informação ao máximo, a televisão procura os detalhes para alimentar os jornais com novas matérias e para destacar as particularidades do crime. É isso que conquista a audiência para cada caso trazido.

4.3. JORNAL IMPRESSO

Assim como o rádio, o jornal impresso também deixou de dar destaque à área criminal. Os jornais sóbrios, utilizando a definição de Angrimani Sobrinho (1995, p. 54), tiveram uma tendência forte a diminuir e até praticamente extinguir a cobertura de crimes no dia-a-dia. Para utilizar o exemplo da Gazeta do Povo, o jornal, atualmente, não tem editoria policial. As informações são importadas de outro veículo de comunicação. Hoje, a chamada cobertura de segurança pública ganha mais espaço. O crime pontual deixou de ser trazido para as páginas dos jornais ao longo dos anos. Para

explicar esse fenômeno, pode-se novamente invocar Ramos e Paiva, como foi feito nos capítulos anteriores, e afirmar que o público alvo dos jornais impressos já não se interessa mais por notícias de violência (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 17). O jornalista do jornal Gazeta do Povo, Felipe Aníbal¹⁷, que trabalhou por dois anos na editoria policial do veículo, corrobora essa opinião no contexto do veículo onde trabalha. "Me parece mesmo que é uma visão editorial. A Gazeta preferiu apostar em um determinado público, e de repente esse público não teria interesse nesse tipo de matéria mais pontual".

Aníbal explica que, atualmente, os casos de crimes pontuais são cobertos por outro veículo parceiro da Gazeta¹⁸. No entanto, quando ele entrou no jornal, em 2013, ainda existia a chamada ronda policial. A rotina de cobertura se concentrava basicamente no IML e nas delegacias de polícia, como também foi observado nos outros veículos pesquisados. Ele afirma que, para que certo acontecimento entrasse no jornal, era preciso que fosse algo que saísse do comum. "Não era qualquer crime ou qualquer homicídio que interessava pra gente. Por exemplo, no Água Verde teve três homicídios. Isso não é comum", explica. Buscava-se, dessa maneira, as informações que valeriam notícia, que renderiam histórias menos banais ou comuns.

Um ponto bastante importante na cobertura de segurança pública, iniciada pelos jornais impressos há menos de dois anos, difere de outros veículos. como o rádio e a televisão, tratados anteriormente. Trata-se da preocupação com "tentar fazer uma matéria mais abrangente, explicando para a sociedade um determinado fenômeno de segurança, e que tivesse impacto na vida das pessoas". Isso é algo que também já foi trazido por Ramos e Paiva. As autoras fazem uma crítica à ausência dessa prática na cobertura policial. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 25).

Quanto ao uso de termos corretos no tratamento aos envolvidos, Aníbal garante que existe um cuidado grande na Gazeta do Povo. "A gente tinha até um manual", explica o jornalista. "Tinha esse cuidado de não condenar ninguém antes do trânsito em julgado. A partir do momento em que

¹⁷ Entrevista concedida por ANÍBAL, Felipe. **Entrevista com o jornalista do Jornal Gazeta Do Povo, Felipe Aníbal**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016. Felipe Aníbal.mp3 (31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 3 desta monografia.

¹⁸ Tribuna do Paraná.

você faz isso em uma matéria, você está metendo um carimbo na testa da pessoa". Por outro lado, o repórter afirma que a questão de publicar nomes e imagens de suspeitos e investigados já foi uma prática comum no jornal: "teve um período que a gente até usou fotos de suspeito. Depois, nós fizemos uma ponderação que a gente estava contribuindo para um certo 'abuso', entre aspas, desses suspeitos. A gente parou de usar e começou a usar fotos em que fosse impossível de identificá-los. Fotos de costas, ou detalhes da mão. Nunca aquela foto no paredão", afirma Aníbal.

A questão de se abrir o mesmo espaço para acusação e defesa também tem faz parte da política do jornal impresso. De acordo com o jornalista, a maior dificuldade encontrada é o fato de que, em certos casos, a defesa não quer se manifestar em um primeiro momento. "Como a ronda está tratando de casos que acabaram de acontecer, às vezes o advogado ainda não tem todos os detalhes e prefere tomar conhecimento do inquérito para depois se manifestar", explica. A solução encontrada para esse problema é a produção de matérias subsequentes que abrissem espaço para estas fontes: "mesmo que em uma primeira matéria não houvesse esse equilíbrio, nada impedia que a gente fizesse posteriormente uma suíte com o outro lado".

Atualmente, o trabalho de Aníbal está mais voltado para a segurança pública do que para o jornalismo policial. Por conta dessa postura editorial exposta pelo jornalista, a cobertura de crimes foi posta em segundo plano, e sua produção para o jornal acontece em outro veículo completamente separado da Gazeta do Povo. Porém, a opinião pública pode ser medida nas sessões de comentários nas redes sociais e no próprio site do jornal. O repórter afirma que existe uma forte tendência dos comentaristas a desrespeitar os direitos humanos e demonstrar violência. "Me deixa triste porque eles, em geral, partem de um pressuposto de que bandido bom é bandido morto e o Estado está pagando um custo que não deveria, enfim, aquela visão rasa", afirma o jornalista.

4.4. CONSIDERAÇÕES

Em primeiro lugar, é preciso observar que existem grandes diferenças de postura quanto ao jornalismo policial entre um veículo e outro. Enquanto o

rádio - por sua natureza dinâmica - preza pela rapidez e pelo fato genérico, a televisão se atenta a todos os detalhes dos casos, por conta da possibilidade de haver imagens, e pelo maior tempo disponível a essa cobertura. Enquanto isso, o jornal impresso começa a pensar nessa editoria como "segurança pública", e não mais simplesmente o jornalismo policial. Já existe a preocupação de se explicar um fenômeno, além de cobrir puramente o crime factual. Não cabe a esse trabalho tentar justificar as posturas editoriais e nem apontar o melhor modelo de notícia. O objetivo é apenas demonstrar as diferenças entre eles.

Também é perceptível a perda de espaço do jornalismo policial nos três veículos com o passar do tempo. Mesmo na televisão, em que o destaque ao crime ainda é grande, é visível que há uma mudança de filosofia das empresas. A humanização da cobertura pode ser uma consequência dessa mudança de postura, uma alternativa à notícia de violência. Essa perda de espaço representa uma tendência que segue a modernização midiática, especialmente nas últimas décadas.

A escolha de pautas, nota-se, é baseada no mesmo critério para os três veículos. O jornalismo de hoje em dia não busca mais o crime puro e simples. É preciso que haja um "ponto fora da curva", algo que fuja das histórias comuns, que desperte a curiosidade do leitor por ser algo inusitado. Nesse ponto, pode-se ilustrar o conceito de rede noticiosa trazido pela Teoria Interacionista estudada por Traquina (2004, p. 181). O jornalista busca uma série de fatores, preferencialmente fora do comum, para avaliar o grau de noticiabilidade de certo acontecimento. Vale destacar, também, que a questão das cidades, trazida por Cantarela Matheus (2010, p. 25), também tem influência nisso, já que foi abordada pelos três entrevistados na explicação sobre o processo de construção da notícia.

Em termos de rotina de cobertura propriamente dita, existem semelhanças e diferenças. O maior ponto em comum que pode ser destacado é a utilização da polícia ou demais órgãos oficiais como primeira fonte de informação. Esse pode ser considerado, talvez, a prática mais comum dos meios de comunicação não só de Curitiba, mas também do Brasil. Afirma-se isso com base nas afirmações de Ramos e Paiva, que abordam essa grande dependência das redações em fontes oficiais. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 37).

Percebe-se, no entanto, que todos os veículos dão importância primordial a conseguir todos os lados de uma história. Existe um cuidado, portanto, com o respeito do espaço ao contraditório, trazido na Constituição do Brasil (1988). A análise que segue esta parte do estudo mostra, porém, que isso nem sempre é posto em prática, apesar do esforço dos profissionais.

Quanto às terminologias, dos três veículos aqui trazidos, somente o jornal impresso tem uma preocupação maior com o acerto das palavras dependendo das fases do inquérito. Embora rádio e televisão tenham também consciência de que existe uma responsabilidade grande do veículo quanto ao tema, os repórteres admitem que algumas falhas podem ser identificadas no material que vai ao ar. Isso pode ser considerado uma grande falha no que diz respeito ao Código de Ética dos Jornalistas (2007) e à Constituição Federal (1988). Como foi trazido no capítulo anterior, ambos expressam claramente que ninguém pode ser condenado antes do trânsito em julgado. Portanto, falhas como essa podem ir contra as determinações dos documentos em questão.

O ponto mais relevante da parte do processo penal no jornalismo é a veiculação de imagens e nomes. No rádio e na TV, pode-se perceber uma liberdade maior dada ao repórter pela chefia. Existe a prerrogativa de se divulgar ou não esses dados. Já no jornal impresso, os jornalistas seguem a linha editorial. A questão é que, certas vezes (como foi trazido por Felipe Aníbal), essa linha editorial incentiva a divulgação. Nesse ponto, também pode-se evocar o Código de Ética dos Jornalistas (2007) e a Constituição do Brasil (1988). Quando a imagem dos suspeitos é veiculada, há um descumprimento da norma de preservação da imagem e da privacidade, trazida em ambos os documentos.

Em conclusão, é possível verificar que existem problemas na cobertura policial e de segurança pública realizada pelos meios de comunicação em Curitiba. A rotina jornalística e a postura editorial, por muitas vezes, atrapalham a possibilidade de uma cobertura realizada de uma forma mais cuidadosa e sem abusos. Por outro lado, já se percebe uma forte tendência à cobertura humanizada. A parte de se procurar ouvir todas as versões do fato e acompanhar o inquérito do início ao fim já se faz presente nos veículos analisados. Aos poucos, inicia-se a pensar, também, na ideia de se pautar o

problema, e não simplesmente a consequência. Ou seja, lentamente, os veículos começam a perceber que é preciso pensar no fenômeno da criminalidade e suas causas, mais do que simplesmente noticiar um homicídio ou uma prisão.

5. O CASO TAYNÁ

Em 25 de junho de 2013, a adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, desapareceu na cidade de Colombo, cidade da região metropolitana de Curitiba. Três dias mais tarde, seu corpo foi encontrado em um terreno baldio por moradores da região. A descoberta do corpo veio depois da prisão de quatro funcionários de um parque de diversões próximo de onde a garota morava. Segundo a Polícia Civil, os homens já haviam confessado o assassinato e estupro da garota.¹⁹

O processo de investigação e localização do corpo de Tayná, bem como a prisão dos quatro suspeitos foi amplamente divulgado pela imprensa local. O caso também tomou proporções nacionais, sendo televisionado e noticiado em veículos com alcance para todo o Brasil. A confissão dos funcionários do parque de diversão, divulgada na mídia de maneira massiva, gerou revolta nos moradores de Colombo. O parque foi depredado pela população local.²⁰

Os suspeitos permaneceram presos por 19 dias. A defensoria pública alegou que os rapazes só haviam confessado o crime porque foram torturados na prisão. O delegado Silvan Pereira, no entanto, sustentava a tese de que os funcionários do parque eram os responsáveis pelo crime. As perícias feitas no corpo de Tayná, por outro lado, eram inconclusivas. Três exames foram feitos. O primeiro, realizado pela perita Jussara Joeckel, informava que havia a possibilidade de não ter ocorrido estupro na ocasião do assassinato da garota. A Polícia Civil manteve a teoria de estupro seguido de morte praticado pelos funcionários do parque de diversões. Posteriormente, um exame de DNA mostrou que o sêmen encontrado no corpo da garota não era compatível com nenhum dos quatro rapazes. Somente após essa confirmação, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) passou a investigar a suposta tortura contra os acusados. A Comissão de Direitos

¹⁹ CORPO de adolescente morta por funcionários de parque é velado. **G1**, 29 jun. 2013. seção Paraná RPC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/06/corpo-de-adolescente-morta-por-funcionarios-de-parque-e-velado.html>> Acesso em: 31 ago. 2016.

²⁰ ACHADO corpo de menina estuprada por funcionários de parque no PR. **G1**, 28 jun. 2013. seção Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/achado-corpo-de-menina-estuprada-por-funcionarios-de-parque-no-pr.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil também interveio. Essa movimentação ocorreu entre os dias 2 e 12 de julho de 2013.

No dia 14 de julho, o promotor Paulo de Lima pediu a soltura dos investigados, dizendo que as provas eram insuficientes e não ligavam os rapazes ao crime. Eles foram soltos e incluídos no Programa de Proteção a Testemunhas no dia seguinte. Além disso, 21 policiais foram denunciados pelo Gaeco por tortura, bem como o delegado Silvan Pereira. A Justiça aceitou denúncia contra 16 pessoas e prendeu preventivamente 14 delas. O delegado também foi preso.²¹

Todos esses passos foram acompanhados pela mídia local. Emissoras como RIC²², RPC TV²³ e jornais como a Gazeta do Povo deram destaque ao caso e todos os seus desdobramentos. A repercussão gerou uma mudança de comando na Polícia Civil. Atualmente, três anos depois, o crime segue sem conclusão. O delegado Silvan Pereira entrou na lista de suspeitos da polícia. As emissoras e os jornais locais relembram o assassinato de Tayná em datas importantes, especialmente nos aniversários do crime. À medida em que prossegue a investigação do assassinato e da suspeita de tortura contra os funcionários do parque de diversão, a imprensa local também retoma o caso²⁴.

5.1. METODOLOGIA

Em primeiro lugar, é importante destacar o motivo pelo qual o caso Tayná foi escolhido quando se trata de analisar o impacto da mídia na Justiça e na opinião pública. Como é bem possível observar, o caso ficou, desde o começo, muito propenso à criação de factoides, informações que não foram

²¹ NEVES, R. Delegado que investigou caso Tayná agora está na lista de suspeitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2013. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/delegado-que-investigou-caso-tayna-agora-esta-na-lista-de-suspeitos-2zx>. Acesso em: 13 jun. 2016.

²² RIC MAIS. **Caso Tayná**. Disponível em: <<http://pr.ricmais.com.br/tag/caso-tayna/pagina/1/>>. Acesso em 31 ago. 2016.

²³ JUSTIÇA do Paraná determina a prisão de suspeitos de tortura. **G1**, 17 jul. 2013. seção Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/justica-do-parana-determina-prisao-de-suspeitos-de-tortura.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

²⁴ QUATRO suspeitos de assassinato no caso Tayná prestam depoimento à corregedoria da Polícia Civil. **Bandnews FM Curitiba**, Curitiba, 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://bandnewsfmcureitiba.com/quatro-suspeitos-de-assassinato-no-caso-tayna-prestam-depoimento-a-corregedoria-da-policia-civil/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

checadas ou comprovadas e muitas vezes levaram a consequências graves. Essas informações vinham, em um primeiro momento, da polícia para os jornalistas e eram amplamente divulgadas pela imprensa. A repercussão do caso gerou comoção na população, houve prisões, intervenções e até mudanças de comando na Polícia por conta dos fatos relatados sobre o assassinato de Tayná e também sobre a tortura dos suspeitos iniciais.

Para comentar de maneira inicial a cobertura do caso, é possível detectar a maior parte dos pontos que foram discutidos nos capítulos iniciais deste trabalho. O veículo escolhido para análise foi a Gazeta do Povo, por se tratar do maior jornal impresso do Paraná, e um dos veículos com mais tradição em todo o estado. De acordo com o ranking da Associação Nacional de Jornais, o veículo é o 22º maior jornal do país, e o maior do Paraná.²⁵ Apesar de a Gazeta optar por uma linha editorial mais "sóbria", usando o termo trazido anteriormente por Angrimani Sobrinho, todo o processo desse crime foi abordado pela Gazeta em sua versão impressa, desde o descobrimento do corpo até os depoimentos mais atuais. Por isso, julga-se importante analisar como se deu essa cobertura nesse veículo especificamente.

Antes de entrar na análise propriamente dita, este trabalho realizou pesquisas levando em conta as Teorias do Jornalismo e as impressões trazidas por autores sobre a sociedade atual, o apelo do crime para os consumidores de notícia e a maneira como estas notícias são apresentadas a estes consumidores. Depois disso, foi trazido outro capítulo, composto de pesquisas bibliográficas com a visão teórica de profissionais da área do Direito sobre as influências da mídia na Justiça e na opinião pública. Posteriormente, foram realizadas entrevistas para detectar as rotinas de cobertura policial em cada veículo (rádio, televisão e jornal impresso). Essas entrevistas ajudam a relacionar o cotidiano dos repórteres com o que foi anteriormente teorizado sobre o jornalismo e suas influências. Os repórteres também puderam defender suas visões sobre a relação da imprensa com a polícia, a Justiça e a opinião pública.

Neste momento, passa-se ao estudo de caso. Depois das apresentações teóricas e das entrevistas com jornalistas da área, julga-se

²⁵ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores Jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

importante ilustrar em uma cobertura real tudo o que foi trazido anteriormente. O trabalho busca analisar as edições do período entre 29 de junho e 18 de julho de 2013 da Gazeta do Povo para detectar os pontos que foram trazidos na parte teórica. O período de tempo em questão diz respeito à descoberta do corpo de Tayná, o processo de prisão dos quatro primeiros suspeitos, passando pelas alegações de tortura e as perícias inconclusivas, até o momento em que os rapazes foram soltos e incluídos no Programa de Proteção a Testemunhas, enquanto os policiais envolvidos na tortura dos suspeitos foram indiciados e presos preventivamente. As análises totalizam 10 matérias e 4 menções de capa nos 20 dias selecionados.

5.2. ANÁLISE

A primeira reportagem²⁶ publicada pela Gazeta do Povo, no dia 29 de junho de 2013 com o título "Corpo de jovem assassinada é encontrado", foi veiculada somente após a descoberta do corpo de Tayná, como sugere o título da matéria. A página em que foi veiculada foi quase que totalmente tomada por um anúncio, portanto o espaço dado à história não pode ser considerado grande. O anúncio não tem relação nenhuma com o caso, ou com crimes de uma maneira geral. Trata-se de uma propaganda de eletrodomésticos.

O texto explica as condições em que foi achado o cadáver, bem como a história do desaparecimento. Depois, a reportagem conta sobre a prisão e confissão de quatro suspeitos, sem citar seus nomes, e narra a versão da polícia de como teria acontecido o assassinato e estupro da garota. Por fim, um subtítulo exclusivo narrou o protesto violento que os moradores de Colombo fizeram no parque de diversões onde trabalhavam os quatro presos. A imagem escolhida foi justamente a do parque depredado. Não há declarações da defesa dos presos.

Ao contrário de outros veículos, o jornal não divulgou o caso desde o momento do desaparecimento da garota. Isso por si só já reflete a perda de espaço que casos policiais comuns vêm sofrendo na mídia "sóbria". Um desaparecimento de adolescente não teve força suficiente para ganhar um

²⁶ Anexo 1

espaço nas páginas do jornal. Um corpo encontrado por si só talvez também não tivesse. A diferença, nesse caso, foi o vandalismo do parque de diversões. Existia, então, um "ponto fora da curva", uma situação diferente que dava mais relevância ao caso Tayná. O subtítulo próprio voltado ao tema e a foto da destruição no parque mostram isso. Esse foi o grande diferencial. É importante destacar que essa atenção dada ao protesto valoriza o medo e a revolta da população.

A respeito do Código de Ética dos Jornalistas e da Legislação brasileira, existem, nessa primeira reportagem, erros e acertos. O maior acerto pode ser considerado o fato de que o nome dos quatro suspeitos não foi revelado. A imagem escolhida, apesar de ter o intuito principal de dar destaque ao protesto, também preservou a identidade dos rapazes. Desse modo, pode-se dizer que houve um cuidado com a preservação do direito de privacidade desses suspeitos. Por outro lado, a dependência única das fontes policiais infringe o conceito de paridade de armas, trazido anteriormente. Não fica claro o motivo de não haver comentário da defesa dos suspeitos, portanto, prevalece somente um lado da história, o lado da acusação. Deste, modo, a técnica básica de construção da notícia de ouvir todos os lados não foi respeitada por este jornalista.

Outro ponto a ser levantado é o uso de verbos no condicional (futuro do pretérito) e no passado simples (pretérito perfeito). Muito embora o texto jornalístico se utilize do modo condicional para dar a ideia de uma possibilidade e não uma certeza, em alguns momentos existe também o uso do pretérito perfeito. Por exemplo, a reportagem diz "Três teriam participado do estupro e um deles se arrependeu no meio do caminho (...)". Nesse momento do inquérito, já havia uma confissão por parte dos suspeitos. Mesmo assim, o comunicador não poderia ter utilizado um tempo verbal assertivo. Corre-se um risco muito grande de condenar antes do trânsito em julgado, ou até mesmo de contribuir para uma espetacularização do processo.

Essa primeira reportagem marcou o início de uma cobertura massiva e quase diária da Gazeta do Povo sobre o caso Tayná nos três meses que se seguiram. Busca-se analisar outras nove matérias, bem como as menções de capa, para estudar esses e outros elementos abordados ao longo deste

trabalho para entender a influência da mídia nos acontecimentos que se seguiram, bem como o nível de espetacularização trazido pelas notícias.

A matéria que seguiu essa primeira aparição já começou a dar o tom novelesco que seguiria ao longo de toda a cobertura do caso. Em 3 de julho de 2013²⁷, apenas uma coluna da Gazeta do Povo foi destinada ao caso Tayná. Aqui, pela primeira vez, a história ganha nome de "caso Tayná" no chapéu²⁸ da matéria. O título do artigo é "Perita diz que jovem não foi violentada". Mais da metade do texto se preocupa em trazer declarações da perita Jussara Joeckel, que afirmava que Tayná poderia não ter sido estuprada antes de seu assassinato. Posteriormente, um subtítulo intitulado "suspeitos" dá o nome e idade dos quatro homens que foram presos pela morte da jovem. O repórter, então, relembra rapidamente o caso e o protesto no parque de diversões. A imagem dessa matéria é uma foto de arquivo da própria Tayná.

É importante destacar o uso de um elemento sensacionalista pela Gazeta do Povo no título da matéria. Como já foi visto, até mesmo os jornais sóbrios se utilizam desses elementos em alguns casos. Enquanto o título traz uma afirmação concreta da perita, de que Tayná não havia sido violentada, o texto explica melhor, dizendo que o que a profissional falou foi que havia a possibilidade de o estupro não haver ocorrido. A afirmação, desse modo, foi utilizada para chamar a atenção do leitor para aquela matéria.

Passando para o subtítulo "suspeitos", deve-se apontar o maior desvio da legislação penal. Curiosamente, na primeira matéria sobre o caso Tayná, esse foi o ponto mais acertado da cobertura. O repórter divulga não somente o nome dos suspeitos, mas também suas idades. Novamente, não há espaço para declarações da defesa, e toda a recapitulação do caso é feita a partir das fontes policiais. Existe, inclusive, um cuidado muito grande para que toda a narração seja colocada em declarações de fontes. Construções como "de acordo com o delegado", "segundo os depoimentos" e "segundo a Polícia Civil" são usados de maneira abundante. O uso do termo "suspeitos" também deve ser destacado, por demonstrar que houve um respeito com a terminologia jurídica de acordo com as fases do inquérito. O uso da imagem de Tayná é

²⁷ Anexo 2

²⁸ Jargão jornalístico: tema da matéria apresentado em uma palavra na parte superior direita da página.

controversa. Amplamente divulgada na mídia, a garota tinha apenas 14 anos quando faleceu, ou seja, era menor de idade. Isso poderia levantar questionamentos no âmbito do Direito, no que diz respeito ao direito de imagem e proteção da identidade de menores, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), art. 17.

Em 6 de julho²⁹, a reportagem "Polícia confirma estupro seguido de morte" deu sequência ao caso Tayná, assim chamado novamente pelo chapéu da matéria. Meia página foi destinada ao assunto nessa edição. O subtítulo relembra a morte da garota e confirma o indiciamento dos quatro rapazes presos. O *lead* explica a finalização do inquérito, remonta brevemente todas as informações que se tinha sobre o caso na época e faz menção à informação da matéria anterior, de que o estupro poderia não ter acontecido. Mais uma vez, então, divulga nomes e idades dos suspeitos, e detalha a suposta participação de cada um deles no crime. Por fim, há espaço para uma fala do delegado Fábio Amaro, que havia acabado de assumir o caso, que explicou os últimos passos para que o indiciamento pudesse acontecer. Novamente, não existem declarações de defesa. A foto de Tayná ilustra a matéria mais uma vez.

A repórter responsável pela reportagem demonstra conhecimento da área jurídica. Os termos utilizados respeitam a presente fase do processo, como estudado no capítulo 3, mas são pouco explicativos para o leitor. Pode-se atribuir isso à falta de espaço no jornal para os conteúdos de segurança pública. O tamanho reduzido do texto impede que o jornalista consiga explicar ao público sobre os próximos passos do processo penal contra os suspeitos. O texto acaba caindo na superficialidade criticada por estudiosos já citados neste trabalho. A imagem meiga de Tayná sorrindo à frente do espelho pode ser considerada um elemento de espetacularização, ou mesmo de sensacionalismo, utilizada para despertar justamente algumas sensações em quem lê. Essas sensações podem passar por revolta, pena ou até mesmo alívio. Ilustra-se aqui o que foi trazido por Angrimani Sobrinho anteriormente.

Ainda se observa a dependência das fontes oficiais. Todas as informações trazidas nesta matéria vieram diretamente da delegacia. As declarações de defesa continuaram sem espaço, apesar de o assunto já estar

²⁹ Anexo 3

em voga há mais de uma semana na mídia. Pode-se inferir que a Gazeta tomou como habitual a divulgação do nome dos suspeitos, apesar de essa prática ir de encontro com o direito à privacidade, previsto na Constituição. Toda a construção da matéria dá um ar de resolução ao caso, novamente contribuindo para a condenação dos rapazes antes mesmo do julgamento. Não basta, então, apenas acertar a terminologia do inquérito, mas conferir o direito de defesa e a paridade de armas para que exista o benefício da dúvida no conteúdo jornalístico.

Em 10 de julho de 2013, uma nova reportagem foi feita pela Gazeta do Povo³⁰, com uma grande novidade na narrativa que se formou ao redor do "caso Tayná", essa denominação já amplamente assumida pela mídia. "Resultado de exame põe inquérito sob suspeita" foi o título dado à matéria. O subtítulo explica que o sêmen encontrado nas roupas de Tayná não era compatível com o DNA de nenhum dos quatro "acusados". Este é o termo utilizado ao longo da matéria publicada no dia 10 de julho para identificar os rapazes presos.

Dividida em quatro colunas, a matéria foi apresentada da seguinte maneira: a primeira coluna foi destinada a apresentar o fato novo, o laudo que colocava em cheque a investigação, e abordou todos os factoides que haviam aparecido até ali na cobertura do caso pelo jornal. Expressões como "reviravolta no caso" e "inconsistências" merecem destaque, bem como o acréscimo da palavra "supostamente" ao abordar a confissão dos quatro rapazes detidos. A segunda coluna trouxe as fontes oficiais. Cada parte envolvida no caso teve direito a uma declaração. Isso incluía a perita Jussara Joeckel, um dos delegados responsáveis pelo caso e um médico legista, cada um defendendo um ponto de vista sobre os novos fatos. A última coluna foi destinada à declaração da defesa, com o subtítulo "Advogados afirmam que acusados fizeram confissão sob tortura". Conta-se a versão do advogado, de que os detidos teriam sido torturados, e utiliza-se tanto a palavra "acusados" quanto a palavra "suspeitos" para se tratar dos rapazes. A foto que estampa a reportagem é do delegado Agenor Salgado Filho.

³⁰ Anexo 4

Neste ponto da história, inúmeros elementos do caso Tayná foram postos sob suspeita. O uso de palavras como "reviravolta" contribuiu para essa sensação de incerteza. Este pode ser considerado um grande elemento de sensacionalismo trazido pelo jornal. O emprego de termos como esse contribuiu para uma atmosfera espetacular e novelesca. Em seguida, a recapitulação do caso apresenta elementos que até aqui não haviam sido observados, como a utilização da palavra "supostamente" quando se tratou da confissão dos detidos. Surge, aí, uma mudança de tratamento pela Gazeta do Povo, pela percepção de que fatos errôneos haviam sido divulgados como verdade. Passa-se a ter o cuidado de não condenar antes do trânsito em julgado, já que essa confissão estava agora sendo posta em cheque. Mais uma vez, as novas informações são apresentadas na voz das fontes oficiais. Isso pode ser considerado bastante importante nesse momento, já que os próprios órgãos públicos tinham contrapontos entre si. O trabalho do jornalista, no entanto, não deveria ser meramente declaratório, como foi feito na matéria do dia 10 de julho.

Passa-se, agora, a comentar a última coluna da matéria, destinada à defesa dos quatro detidos. De início, deve-se destacar a demora do surgimento da versão dos advogados. Até essa edição, não houve sequer uma menção de tentativa de contato por parte da Gazeta do Povo. Essa atitude fere completamente o princípio da paridade de armas e até mesmo o direito ao contraditório. Em 10 de julho, no entanto, essa versão de defesa passa a ser apresentada nas páginas do jornal, já que não existia mais uma "certeza" por parte dos órgãos públicos, de que os crimes contra Tayná haviam sido cometidos por aqueles rapazes.

É importante destacar que o relato da defesa foi escrito separadamente e por um repórter diferente do restante da matéria. Pode-se perceber um desconhecimento do sistema judicial por parte do profissional que escreveu as declarações da defesa, pois, em seu texto, existe a menção aos rapazes presos como "suspeitos" e como "acusados". Não houve um preparo sobre as instâncias do sistema penal. Outro comentário relevante para essa matéria é a diferença de espaço dado para fontes de acusação e de defesa. Embora a preocupação de se buscar todas as fontes finalmente tenha acontecido, o espaço ainda é maior para um lado.

Em 11 de julho³¹, uma porção considerável de uma página do jornal impresso da Gazeta do Povo foi destinada ao caso Tayná. A página foi dividida em duas matérias diferentes e uma cronologia dos fatos. O título da primeira delas: "Lesões em suspeitos confirmam tese de tortura". O artigo é destinado a falar sobre os exames de corpo de delito feitos nos quatro detidos, que mostravam machucados em seus corpos. O texto segue falando da internação de um deles, por sangramentos na região anal. Há espaço para a declaração da Casa de Custódia, que dizia que os acusados já haviam chegado nas instalações com lesões corporais. Narra-se, também, o envolvimento da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR no inquérito, e abre-se mais espaço para declarações da defesa. Um subtítulo especial é destinado para relembrar o caso, com o nome de "contradições". Não existe mais o uso de verbos no pretérito perfeito. Especialmente neste subtítulo final, é possível encontrar elementos de espetacularização no texto, como a frase "A denúncia de tortura é apenas mais um elemento (...)". Encerra-se a matéria com o anúncio da troca do delegado responsável pelo caso, o terceiro a assumir.

A segunda matéria traz a declaração do pai de uma amiga de Tayná, com quem a garota estava logo antes de ser assassinada. Por se tratar de uma fonte próxima da vítima, esse texto é mais novelesco do que os outros. Isso pode ser demonstrado, por exemplo, pela seguinte frase: "(...) pai da amiga com a qual a jovem passou parte da última noite de sua vida". Também é importante destacar a menção de detalhes, como o fato de que a garota teria passado na casa de outro colega para buscar uma chapinha e um rímel. Não existem elementos técnicos. A fonte relata que parentes e pessoas próximas ainda não haviam sido ouvidos pela polícia e explica que Tayná saiu da casa dele logo antes de ser assassinada. Em seguida, abre-se espaço para que ele diga que acredita na culpa dos quatro rapazes detidos. O repórter também reitera que essa é a opinião da família de Tayná. A foto que ilustra essa matéria é uma faixa no parque de diversões depredado em que se lê "Tayná Adriane".

O ganho contínuo de espaço do caso Tayná no jornal impresso Gazeta do Povo mostra bem as proporções que a história tomou. Tratava-se, na

³¹ Anexo 5

época, de um crime completamente diferente do comum, que rendia cada vez mais interesse do público. Nesse momento, também se percebe cada vez mais os elementos sensacionalistas, mesmo que pequenos, ao longo dos textos. As expressões acima trazidas comprovam essa ideia. Por se tratar de um jornal sóbrio, o sensacionalismo aparece de forma sutil, mas pode ser observado até mesmo nesse veículo. O destaque a detalhes aparentemente inúteis também corrobora essa noção.

O grande destaque dado à defesa, na matéria dessa edição, começa a equilibrar um caso que foi majoritariamente baseado em fontes de acusação desde o início. O princípio da presunção de inocência passa a ser mais respeitado, e a paridade de armas começa a aparecer na Gazeta do Povo. O fim do emprego de verbos no passado simples também demonstra um entendimento do jornal de que seria necessário respeitar com mais seriedade as questões jurídicas complexas que envolviam o caso.

A finalização da reportagem, porém, ainda vem com uma declaração contra os acusados. A imagem do parque com a faixa para Tayná também relembra as primeiras versões, que apontavam unicamente para os funcionários detidos. Este ponto pode ser utilizado para medir a opinião pública quanto ao caso na época. Neste momento, a suspeita de tortura contra os quatro rapazes presos começava a ser mais detalhada pela mídia. Até este ponto, no entanto, todas as matérias mostravam a promotoria, de que os suspeitos haviam cometido o crime. Quando o pai da amiga de Tayná declara que tanto ele quanto os outros moradores da região acreditam que os suspeitos da época haviam cometido o crime, isso demonstra a influência que as notícias sobre o caso tiveram sobre as opiniões. A adição de um pedido de justiça ainda acrescenta a ideia de que a sociedade clama pelo punitivismo.

No dia 12 de julho, pela primeira vez, o caso Tayná ganha espaço na capa da Gazeta do Povo³². A chamada não é grande, mas vem com os dizeres "Gaeco vai investigar se houve tortura no caso Tayná". Apesar da chamada de capa, neste dia apenas metade de uma coluna³³ é destinada a falar sobre o caso. Trata-se de uma nota que explica o recente envolvimento do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado na investigação de tortura.

³² Anexo 6

³³ Anexo 7

O texto também fala sobre o confisco da roupa dos rapazes, que teriam sido usadas no dia da "'suposta' tortura", como escrito na Gazeta. Um parágrafo final informa que o Departamento da Polícia Civil havia afastado das funções policiais os delegados Silvan Pereira e Agenor Salgado Filho para que as investigações ocorressem sem interferências. Esta nota usa a expressão "suspeitos" para tratar dos quatro rapazes presos.

É notório que o espaço de um jornal impresso é bastante limitado. É, portanto, possível considerar que não havia condições de se dispor, na edição do dia 12 de julho, de um espaço maior para se tratar o caso. Evidentemente, existe uma priorização de outras pautas, o que deixou, nesta edição, pouco espaço para o tratamento do caso. Seguindo essa linha de pensamento, a chamada de capa foi a maneira encontrada para ainda assim dar certo destaque à nova informação no caso Tayná. Porém, o envolvimento do Gaeco e o afastamento das funções dos dois delegados anteriores que haviam trabalhado no caso deveria ter recebido um espaço maior. Trata-se de informações de extrema relevância no caso. Em termos de construção da nota, não existem grandes observações no texto. Como a nota deve ser bastante direta, não há elementos sensacionalistas a serem observados. O uso do termo "suposta" no que diz respeito à tortura mostra, no entanto, a cautela com que os jornalistas passaram a tratar, após as denúncias de tortura, as informações provenientes do caso Tayná.

A matéria do dia seguinte, 13 de julho³⁴, tem destaque bem maior do que a nota do dia anterior. Com o título "MP diz que laudos relacionam os acusados ao crime", a matéria ocupa pouco menos da metade de uma página. A informação principal é a declaração do Ministério Público de que haveriam provas contra os quatro acusados do assassinato de Tayná. Há uma explicação sobre as novas etapas do processo, bem como a informação de que o prazo de apresentação da denúncia terminaria em dois dias. O promotor designado ao caso é trazido como fonte. Há uma declaração do entrevistado em aspas. O subtítulo "tortura" foi destinado para anunciar a data dos novos depoimentos dos rapazes presos e contar novamente as declarações de tortura. Sem fugir do tema da matéria, o texto também explica as novas etapas

³⁴ Anexo 8

do processo de investigação das acusações de tortura. Não há entrevistas nesta parte. A foto que estampa a matéria é a imagem dos rostos dos acusados.

A linguagem da matéria do dia 13 de julho abre menos espaço para o sensacionalismo do que textos anteriores da Gazeta do Povo. Neste caso, o jornal tem uma postura bastante "sóbria", sem o uso de termos que chamam atenção por serem novelescos ou dramáticos. O teor da matéria é mais técnico, caracterizado pelo emprego de termos como "diligências", "indícios" e "laudos periciais", e pela explicação das próximas fases do processo, como por exemplo "na segunda-feira vence o prazo para o MP-PR se pronunciar sobre o caso: se oferece denúncia à Justiça contra os acusados, se arquiva o caso ou se solicita um novo prazo para mais diligências". Isso faz com que o texto, por consequência, seja mais direto e preciso. Porém, observa-se um conhecimento dos repórteres, que utilizam termos simples e fazem explicações acessíveis a quem lê a reportagem.

No campo jurídico, por outro lado, a matéria do dia 13 de julho comete algumas falhas. A maior delas, deve-se destacar, é a divulgação da imagem dos acusados. Isso fere o direito à imagem e à privacidade, já tratados amplamente neste estudo. A Gazeta havia conseguido, até este ponto, evitar essa irregularidade com fotos que não expusessem os rapazes. Na sétima matéria sobre o caso Tayná, no entanto, esse esforço foi deixado de lado e a foto dos acusados estampou a reportagem sobre o assunto. Também é preciso ressaltar a falta de uma declaração de defesa, já que o promotor que acusava os rapazes foi ouvido e citado. Embora um segmento tenha sido destinado à recapitulação das acusações de tortura policial, nenhum advogado de defesa foi ouvido, não houve contraponto ao que foi dito pelo Ministério Público.

A capa do jornal do dia 15 de julho³⁵, dois dias após a veiculação da matéria anterior sobre o caso, traz um pequeno destaque: "Sesp pede prisão de policiais do caso Tayná". A matéria em si³⁶ ocupa um terço de uma página. O chapéu lê a palavra "reviravolta", o título da matéria é "Policiais serão presos por tortura no caso Tayná". O texto tem início com a informação do pedido de liberdade dos acusados que estavam presos e do pedido de prisão de policiais

³⁵ Anexo 9

³⁶ Anexo 10

envolvidos na suposta tortura dos acusados para que eles confessassem o crime. A reportagem narra que os rapazes acusaram policiais, guardas municipais, entre outros, de participarem da tortura, porém complementa dizendo que a Secretaria de Segurança do Paraná não confirmava aquela informação. Há, em seguida, uma declaração do promotor Paulo de Lima, em que ele afirma que a soltura aconteceu porque havia dúvidas plausíveis sobre a culpa dos acusados. A matéria termina com a informação de que 20 policiais da delegacia de Alto Maracanã, em Colombo, haviam sido afastados de suas funções. A foto, mais uma vez, é dos quatro acusados em um paredão da polícia. Os nomes dos policiais envolvidos no pedido de prisão não são divulgados.

Abaixo dessa matéria principal, em tamanho um pouco reduzido, o título "Suspeitos destituem advogado" abre espaço para quatro pequenas colunas que narram o afastamento do defensor público que defendia os quatro rapazes acusados após ele interromper o depoimento de um deles. Lança-se a teoria, a partir da declaração do promotor Paulo de Lima, de que o advogado poderia estar defendendo o interesse de terceiros, até mesmo do verdadeiro culpado, e por isso estaria "coagindo" os rapazes a permanecerem em silêncio. Menciona-se uma procura ao defensor público, porém afirma-se que ele não atendeu às ligações do jornal.

O tom policial e novelesco volta com força máxima na edição do dia 15 de julho de 2013. Embora a chamada de capa seja curta e direta, a reportagem em si traz uma linguagem bastante sensacionalista logo em seu chapéu. A palavra "reviravolta" dá o tom para o resto da matéria. O que se sente, pela linguagem adotada, é uma incerteza nas informações. Nos primeiros parágrafos, embora seja claro que existam muitos fatos, também, nesse ponto, é visível que há poucas certezas. Enquanto a jornalista que escreveu o texto faz o possível para organizar todo o fluxo de informação, uma sensação de desordem toma conta da escrita. Isso, somado aos elementos sensacionalistas, pode contribuir para gerar uma sensação de medo no leitor. Nos parágrafos que seguem, um tom mais técnico é novamente adotado, e os termos sensacionalistas voltam a perder espaço. Informações como os autores do pedido de soltura e os protagonistas da intervenção na delegacia são dadas

de maneira mais direta, já que são visivelmente melhor apuradas do que a primeira parte da matéria.

A segunda parte, que trata da destituição do advogado dos quatro rapazes acusados, traz a informação do afastamento e, posteriormente, narra o motivo da destituição segundo fontes. Como se trata de uma declaração a partir de pessoas que estavam presentes no depoimento em que o defensor teria interrompido seu cliente, torna-se muito importante que a informação seja creditada à fonte. Essa isenção do jornalista, apesar de contraditória, deve ser respeitada em casos como esse.

Mais uma vez, a Gazeta do Povo comete o equívoco de estampar uma matéria do caso Tayná com uma foto dos quatro acusados, que agora seriam soltos por ordem da promotoria. A falha torna-se ainda mais grave considerando que, neste momento, os acusados seriam soltos justamente pela falta de convicção de que seriam eles os culpados. Essa exposição da imagem, portanto, tornou-se descabida, além de ir contra o que está expresso na Lei máxima do país e no Código de Ética dos Jornalistas. A não divulgação dos nomes dos policiais envolvidos pode ser considerada um êxito da reportagem, mas também deve-se considerar a possibilidade de que a promotoria não tenha divulgado esses nomes.

Não obstante, a falta de uma declaração de defesa desses policiais pode ser considerada uma falha. Como já foi dito no parágrafo anterior, a matéria toda é creditada à declaração de fontes. Isso pode ser considerado uma necessidade, mas também percebe-se, neste momento do caso Tayná, um cuidado maior com a divulgação de informações. Isso porque muito do que foi trazido anteriormente agora passou a ser amplamente contestado. Os jornalistas, então, se isentam e se utilizam mais das técnicas declaratórias.

Na capa³⁷ do jornal do dia seguinte, 16 de julho, uma pequena nota chama a notícia, com o título "MP pede prisão de 15 suspeitos por torturas no caso Tayná". A matéria³⁸ em si aparece com o chapéu "violência" tem o título de "Suspeitos da morte de Tayná são soltos após 18 dias na prisão". Boa parte de uma página é destinada a isso. O *lead* desta matéria é justamente a soltura dos quatro rapazes que estavam presos. Detalhes sobre o local onde estavam

³⁷ Anexo 11

³⁸ Anexo 12

e o processo de soltura são fornecidos. Em seguida, passa-se a discutir os pedidos de prisão e as acusações contra os suspeitos de tortura. O nome do delegado Silvan Rodney Pereira é citado na lista dos pedidos de prisão. Fala-se, também, sobre o pedido de afastamento de outros nove agentes públicos. Uma fala do coordenador do Gaeco explica a razão do pedido, e uma descrição dos tipos de tortura é apresentada. O texto deixa claro que são alegações dos quatro rapazes. Mais detalhes sobre a soltura dos presos são apresentados, e lança-se a possibilidade de os rapazes serem incluídos no programa de proteção a testemunhas. O coordenador do programa traz explicações sobre o processo de entrada neste programa.

Uma matéria menor, de apenas uma coluna, traz uma declaração do antigo advogado dos rapazes, em que ele diz ter sido hostilizado por funcionários da Secretaria de Estado de Segurança (Sesp). Ele narra as supostas hostilidades. Um promotor de Justiça é trazido para defender o órgão público. Ele afirma que não houve nenhum tipo de hostilidade por parte da Sesp contra o defensor. A foto que estampa as matérias é a fachada do Gaeco com um dos acusados de frente para a câmera, porém pouco reconhecível.

A priorização da informação de soltura dos rapazes em lugar da notícia do pedido de prisão dos agentes públicos envolvidos na suposta tortura dos presos representa um passo de humanização na cobertura do caso Tayná. Embora grande parte do texto contenha informações técnicas, a descrição das formas de tortura possivelmente aplicadas também contribui para a criação de empatia com os quatro acusados. A matéria menor, que trata da suposta hostilidade para com o ex-advogado de defesa, traz, majoritariamente, elementos declaratórios. Questiona-se, inclusive, a necessidade desse espaço. A presença dessa coluna pode ser atribuída à necessidade midiática da geração de novos factoides para o caso.

Essa atenção dada às declarações do antigo advogado de defesa pode também servir como exemplo da diferença de tratamento dada pelos veículos de comunicação a pessoas mais ou menos influentes. Com efeito, observa-se que, após ser noticiada a denúncia, uma resposta da promotoria foi veiculada. Essa paridade de armas foi respeitada em poucos momentos no decorrer da cobertura do caso Tayná. Com relação à matéria principal, trata-se de um texto bastante técnico, que mostra conhecimento dos repórteres sobre o caso e a

justiça. Apesar disso, pode-se afirmar que o direito ao contraditório não foi amplamente respeitado, já que a defesa dos agentes públicos cuja prisão fora pedida não foi ouvida. Como ponto positivo, pode-se destacar a preservação da identidade deles. A exceção foi o delegado Silvan Pereira. A divulgação desse nome pode ser justificada no fato de se tratar de uma pessoa pública.

A última matéria a ser analisada nesta pesquisa é a do dia 18 de julho. A capa³⁹ traz, pela primeira vez, o caso Tayná como destaque principal. A chamada diz "Justiça decreta prisão de 11 policiais por tortura no caso Tayná". Dentro do jornal, a matéria⁴⁰ vem com o título "Decretada prisão de 14 por tortura no caso Tayná". Explica-se, no *lead*, o aceite do pedido de prisão. Em seguida, relata-se que algumas das pessoas já haviam se apresentado à polícia. Depois dessa introdução, o deferimento do pedido e prisão contra o delegado Silvan Pereira torna-se o ponto principal. Há inclusive uma declaração ampliada do delegado, em que ele afirma não haver ocorrido nenhum tipo de coação contra os presos para que eles confessassem a culpa pelo assassinato. No subtítulo "proteção", a reportagem explica que os quatro rapazes haviam sido incluídos no programa de proteção a testemunhas.

Outra matéria, com o título "Investigação" traz a seguinte gravata: "perguntas sem resposta aumentam o mistério entorno da morte". Uma breve recapitulação do caso Tayná dá início à discussão sobre a dúvida de ocorrência de violência sexual contra a garota. O subtítulo "quinto elemento" apresenta um possível novo envolvido no assassinato. Um homem, que teria sido detido junto com os quatro funcionários do parque de diversão e depois liberado, havia sido citado no depoimento dos suspeitos com o apelido de "baixinho". Poderia, então, também estar envolvido no crime. A foto das matérias do dia 18 é o delegado Silvan Pereira, com destaque para sua declaração em que afirma que não houve tortura contra os presos.

O decreto de prisão dos policiais por tortura foi julgado pelo jornal Gazeta do Povo o fato mais noticiável de todo o caso Tayná. Isso pode ser percebido no destaque dado tanto à capa quanto à matéria. Os elementos sensacionalistas devem, mais uma vez, ser destacados, já que desempenham um papel de protagonista ao longo do texto. A matéria é escrita como uma

³⁹ Anexo 13

⁴⁰ Anexo 14

narrativa. Termos como "pergunta sem resposta" e "Quinto elemento" corroboram a construção novelesca. Além disso, a apresentação de um novo suspeito chamado de "baixinho" traz um novo factóide, alimentando a necessidade dos veículos de trazer novas informações sobre o caso.

Em termos jurídicos, a última matéria analisada não salta aos olhos. Apesar de novamente não existir espaço para defesa dos policiais presos, suas identidades seguem sendo preservadas. O delegado Silvan Pereira teve o direito de se defender e suas declarações ganharam destaque na diagramação da página. O subtítulo "proteção", que traz informações sobre o ingresso dos quatro rapazes no Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, é importante por detalhar as etapas do processo de proteção a essas pessoas. Além da relevância técnica - de se explicar à sociedade um programa pouco debatido -, pode-se pensar, também, no início de uma reconstrução da imagem e dignidade de quatro homens que foram injustamente acusados.

6. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a construção da notícia policial e a sua relação com o Processo Penal no Brasil. Buscou-se responder às questões que englobam o interesse do interlocutor no crime, bem como sua reação ao receber essas informações. Foi relevante, também, detalhar essas diferentes reações, e trazer as teorias do jornalismo para essa discussão, de modo a entender a construção das notícias em termos de linguagem, escolha de imagens, assuntos, entre outros. Além disso, foram estudados artigos da Lei Máxima Brasileira, relacionados com o Código de Ética dos Jornalistas, de maneira a entender como esses documentos se influenciam entre si, e no trabalho diário do jornalista brasileiro. A opinião pública também representou uma parte relevante desta pesquisa, e buscou-se entender qual é a importância do trabalho jornalístico policial, da forma como ele se apresenta, no pensamento da população sobre determinados assuntos. Outros conceitos jurídicos também foram abordados, para, mais uma vez, tentar relacionar o trabalho jornalístico policial ao campo do Direito. Além da parte teórica, julgou-se interessante trazer a visão de profissionais da comunicação que trabalham na área policial para contribuir com esta pesquisa. Neste momento, buscou-se entender as particularidades dessa editoria, bem como a diferença de cobertura entre os veículos. O objetivo principal era identificar o que foi trazido nos capítulos anteriores: a construção da notícia e as relações com o Processo Penal no cotidiano dos repórteres. Por fim, para, mais uma vez, relacionar o que foi trazido em teoria para a prática, realizou-se o estudo do Caso Tayná, tendo como base o jornal Gazeta do Povo. O objetivo era buscar semelhanças entre os pontos analisados em revisão bibliográfica para um caso real. A hipótese principal levantada por este estudo foi a de que o jornalismo policial apresenta erros tanto na área da comunicação quanto na área do Direito. Estes erros acontecem, principalmente, pela falta de preparo dos profissionais que cobrem esta editoria e pela confiança em fontes oficiais.

A partir disso, conclui-se que o apelo da notícia sobre crime está intimamente ligado à sociedade do espetáculo, que busca o entretenimento acima de tudo. As reações provocadas por esse tipo de notícia, tais como o medo, a catarse, o alívio e o júbilo da morte do outro, transformam esse tipo de

notícia em uma grande fonte de espetáculos. Com isso, as reportagens policiais passaram a ser vendidas como entretenimento, o que favoreceu a disseminação da linguagem sensacionalista, mesmo nos jornais mais sóbrios, que ainda se utilizam destes elementos em certas ocasiões. Embora a cobertura policial tenha passado por um processo de humanização, e as pautas sejam escolhidas com mais atenção, esses elementos se mantêm presentes, por conta da configuração da sociedade e mídia de massa.

As teorias do jornalismo podem ser evocadas em conjunto para se construir um entendimento das notícias sobre crime atualmente. Elementos de quase todas as teorias que foram estudadas podem ser identificados na cobertura policial. Em primeiro lugar, a notícia como produto, inserida no contexto da sociedade atual, contribui para uma construção impessoal do trabalho jornalístico, vendido como entretenimento, sem particularidades, suprimidas pela existência do *lead*. Determina-se, também, uma construção cultural das notícias, o que não necessariamente condiz com a verdade, já que tudo é realizado através do olhar do profissional encarregado de escrever o texto. Além disso, a organização burocrática das empresas de comunicação e a configuração cultural da sociedade levam o comunicador a identificar os valores-notícia em determinados assuntos, e não em outros. Todos esses aspectos, somados ao fator tempo, que sempre acompanha o trabalho jornalístico, dão conta da construção da notícia no geral.

A escolha de pautas, trazida pelos teóricos, tem direcionamentos bastante claros, seja pelo repórter, seja pela empresa. Em primeiro lugar, o ponto mais importante é a priorização de assuntos que fogem ao comum. O crime “simples”, ou banal, já não tem espaço nos jornais como tinha na época em que a violência era o carro-chefe das redações. Dito isso, conclui-se que os assuntos priorizados geralmente são os casos de violência brutal, crimes que são descobertos em circunstâncias diferentes, casos que envolvem mistérios em relação ao corpo da vítima, ou aos suspeitos e crimes que acontecem em bairros nobres da cidade. Essa priorização de cobertura nos bairros mais ricos é identificada em vários veículos de comunicação. Casos de violência que acontecem na periferia têm menos destaque do que os mesmos casos que ocorrem em áreas ricas.

Ao fim do capítulo sobre a construção das notícias policiais, destaca-se a questão do medo. Essa sensação acompanha a sociedade, passa por diversos âmbitos da vida do ser humano, e é amplamente alimentada pelos jornais que apresentam cobertura policial. O destaque fica para o conceito de medo midiático que, além de fomentar o temor coletivo através das páginas dos jornais, direciona o teor do receio de acordo com cada parte da cidade. Mais uma vez, destaca-se a importância da configuração urbana na construção das notícias. O medo midiático, portanto, organiza a cidade de acordo com os tipos de violência. Moradores de áreas mais nobres, por exemplo, devem se preocupar com assaltos a mão armada, enquanto residentes de periferias devem se concentrar nos tiroteios e no crescimento do tráfico de drogas. O medo midiático está bastante presente na cobertura policial dos dias de hoje.

Ao longo do capítulo que seguiu, em primeiro lugar foi concluído que o Código de Ética dos Jornalistas e a Lei Máxima Brasileira seguem uma linha única de ideologia: o respeito à dignidade da pessoa humana. A partir da relação entre artigos da legislação e do código que detalha a conduta ética dos profissionais da comunicação, foi possível concluir que ambos determinam respeito absoluto a direitos como o contraditório, a ampla defesa, o direito de imagem, etc. Desse modo, pode-se afirmar que a responsabilidade do jornalista policial é muito grande. O cuidado para não se condenar alguém antes do trânsito em julgado, ou seja, antes do fim de todas as fases do processo penal, deve ser tratado como princípio básico. Caso contrário, corre-se um risco não somente de se cometer uma injustiça, mas de ir contra o que diz a legislação brasileira e o código que guia as normas éticas da profissão.

Quanto à opinião pública, afirma-se que a mídia tem uma responsabilidade bastante grande também neste ponto. Como foi trazido anteriormente, o medo midiático e a disseminação das sensações de temor social podem gerar consequências no pensamento da população. Este medo leva a reações punitivistas e perigosas, podendo gerar até mesmo tentativas de se fazer justiça com as próprias mãos. Este incentivo à violência, por parte da imprensa, pode acontecer de maneira direta ou indireta, mas é bastante visível que a imprensa atual tende, em certas situações, fazer o papel de acusador. Isto interfere diretamente na opinião pública. Mais uma vez, pode-se evocar a falta de preparo dos profissionais que cobrem a editoria policial. O crime é

noticiado após o acontecimento, e não existe um acompanhamento das fases do processo penal. Não há, também, uma preocupação em se ensinar essas fases à população. Além disso, não são estudados os fenômenos da violência. Somente a consequência destes fenômenos ganha espaço na grande maioria das vezes.

Ao fim do capítulo que relaciona com mais profundidade o Jornalismo e o Processo Penal, destaca-se mais uma vez a dignidade da pessoa humana, e a responsabilidade do profissional da comunicação, especialmente na editoria policial, com esse princípio. Os autores trazidos nesta parte denunciam negligências a questões centrais do trabalho e da conduta ética jornalística. Conclui-se que grande parte dos veículos não se preocupa com situações como o direito à ampla defesa e ao contraditório. Aqui deve-se destacar a dependência das fontes oficiais, como a polícia, promotoria, entre outros órgãos que, na maioria dos casos, são a acusação. Mais uma vez, fala-se da chamada “cobertura seletiva”, que prioriza alguns tipos de crime, e deixa de lado outros acontecimentos que, socialmente, podem ter o mesmo valor, mas na imprensa não apresentam valor-notícia. Neste momento do estudo, os autores abordados criticam esta prática, e afirmam que isso é prejudicial ao direito à informação.

A partir das entrevistas realizadas com os profissionais de rádio, televisão e jornal impresso, foi possível identificar na prática muitos dos pontos que foram trazidos na parte teórica. Esta identificação de pontos teóricos justifica a escolha metodológica da realização de entrevistas. Conclui-se que a televisão é o veículo que tem maior espaço para a área policial. Os outros veículos, por sua vez, sequer apresentam editorias fixas com esse tema. Além disso, percebe-se que os profissionais que cobrem essa área não têm formação própria, nem especialização neste tipo de conteúdo. Isso gera erros e negligências com alguns pontos éticos e legislativos. Por exemplo, a preservação da imagem, o direito ao contraditório e o respeito às fases do processo penal não têm uma atenção definida, e são, por diversas vezes, deixados em segundo plano. Conclui-se, também, que o jornal impresso é o que apresenta uma cobertura mais ampla deste tipo de notícia, já que começa a pensar em segurança pública, e na construção de reportagens que explicam

um fenômeno de violência, ao invés de noticiar o crime pelo crime. Os outros dois veículos ainda apresentam coberturas bastante pontuais.

Por fim, o caso Tayná serviu para, mais uma vez, determinar na prática os pontos teóricos que foram trazidos ao longo deste estudo. Pôde-se identificar os pontos principais trazidos ao longo da revisão bibliográfica. O maior deles foi a falta de instrução dos profissionais que cobriram o caso. Em inúmeras ocasiões os termos errados foram utilizados, o que justifica esta afirmação. Além disso, a falta de respeito ao direito de imagem, à não condenação antes do trânsito em julgado e ao contraditório ficam bastante visíveis ao longo da análise do caso. Em termos de construção da notícia, pode-se destacar o uso de elementos sensacionalistas e o apelo ao sentimento do interlocutor, que passa por medo e punitivismo contra os rapazes que foram inicialmente acusados. Como o caso segue sem solução, não se pode fazer uma análise mais aprofundada de um julgamento para medir a influência que teve a mídia paranaense no resultado final. Porém, os casos trazidos anteriormente, bem como a ação da polícia relatada por mais de dez dias contra os primeiros suspeitos, deixam claro que existe sim uma influência. Consequentemente, há uma grande responsabilidade por parte do jornalista. Por isso, a instrução e o preparo se mostram tão importantes para o profissional que segue a área policial.

Este estudo buscou mostrar que existe um grande número de erros e negligências em matérias da editoria policial nos veículos de comunicação. Estes erros levam a consequências muito graves, por se tratarem da vida de pessoas que têm o direito à dignidade humana. Por esse motivo, a capacitação do profissional se torna uma questão central para uma modernização mais completa desta editoria. Com isso, problemas como a dependência das fontes oficiais, a falta de respeito ao contraditório seriam mais facilmente exterminados. Então, depois de feitas estas mudanças mais imediatas, deve-se começar a pensar, também, em se pautar a sociedade, o interlocutor, a pensar no problema da violência não em sua consequência, mas em sua causa. Em vez de noticiar o crime pontual, o próximo passo seria entender por que o crime existe em primeiro lugar. Qual foi a configuração histórica e urbana que levou esta situação a ser comum. Deste modo, a grande influência dos veículos de comunicação, que já foi detectada neste estudo, seria utilizada de maneira

mais responsável. Seria somente a partir daí que o jornalismo de segurança pública passaria a prestar realmente um serviço social.

REFERÊNCIAS

ACHADO corpo de menina estuprada por funcionários de parque no PR. **G1**, 28 jun. 2013. seção Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/achado-corpo-de-menina-estuprada-por-funcionarios-de-parque-no-pr.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ANACLETO, Helen. **Entrevista com a jornalista da Ric Tv Record, Helen Anacleto**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue - um estudo do sensacionalismo na imprensa**. Summus, São Paulo, 1995.

ANÍBAL, Felipe. **Entrevista com o jornalista do Jornal Gazeta Do Povo, Felipe Aníbal**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores Jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BARROSO, Luis Roberto. **A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação**, Versão provisória para debate público, Mimeografado, 2010.

BATISTA, N. Imprensa e justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 janeiro 2016, seção Opinião. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/opiniaop/imprensa-justica-18540968>>. Acesso em 23 novembro 2016.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, 7 de dezembro de 1940, Rio de Janeiro, 1940.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei nº 3.689, 3 de outubro de 1941, Rio de Janeiro, 1941.

_____. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069, 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

CORPO de adolescente morta por funcionários de parque é velado. **G1**, 29 jun. 2013. seção Paraná RPC. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/06/corpo-de-adolescente-morta-por-funcionarios-de-parque-e-velado.html>> Acesso em: 31 ago. 2016.

DADOS de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 14/11 a 20/11. **Kantar Ibope Media**, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-1411-a-2011/>>. Acesso em 25 nov. 2016.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**, Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

FENAJ, **Código de ética dos jornalistas brasileiros**, Federação Nacional dos Jornalistas, Vitória, 2007.

FERNANDES, F. S. Caso Isabella Nardoni: tragédia, comoção e prisão ilegal. **Jus navigandi**, mar. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11165/caso-isabella-nardoni-tragedia-comocao-e-prisao-ilegal>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FORT, Mônica Cristine. **Imagem, comunicação e relacionamento: situações éticas desafiadoras no trabalho**, Intercom, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Recife, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 9, 2015. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GOMES, Luiz Flávio. **Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**, Luiz Flávio Gomes e Débora de Souza de Almeida, coordenadores Alice Bianchini, Ivan Luís Marques e Luiz Flávio Gomes, São Paulo, Saraiva, 2013.

IBAIXE, J. Mentalidade encarceradora e presos inocentes. **Revista Jurídica**, seção Reportagens. Disponível em: <revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/75/artigo263293-1.asp>. Acesso em: 13 jun. 2016.

IMPRESSA amadureceu após o caso Escola Base, aponta debate. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2014 seção Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1432195-imprensa-amadureceu-apos-o-caso-escola-base-aponta-debate.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

JUSTIÇA do Paraná determina a prisão de suspeitos de tortura. **G1**, 17 jul. 2013. seção Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/justica-do-parana-determina-prisao-de-suspeitos-de-tortura.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

LIRA, Rafael de Souza. **Mídia sensacionalista: o segredo de justiça como regra**, Forense, Rio de Janeiro, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo - A saga dos cães perdidos**, Hacker Editores, São Paulo, 2000.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**, Mauad, Rio de Janeiro, 2011.

MÉDICA acusada de acelerar mortes na UTI se diz inocente. **G1**, 9 jun. 2016. Disponível em: <g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/medica-acusada-de-acelerar-mortes-na-uti-se-diz-inocente.html> Acesso em: 13 jun. 2016.

NEVES, R. Delegado que investigou caso Tayná agora está na lista de suspeitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 2013. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/delegado-que-investigou-caso-tayna-agora-esta-na-lista-de-suspeitos-2zx>. Acesso em: 13 jun. 2016.

NOVAES, Adauto. **Ensaaios sobre o medo**, organizado por Adauto Novaes, Editora Senac São Paulo, Edições Sesc SP, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010.

PRADO, A. C. As bruxas de Guaratuba. **Istoé**, 20 abril 2011. Seção Comportamento. Disponível em: <istoe.com.br/133790_AS+BRUXAS+DE+GUARATUBA/> Acesso em: 13 jun. 2016.

QUATRO suspeitos de assassinato no caso Tayná prestam depoimento à corregedoria da Polícia Civil. **Bandnews FM Curitiba**, Curitiba, 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://bandnewsfmcureitiba.com/quatro-suspeitos-de-assassinato-no-caso-tayna-prestam-depoimento-a-corregedoria-da-policia-civil/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

RAMOS, Silvia. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**, Silvia Ramos, Anabela Paiva, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, Narley. **Entrevista com o jornalista da Rádio Bandnews Fm, Narley Resende**. [set. 2016]. Entrevistadora: Julia Regina Camargo Kreuz. Curitiba, 2016.

RESULTADOS de pesquisa por notícias de Tayná Adriane da Silva, **G1**. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/busca/?q=tayna+adriane+da+silva&cat=b&ss=62ed6efa7ba8d3ba&st=G1&sct=Paran%C3%A1&species=not%C3%ADcias&page=2>>.
 Acesso em: 13 jun. 2016.

RIC Mais. **Caso Tayná**. Disponível em: <<http://pr.ricmais.com.br/tag/caso-tayna/pagina/1/>>. Acesso em 31 ago. 2016.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**, Vozes, Petrópolis, 1972.

_____. **Sociedade, mídia e violência**, Sulina, Edipucrs, Porto Alegre, 2002.

STARCK, Daniel. Bandnews FM chega aos 10 anos em Curitiba e vive o seu melhor momento. **Tudo Rádio**, 4 jan. 2016. Disponível em: <<http://tudoradio.com/noticias/ver/14548-bandnews-fm-chega-aos-10-anos-em-curitiba-e-vive-o-seu-melhor-momento>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo - porque as notícias são como são**, Insular, Florianópolis, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo - A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**, Insular, Florianópolis, 2005.

UNIBAN Brasil. **Jornalismo policial - histórias de quem faz**, Editora In House, Jundiaí, 2010, organizado por Patrícia Paixão.

VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**, Objetiva, Rio de Janeiro, 2013.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM O JORNALISTA DA RÁDIO BANDNEWS FM, NARLEY RESENDE

Julia Kreuz: De uma maneira geral, quais são os passos para a cobertura de um crime como assassinato ou estupro no rádio?

Narley Resende: O primeiro indício são as informações policiais. Os policiais informam, a gente fica sabendo pelo rádio da polícia, ou pelo Whats App, ouvintes informam, vítimas informam. Então, a gente tem o primeiro indício. Aí a gente vai atrás da informação oficial, que é com a instituição, com a assessoria de imprensa, que é quem vai dar a informação oficial sobre aquele caso. Geralmente, a gente não noticia antes de ter a informação oficial. Bom, a dimensão do crime tem vários pontos que ampliam a cobertura. Primeiro é se envolve pessoas conhecidas, se é um fato novo, se é diferente de fatos que ocorrem diariamente. Isso para essa rádio, é a postura daqui. Tem outros veículos de comunicação que dão todos os crimes que acham que tem que dar, enfim. Quando o crime, então, ganha destaque - por envolver alguém famoso ou por ser muito inusitado, por envolver grandes instituições, grandes valores ou questões nesse sentido - a gente vai atrás da continuidade, que é a Polícia Civil. A continuidade é a abertura do inquérito, a investigação em si. A gente, então, conversa geralmente com o delegado, que é quem vai contar pra gente. Se tem outras pessoas envolvidas a gente vai falar com o advogado de defesa, assistentes de acusação, essa questão de ouvir os dois lados mesmo. Depois disso, nós damos as etapas do inquérito. Se o delegado pediu uma perícia, pediu uma exumação, tudo isso é uma notícia - dependendo do caso, é claro. Aí o delegado conclui o inquérito, depois o Ministério Público oferece a denúncia, a Justiça aceita a denúncia, marca o julgamento, com júri ou sem júri. Boa parte desses crimes demora muito tempo. Tem crimes que, por exemplo, nunca foram julgados. No meu tempo de jornalismo tem crimes que a gente cobriu e nunca foram concluídos os procedimentos. O caso "Carli Filho" é um exemplo bem famoso. Não foi concluído. Mas foi uma cobertura do começo ao fim. Desde o momento do acidente até todo o resto. Toda a repercussão histórica e institucional. E aí tem outros casos que não são tão emblemáticos, mas por exemplo, o rapaz que atropelou uma família que voltava de um casamento. Esses casos que não são exatamente [famosos] - e

isso aqui nesse veículo, embora eu acredite que seja assim na maioria dos veículos - os advogados envolvidos que têm interesse em aparecer e divulgar o andamento do caso entram em contato com os veículos de comunicação pra dizer qual é o andamento. Então, se passou dois ou três anos da ocorrência, o advogado liga e fala "olha, marcaram o julgamento", ou "tem audiência hoje", então esses são os crimes, vamos dizer, comuns. É assim que a gente acompanha o crime do começo ao fim. Aí tem os crimes de colarinho branco. A Lava Jato revolucionou isso. Porque sempre foi acompanhado, de alguma maneira, com fontes do Ministério Público, com advogados esse tipo de crimes. Aí os advogados muitas vezes disponibilizam chaves de processos, dão acesso pra gente ver os processos que estão públicos e tal. A Lava Jato sistematizou o acompanhamento do processo. A Justiça Federal adotou uma postura que eu desconhecia, não lembro de outros casos - talvez também pela juventude da minha profissão - da instituição disponibilizar com frequência os dados dos processos em andamento. Então, a Justiça Federal manda semanalmente uma lista com chaves e números de processo para que os jornalistas possam acompanhar os processos que estão públicos no Eproc da Justiça Federal. Os jornalistas acompanham diariamente o andamento dos processos. Alguns estão sob sigilo, e aí esses que estão sob sigilo, existem vários caminhos não-oficiais. Esses caminhos não são tão fiéis à realidade. Até acredito que sejam éticos. Quando uma notícia vaza, nós temos que considerar que sempre existe um interesse por trás do vazamento. Claro que também há a competência do jornalista de perguntar, de investigar e de questionar, de fazer vaziar uma informação. Mas de maneira geral o vazamento acontece por interesse de uma das partes. Ou do MP ou da vítima ou mesmo do acusado, enfim. No caso da Lava Jato, os processos que envolvem políticos ou que estão na segunda instância (no Tribunal Regional Federal ou no Supremo Tribunal Federal), as delações que estão em andamento também estão em sigilo. Então, muita gente consegue conteúdos de delações por meio de advogados, que também têm interesse em vitimar aquela delação, digamos assim, para que o interesse público pressione. Não sei se isso funciona, mas tem gente que acredita que funcione, tanto é que fazem vaziar. Recentemente, nós tivemos o caso da delação do Léo Pinheiro, que supostamente vazou para a revista Veja antes de ser homologada, e a Procuradoria Geral da República

cancelou a delação. Suspendeu, a princípio. Pode ser que ela seja retomada, mas dificilmente isso vai acontecer. Então ela suspendeu uma delação importantíssima, que citava o ex-presidente Lula, o senador Aécio Neves, José Serra que é ministro agora, citou a campanha da Presidente Dilma. Era uma delação bastante contundente. E aí, por ter mencionado em um determinado trecho... e talvez a Veja, também, por interesse que deve ter como veículo - porque é notório o interesse da Veja em influenciar os fatos - publicou a menção ao Ministro Dias Toffoli, que em algum momento da vida foi advogado do PT, como foi advogado de tantas outras entidades, e que foi nomeado Ministro do Supremo pelo ex-presidente Lula. E aí a Veja achou mais interessante, dentre os sete anexos que eles dizem ter tido acesso, citar esse trecho e colocar esse trecho na capa. Por citar um Ministro do STF, isso causou uma crise, digamos assim, entre as instituições - o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal -. Eles acreditam que foi o Ministério Público quem vazou, o Ministério Público Federal aqui do Paraná. Então as coisas vão tomando dimensões para todos os lados. O crime em si começa bem pequeno. A gente está aqui falando de uma maneira geral, de todos os crimes.

Julia Kreuz: Com que frequência vocês se deslocam até o local onde o crime aconteceu. Por exemplo, se um ouvinte relata um assassinato em algum bairro, vocês vão até lá?

Narley Resende: Aqui na rádio BandNews, nos últimos dois anos, isso é uma prática rara. Dificilmente o repórter vai até o local do crime. Depende também. Um pouco antes de dois anos atrás, isso dependia muito da postura do repórter também. Quando é relativamente próximo daqui, existe a possibilidade de você se deslocar dentro do período de trabalho daquele repórter, aí também tem os horários do jornal que é ao vivo, o repórter vai e faz. Por exemplo, assaltaram uma lotérica no Centro Cívico, o repórter vai e conversa com as pessoas que estão lá, fala com a polícia. Quem dá entrevista geralmente é o tenente. Eu já fui em casos assim. Teve um aqui perto. Uma perseguição que eu peguei no Whats App. Alguns policiais mandaram mensagem, ou ouvintes, não me lembro direito. Mas eu lembro que eu saí correndo e era perto da rádio, relativamente. Tinha lá uma perseguição, os caras bateram o carro em uma

casa e fugiram. Nesse local de crime ainda tinha uma situação policial acontecendo. Outro exemplo, quando houve um tiroteio na Praça Carlos Gomes e alguns tiros acertaram a Gazeta do Povo. Nós fomos lá. Porque aí já tem uma estrutura montada, né. E isso quando ocorre durante o dia. A BandNews não tem plantonista de madrugada, por exemplo, que acompanharia esses crimes. É mais comum os crimes acontecerem de madrugada. Tem também um caso mais recente (eu falei dois anos mas acho que estou enganado). Esse caso de uma perseguição policial de bandidos que tinham assaltado uma série de bancos em São Paulo e fugiram para o Paraná. E a polícia daqui fez vários de bloqueios, e nós mandamos um repórter para um desses bloqueios. Ele conseguiu chegar lá e fez entradas ao vivo diretamente dos bloqueios. Era uma fuga, e tal. Na verdade acontece com alguma frequência, mas não com tanta frequência porque existe uma orientação até editorial de não dar tanto destaque para notícia policial. Ela tem que ser relevante a ponto de interessar os nossos ouvintes. A gente tem dado prioridade para outros assuntos. As prioridades são definidas com relação ao tamanho da equipe, as possibilidades técnicas, a programação da rádio, o perfil editorial. Por exemplo, se a gente faz entradas ao vivo, não faz sentido dar crimes que aconteceram na madrugada. Essa é a nossa postura.

Julia Kreuz: O que eu venho acompanhando agora é o caso da mulher que matou o marido PM.

Narley Resende: Pois é. Existem várias falhas né. Por exemplo, a mulher que matou o PM, eu identifico isso como falha. Porque a gente não foi em nenhum momento. Nós procuramos o advogado dela por telefone, mas não conseguimos contato com ele. Tivemos acesso a um telefone dele, ligamos e ele não atendeu. A gente editou matérias por dias seguidos sem ter ido acompanhar de perto como deveria. Nós fomos em duas coletivas de imprensa, que é a versão da polícia. Da polícia falando da morte de um policial, então é claro que tem uma questão nisso. Aí, com o tempo, a pessoa envolvida confessou o crime, reiterou a confissão e fez reconstituição. Está se sustentando uma tese e acabou que essa tese predominou. Mas poderia não ter predominado, ela podia estar escondendo algo - ou pode ainda - e nesse caso não foi ouvido os dois lados.

Julia Kreuz: Esse caso me incomoda bastante o jeito como se dá a cobertura. A gente vê e ouve a notícia e eu percebo que não se ouve a defesa, seja por qual motivo for. Mas, no caso que eu estou estudando, o caso Tayná, também houve confissão. E mais tarde foi descoberto que a confissão era inválida. Essa mulher do caso do PM está presa há algum tempo. Isso me incomoda. Eu queria saber se você acha que existe uma solução para esse problema de não conseguir falar com a defesa.

Narley Resende: A solução é uma determinação superior. Por exemplo, por que a gente consegue falar com os advogados da Lava Jato? Porque são de interesse nacional, a Rede pressiona muito e a gente vai lá e fica na porta da cadeia. A porta da cadeia, no caso da Lava Jato é a Polícia Federal. É assim que a gente consegue as informações, a gente fica lá esperando. Se o cara não atende o telefone, você pega ele na esquina, vai no escritório. Só que esse é um entre tantos casos de uma redação relativamente enxuta como é a nossa. Compromete a informação, essa é a grande questão. Nós não temos estrutura para bancar isso, para ir atrás. O próprio caso Tayná. Aconteceram vários problemas na imprensa, na minha visão de fora. A começar pelo delegado, que tinha muita influência na imprensa. Além de ser político, ele é um delegado sempre disponível, que dava muito acesso aos repórteres policiais a informações de vários crimes, ele é muito influente. Foi um dos primeiros delegados no caso Tayná. E tudo que esse delegado dizia os repórteres diziam amém. Essa é uma postura de alguns repórteres, de alguns veículos. Aqui acredito que isso não tenha acontecido. Mas isso compromete a informação. O caso Tayná só tomou a repercussão que tomou porque o Ministério Público atuou com bastante ênfase. E usando os mesmos recursos que esse delegado ou que outros policiais usam, que é o da influência na imprensa. É oferecendo informação, estando disponível para prestar informação. Quer dizer, a disponibilidade deles também ajudou bastante nesse quadro. Os presos naquele caso foram torturados. E houve uma coisa muito grave que foi a exposição da imagem desses presos. Então havia a coletiva de imprensa onde só o Estado, só a instituição policial dá a sua versão do acontecimento, e todos os veículos de comunicação fotografaram esses presos e expuseram as imagens deles. Foi uma coisa que fizeram aqui inclusive e que me incomodou

bastante. Enfim, o relacionamento da imprensa com a polícia, com o Ministério Público também afeta bastante o conteúdo. Mas isso não é regra, isso são as falhas.

Julia Kreuz: Você acha que existe uma confiança cega nas fontes oficiais?

Narley Resende: Uma confiança cega não. Mas existe uma delegação de responsabilidade. Quando a fonte oficial falou, está falado. Você coloca a informação na boca da fonte oficial e quem está bancando é a fonte. Se alguém questionar a culpa é deles. Quando um jornalista tem uma fonte, se ela é oficiosa, a responsabilidade pende um pouco para o lado do jornalista, mesmo que você mencione a fonte. Se é sigilosa, então, é muita pressão para o profissional. Aí o que falta é amparo da empresa, que deveria bancar isso, e falta amparo profissional mesmo para o repórter a ponto de ele se sentir confiante de ter uma informação e divulgá-la. Porque você não quer arriscar, você fica responsável por aquela informação. E se você recorre ao direito de manter o sigilo da fonte, você pode ser processado. Aí você vai ter que ir atrás, participar de audiências. Por mais que você tenha todos os direitos, você tem que estar seguro, tem que ter uma instituição por trás, para não se incomodar, essa é a palavra. Porque o jornalista no mercado de Curitiba é sozinho. Você é responsável pelos teus atos. Então, acaba que ficamos amparados pela fonte oficial, porque a fonte oficial não é nossa responsabilidade. E é por isso que a estrutura de um veículo de comunicação faz toda a diferença, porque se o veículo te banca você consegue dar mais informação. O jornalista tem medo, porque você não ganha dinheiro o suficiente para pagar um advogado por ano. A Gazeta do Povo teve o exemplo recente do processo dos juízes que, se não fosse a empresa bancando os caras teriam que fazer isso por conta. Talvez entrasse em uma outra esfera trabalhista, mas esses caras dependem do emprego para sustentar a família, são pessoas como todas as outras.

Julia Kreuz: Você falou sobre vazamento de informações e pelo que eu entendi você defende que os jornalistas vazem algumas informações. Entrando um pouco no âmbito jurídico, existem opiniões divergentes. Há

quem diga que o vazamento de informações fere a soberania nacional e há quem diga que, se é uma informação de interesse público, isso basta.

Narley Resende: A História provou que o Estado e as instituições são corruptíveis e corruptos. Os meios legais e a demora da Justiça, enfim, dá pra enumerar centenas e milhares de exemplos dos pecados das instituições. Então, se o jornalista tem um meio de encontrar a informação por qualquer outro meio que seja lícito... no Brasil não é crime divulgar informação vazada. O crime é de quem vazou, mas não de quem expos isso para o público. Existe um conflito, mas é nessas horas que entra a ética, a reflexão profissional de cada um. Você tem que saber. Eu já recebi processos em momentos oportunos para certos atores que eu não divulguei, porque eu pensei "o cara está divulgando isso agora, e só essas duas folhas do processo, porque pra ele é interessante". Então, não. Eu divulgo, mas preciso ter acesso ao conteúdo completo, se não eu não vou divulgar. Isso aconteceu muitas vezes. Por outras vezes foi divulgado o conteúdo picado mesmo, mas após uma análise ética e uma discussão com a chefia, com quem se responsabiliza por isso. Se você não divulgar que o Estado não julgou e todos os crimes do caso Banestado, por exemplo, prescreveram, está em sigilo, mas se eu tiver acesso a isso eu vou divulgar. Porque as pessoas precisam saber que isso está acontecendo e isso não foi julgado. Nós temos casos aqui no estado do Paraná, da Operação Publicano, que se não for o apoio da imprensa esses casos caem no esquecimento e as instituições engavetam. Por motivos diversos, eu não posso aqui dizer quais motivos são esses. O fato é que, se eu disser que determinado ator político conhecido foi delatado com declarações detalhadas desse crime e esse processo está parado, isso causa uma comoção e pode ser que essa instituição caminhe com mais saúde. Na prática, é isso. Me parece que a gente não pode confiar nos sigilos. Os sigilos atendem muitas vezes a algum interesse. Por exemplo, nós temos um caso que gerou bastante discussão do sigilo das gravações da Presidente Dilma com o Presidente Lula. Faltando meia hora para o ex-presidente ser nomeado ministro, vazam-se as gravações. Isso atende ao interesse de alguém. Intencionalmente ou não, mas que atende, atende. São questões. A revista Veja publicar na véspera da eleição de 2014 que "Lula e Dilma sabiam", de fontes escusas. Isso atende a interesses. Mas esses vazamentos também expõem isso. Então assim, o povo também não é

tão burro, quem consome notícia hoje em dia, o público formador de opinião. Eles também criticam muito a imprensa, dizem "vocês fizeram isso porque vazou". Tudo bem, a gente expos o vazamento, mas a gente também expos que existiu um vazamento seletivo. As duas coisas ficaram expostas quando essa notícia foi dada.

Julia Kreuz: **Você acha que aqui na BandNews a cobertura que vocês fazem de assalto, assassinato, os casos que vocês pegam nesse gênero - porque você já me falou que existe essa questão de ver o que vale e o que não vale - vocês dão conta de informar de maneira completa? Vocês fazem o melhor trabalho possível?**

Narley Resende: É por isso que a gente sempre fica amparado na informação oficial. É uma informação segura e ela fica genérica. A gente, aqui na BandNews, opta por não divulgar nomes dos envolvidos, na grande maioria dos casos. Nas minhas matérias eu não divulgo, e eu falo por mim. Então tem um pouco do perfil do profissional também. Porque aqui existe uma liberdade. Ao mesmo tempo em que você está desamparado juridicamente, você também é um pouco livre no sentido de adotar a sua própria linguagem. Eu não divulgo nomes de envolvidos nunca. A não ser que sejam julgados ou que seja uma personalidade pública. Mas eu não divulgo nomes de envolvidos. E trabalho sempre amparado numa fonte. Mesmo que seja "segundo testemunhas", porque daí entra naquela mesma questão que eu falei agora há pouco. O ouvinte sabe que eu estou dizendo aquilo apenas segundo testemunhas. Se eu estou dizendo aquilo segundo ouvintes pelo Whats App da BandNews FM, a gente espera que o ouvinte pressuponha que aquela informação não pode ser tão confiável como seria se fosse uma informação oficial. Porque a informação oficial, por mais que ela venha deturpada às vezes, venha omissa, é muito difícil que ela minta. Porque se mentir é crime, e os órgãos públicos, então, ficam com receio de mentir. Dificilmente tem mentira vindo de uma informação oficial. Mas às vezes tem, então também tem que se desconfiar. Quanto à fidelidade, acredito que cometemos erros muito pequenos. Porque elas são genéricas, as informações dadas aqui. Se alguém dá alguma informação errada no ar, isso também já é rapidamente retificado.

Julia Kreuz: Então você defende essa isenção do jornalista de colocar a informação na boca de outras fontes.

Narley Resende: Eu acho que é uma prática que possibilita, tendo em vista o contexto, que a informação seja dada. Ela vai ter algum erro, pode ser. Mas aí o que a gente faz quando adota essa prática é não expor as pessoas, não pré-julgar, porque essa informação é mais frágil e ela vai ser composta. Até porque, se você cometer um erro, ele vai ser identificado e ele vai sendo composto ao longo do tempo. No rádio ao vivo é assim. Mas eu acho que isso não é diferente em nenhum rádio, e nem deve ser. A ideia do rádio é ir compondo. Hoje eu dei uma notícia sobre uma bomba no aeroporto de Foz do Iguaçu. Eu estou em Curitiba, mas como estamos no Paraná, somos responsáveis pela praça aqui do Paraná para a rede. Então a gente recebeu umas fotos e a primeira coisa que eu fiz foi ligar para a Infraero, porque às seis da manhã era o único lugar que iria me atender. O atendente da Infraero, que é uma informação oficiosa, me informou que um homem abandonou uma mala lá e a polícia isolou a área, me contou toda a história. Ao invés de perguntar o que foi feito com a mala, eu perguntei se o dono da mala havia sido identificado. Ele me disse que havia sido identificado pela câmera, mas ele não voltou para buscar, não reclamou a mala. Eu subentendi, na minha inocência, um erro meu, de que a mala estava guardada. Porque quando eu pesquisei o telefone da Infraero em Foz do Iguaçu eu vi o achados e perdidos. E aí eu subentendi que a mala estava lá ainda, porque ele disse que o dono da mala não tinha ido buscar. Mas o dono da mala não vir buscar não significa que a mala está lá. Aí eu fiz uma nota dizendo que a Polícia Federal isolou, e, segundo o funcionário da Infraero aconteceu tal coisa, e o dono não foi buscar a mala. Para o ouvinte do rádio, ficou entendido que a mala estava lá. Mas aí, o tempo passou e a Polícia Federal divulgou um vídeo da explosão da mala. Então, a mala foi destruída, a mala não estava mais lá. Então, o funcionário não mentiu para mim, ele só disse que o dono não tinha ido buscar a mala, mas a mala não estava mais lá. E aí eu já arrumei, essa notícia foi se compondo.

Julia Kreuz: Essa questão de dar a notícia genérica reforça a ideia do lead. O lead tira qualquer particularidade da notícia. Isso não acaba

atrasando a transformação social que deveria estar intrínseca ao jornalismo?

Narley Resende: A BandNews tem um formato de notícias "fast food". O formato de manchetes adotado pela BandNews é um sucesso, porque compete com a internet, e a rádio é ouvida mais no carro do que em qualquer outro lugar. As pessoas querem mais notícia. Porque o interesse das pessoas pelas notícias, o interesse amplo... é muito difícil você atingir um grande público com uma notícia. Quando a gente fala do presidente Lula, a gente tem um interesse nacional. 30% da população vai ficar ouvindo rádio para entender o que aconteceu. E isso na internet você vê nos acessos. Você vê que essas notícias "bombam" muito mais, como a gente diz. Quando a gente pica ela em manchetes, a gente transforma ela em uma coisa mais genérica. Mas existe também o dom da síntese. O bom jornalista, o bom texto, consegue dizer muito mais em poucas palavras do que discorrer profundamente sobre determinados temas. Claro que são particularidades, tem temas que não tem como você abordar sinteticamente. Mas ainda assim há maneiras, técnicas, de se trazer o máximo de informação em poucas palavras. Isso vem com tempo, prática e sabedoria. Eu acho que também existe essa coisa. A informação é dada segundo um interesse público. Quando eu falo em interesse público da informação, lá na pauta quando eu estou julgando a notícia que eu vou trazer, eu penso que o resultado final é o interesse público. Então eu vejo assim "ah, essa notícia vale, mas vale para entrevista". Então existem formatos para cada indício, para cada pauta. Para o formato do lead, eu preciso ver se a informação vale fazer lead para manchete, como a gente tem o formato aqui. A cada 20 minutos a BandNews tem um giro de manchetes locais, nacionais e internacionais. E aí tem as matérias feitas com sonoras, que entram para humanizar. As sonoras humanizam as matérias. E as mais amplas valem entrevista. Aqui na rádio, adotou-se a segunda-feira como o dia da entrevista. Até pouco tempo atrás, as entrevistas eram mais factuais (e isso pode voltar eventualmente), mas agora se existe uma coisa que você precisa explicar com mais dimensão para o público, e que existe interesse público mais amplo que justifique você a usar um espaço maior dentro da grade da programação, que justifique ocupar o espaço que seis notícias em manchetes ocupariam, isso é de interesse público. Para as pessoas interessa mais nós ficarmos discorrendo

por meia hora sobre um assunto só, ou vale mais ouvir oito notícias em leads? Isso também tem que ser julgado. São formatos. E as entrevistas também humanizam, mas elas também muitas vezes são versões. A gente cansou, aqui na rádio, de entrevistar, vou dar um exemplo, o procurador do Ministério Público e o Secretário de Segurança, cada um com uma versão. Você entrevista o especialista em trânsito, que faz uma crítica e você entrevista a Secretária de Trânsito. São entrevistas para falar de temas amplos. Por exemplo, sincronia dos semáforos. Isso já foi feito matéria, dá para fazer em matérias menores, manchetes quando é um fato. A manchete cabe mais para o factual, que é: "a Polícia Federal concluiu o inquérito contra o ex-presidente Lula sobre o apartamento no Guarujá. A defesa diz que é uma peça de ficção". Isso é o lead, esse é o factual de hoje. Mas o tema "apartamento do Guarujá" vale entrevista até para discorrer sobre a necessidade que a Polícia Federal tem de indiciamento. Existem formatos para abordar determinados temas.

Julia Kreuz: E o que mostra para vocês que determinado assunto vale uma cobertura ou uma atenção mais ampla?

Narley Resende: Aqui, na realidade da rádio, é pelo "feeling" mesmo. Mas também existe uma técnica do jornalismo. Se sobrou dúvida, você não pode cravar uma matéria com lead, sub-lead e pé. Não pode fazer isso porque sobrou dúvida. Então, muitas vezes você conclui uma matéria, ela tem lead para dar nas manchetes, tem sonora dos entrevistados e tem o serviço no pé, digamos. Mas sobrou dúvida. Porque eu não entendi [por exemplo] como é que funcionam as sincronias dos semáforos, preciso entender melhor como isso é em outros países. Isso é muito do jornalista. Se sobrou dúvidas eu converso com quem tem o poder de alterar a grade para ver se pode incluir uma entrevista. Essa pessoa vai analisar e dizer se é realmente importante explicar isso melhor para o ouvinte. E muitas vezes a entrevista vira matéria, a entrevista ao vivo. Às vezes na conversa em uma entrevista ao vivo aparece a informação que em uma entrevista gravada ainda não tinha aparecido. O entrevistado também tem interesse. Aí pensando em vários temas diferentes. Então eles te dizem uma coisa em off, outra coisa gravada e outra coisa ao vivo. Quando ele está ao vivo, ele quer que determinado assunto prevaleça. Então ele vai dar mais ênfase para aquele assunto. Quando você grava, ele vai

tentar de repente até dar ênfase para aquele assunto, mas quem vai dar a ênfase é você. É você quem vai pinçar o que você acha mais importante. E quando ele te fala em off, é geralmente quando vem a informação real. E até aí existem interesses. Por exemplo, se um advogado te dá uma informação em off, existem vários motivos para ele ter feito isso. Um é para te orientar, outro é para dar uma informação que ele também não confirmou, então não consegue bancar - porque a fonte é responsável também -, enfim são vários motivos. E as informações são diferentes. E o dever do jornalista é sintetizar isso.

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM A JORNALISTA DA RIC TV RECORD, HELEN ANACLETO.

Julia Kreuz: A primeira pergunta é como que a potencial notícia chega até aqui e a partir disso o que vocês fazem para apurar isso até que vire matéria?

Helen Anacleto: Aqui na RIC a gente tem dois repórteres que são mais ligados ao policial e eles trabalham num turno que as coisas costumam acontecer mais; que é à noite, fim de tarde, madrugada. Essas notícias chegam para eles essencialmente pelo rádio transmissor. Chega pelo rádio da polícia. Eles conectam um rádio ao rádio da polícia outro no rádio dos bombeiros e a partir daquilo eles recebem o que está acontecendo. Como tem dias que acontece um monte de coisa ao mesmo tempo em lugares muito longe e tal, muito distantes, eles têm que definir. A própria equipe define o que vai fazer. A equipe da noite e da madrugada, eles não têm o acompanhamento de um chefe de reportagem como a gente, que fica de manhã e tal. Não tem como ligar e falar "oi, o que que eu faço?". Então eles têm uma autonomia maior do que as outras equipes. São equipes que já são muito experientes nesse campo. Marcelo Borges que é um repórter há décadas do policial e o Thiago Silva que agora está de manhã, mas na época da Tayná estava à noite. Então são equipes que normalmente recebem essa informação pelo rádio, definem se vão ou não vão. Normalmente vão, de qualquer forma e aí desenvolve, o desdobrar disso vem no outro dia com as outras equipes. Se teve um crime muito terrível na madrugada anterior, chega no outro dia de manhã o chefe decide "olha, nós vamos ter que fazer a *suíte* disso aqui porque foi um crime muito grave e tal". É isso.

Julia Kreuz: E com quem vocês falam geralmente?

Helen Anacleto: No primeiro momento com a polícia, sempre. A primeira versão é sempre da polícia. Principalmente depois que você começa a pensar mais sobre o fazer jornalístico é uma coisa que incomoda muito porque normalmente se compra a versão da polícia assim. Mesmo quando a família do possível bandido está no local, mesmo quando existem outras testemunhas,

normalmente se escuta essas testemunhas mas a versão oficial acaba sendo sempre da polícia militar.

Julia Kreuz: Existe uma questão também de dar voz, a chamada paridade de armas. Dar o mesmo tempo de fala para uma parte e para outra. Para acusação e para defesa. Como você avalia esse trabalho aqui na RIC?

Helen Anacleto: Eu acho que de certa forma a RIC tem, a RIC se esforça em ouvir todos os lados mas assim como a maioria dos programas policiais isso não acontece a contento. Pelo menos a meu ver, isso, claro, é a minha opinião pessoal e não necessariamente o posicionamento da empresa. Porque o que eu percebo na cobertura policial geral é que assim: se escuta, muitas vezes se dá voz para o próprio acusado, suspeito e muitas vezes esse suspeito é ridicularizado. Se o cara está bêbado no volante, não devia estar dirigindo, mas ele é entrevistado como uma forma de - se você botar no papel ele está se defendendo, é claro que no ponto de vista prático não. Ele está sendo alvo de uma chacota. Eu acho que a RIC se esforça no sentido de ouvir parentes e aqui a gente bate muito na tecla, é até um negócio que pega muito entre repórter e pauteiro, que é o fato de você ir no velório. A gente faz muito velório aqui, e é uma coisa que incomoda repórter e tal, dá briga mas enfim é, vai no velório na tentativa de ouvir a família da pessoa que morreu para que a pessoa se defenda ou peça justiça enfim, é uma forma de tentar dá equidade aí nas declarações. Teve uma época que a chefe daqui proibiu que se ouvissem policiais nos locais de crime. Ela se irritou com isso e falou “olha, não. Porque é sempre a mesma coisa e não acrescenta. Então não quero mais policial, não tem mais”. Por um tempinho isso funcionou. A gente não entrevistava mais policial, então, na maioria das vezes vinha nota, porque ninguém no local de crime quer falar. Isso é muito difícil também. Então não é sempre “ah o jornalista que não quer ouvir”. Às vezes ninguém quer falar porque está com medo, porque acha que vai ser envolvido no crime, enfim, e o policial está ali e ele fala. Então para não trazer, para não vir para casa sem nada você traz a sonora. Mas isso acabou aqui, agora está igual. PM é o que mais predomina.

Julia Kreuz: Existe aqui uma preocupação de usar os termos certos em reportagens sobre crimes? Como por exemplo “réu”, “acusado”, “investigado”, etc.

Helen Anacleto: Na RIC a gente comete alguns equívocos assim, a edição costuma pegar mais no pé por exemplo. Mas é por ignorância, não é por maldade. Por exemplo, o fato de usar “suspeito” e não “acusado” é afirmar, antes da condenação, que a pessoa é acusada, enfim, isso acontece. Passa. Isso é muito complicado, mas isso se deve muito ao fazer jornalístico policial. Normalmente é quando não tem um personagem muito importante. Quando é a pessoa da periferia, quando é um traficante que morreu, quando é uma troca de tiros, enfim, o cuidado é menor no trato da informação sabe? É normalmente uma informação que vai sem nota retorno, porque é uma informação mais imediatista. A gente tem aqui o Balanço Geral que é um programa de duas horas. O cuidado na edição desses materiais de polícia que vêm na madrugada é menor. E infelizmente assim, houve uma época, não faz muito tempo, em que os materiais policiais eram melhor editados, porque na hora da audiência eles respondiam melhor. Então eles eram trilhados, eles tinham uma narração melhor, a imagem tinha um trato melhor. Não é o que acontece atualmente. Como o policial tem derrubado um pouquinho a audiência, as pessoas não estão mais tão abertas para o policial, a não ser quando você tem um caso tão grande e tal, as informações acabam passando sem edição e esse tipo de erro é cometido, infelizmente.

Julia Kreuz: Pensando nessa perda de audiência do policial, qual é o espaço que essa editoria tem dentro da grade de programação?

Helen Anacleto: O maior possível aqui na RIC. A RIC é muito pautada pelo policial e pelo jornalismo comunitário São os pilares daqui. No caso do jornalismo policial, a gente tinha o Balanço Geral, que é um programa de duas horas, que é basicamente jornalismo policial e comunitário e de serviço. E há uns dois anos surgiu o Cidade Alerta né, uns dois anos e meio. O Cidade Alerta que também, é uma hora de programa aí essencialmente policial, sem comunidade, sem serviço, só policial. Então aqui tem um espaço muito grande. E o que é bacana da RIC, ela não nega essa vertente. Ela é uma emissora reconhecidamente popular, como é a Massa por exemplo. As duas são bem

parecidas. Têm o jornalismo policial como base. Então se você pegar, sei lá, uma porcentagem eu diria que setenta por cento da produção da RIC ou é policial ou é comunidade ou as duas coisas.

Julia Kreuz: Vocês têm algum jornal local que seja assuntos gerais?

Helen Anacleto: Tem o Paraná no Ar, que é da manhã. Era para ser um jornal mais leve, de variedades e por muito tempo foi um jornal de “ah, cesta básica qual é o preço? Aeroporto está aberto” aquela coisa mais serviço e hoje tem um bloco só de policial. Então tem uma *lapada* que a gente chama que é são as notas reunidas, em uma grande nota. “Ah, madrugada Curitiba teve assalto ao banco, Mandirituba blá blá blá”, tudo em nota. Mas é um bloco, o primeiro bloco normalmente é mais policial desde que saiu o Herivelto. Herivelto saiu e a gente mudou o programa e botou mais policial. E o RIC Notícias. O RIC Notícias é um jornal diário, de segunda a sexta, que é um jornal mais sério. Economia, política, mas que também quando, de uns tempos para cá tem uma *lapada* pequena de policial, também faz um giro pelo estado.

Julia Kreuz: E o que diz para vocês, o que vocês procuram numa notícia de jornalismo policial para que ela deixe de ser só essa notinha no jornal geral e se transforme numa matéria de repente com *suites* e etc?

Helen Anacleto: O que mais define isso são as nuances da história. Se tem uma boa história por trás de um crime, de um acontecimento policial ele é passível de *suites*.

Julia Kreuz: Quer dizer algo diferente?

Helen Anacleto: Algo diferente. Ou algo cruel, cruelíssimo. Um crime contra criança, um crime contra idoso ou um crime contra mulher tem ganhado muito espaço aqui. É, ou sei lá uma pessoa que é importante socialmente, ou um crime que fuja do comum digamos assim. É claro que é difícil falar nisso né, parece que um crime tem mais.. mas é isso no fim das contas. Sei lá, uma troca de tiros na Vila das Torres por exemplo, isso provavelmente vai ser só... talvez hoje não porque a gente sempre fala da Vila das Torres “ai, tem que pacificar tal”, mas por exemplo Colombo que a criminalidade é bem grande, uma pessoa apareceu morta lá. Muito provavelmente a gente não vai voltar

nesse assunto no outro dia. Mas se essa pessoa que apareceu morta é, se tem uma imagem de circuito que mostra isso - por isso que eu te falo que talvez não seja só a história, mas tudo que envolve o acontecimento. Se tem uma imagem de circuito de segurança que mostra o momento em que essa pessoa que morreu sai de casa e leva um tiro. Vamos sambar naquilo a semana inteira por causa dessa imagem. Às vezes o cara é um traficante. Talvez fosse esperado que isso pudesse acontecer com ele, mas o fato de existir uma imagem muda tudo.

Julia Kreuz: O contexto da cidade pesa bastante então.

Helen Anacleto: Pesa. Pesa também. Eu lembro de um caso muito emblemático por exemplo que aconteceu, que foi um dos piores casos que eu vi aqui no policial. Foi um caso que aconteceu em Serro Azul. Foi uma menina que morava com os tios. Os pais dela moravam no sítio e ela ficava durante a semana na casa dos tios que era na cidade e no fim de semana voltava para o sítio. Ela ia se casar, ia se casar na segunda-feira. Tudo pronto, mala pronta tal. Na sexta, ela apareceu morta em casa e todo mundo foi pra lá. “Mas Serro Azul não acontece nada, como assim, Serro Azul é longe” É região metropolitana mas não é perto. Era uma morte comum, era uma mulher morta, mas pelo fato de ser em Serro Azul, de ser uma cidade tranquila e tal, todo mundo foi pra lá. E isso conta muito também. Quando um vai fazer todo mundo vai porque pode ser que saia uma boa história dali e eu aí não tenho. Então é melhor ir e ter uma história meia boca do que não ter. No fim das contas descobriu-se que quem matou ela tinha sido o próprio tio dela, o cara mutilou os seios dela e jogou no rio, uma coisa muito bizarra. E era longe, mas mesmo assim a gente foi porque, porque sim. Isso conta, se é uma cidade tipo Piraquara. Piraquara tem um nível de criminalidade bem grande. Se for uma coisa simples e tiver uma coisa aqui e outra em Piraquara, você faz aqui. Porque sempre tem. Mas se for algo do tipo “morreu alguém na Lapa”, nunca tem coisa na Lapa, então tem que ir.

Julia Kreuz: E isso dentro de Curitiba também? Se tem um crime no Batel ou no Boqueirão, por exemplo?

Helen Anacleto: Com certeza. Porque você não registra isso todos os dias. Teve o caso da Clemans Abujamra, que o julgamento foi há pouco tempo, que é um caso legal de se abordar, porque foi um tratamento diferenciado do jornalismo policial. A Renata Muggiati morreu no Centro de Curitiba, também foi um tratamento diferente. Não da notícia em si, mas da opinião pública. No caso da Clemans, ela foi encontrada em um terreno no Batel, então foi muito forte na época em que encontraram ter um corpo no Batel. Lá tem muita câmera. Então é um a mais.

Julia Kreuz: Vocês têm alguma forma de medir a opinião pública nesses casos de maior repercussão?

Helen Anacleto: Sim, as redes sociais são muito válidas nesse momento. Porque, por meio delas, a gente encontra até a outra parte. Muitas vezes isso aconteceu. A gente coloca uma matéria no ar, o pessoal do portal posta a matéria no site e nas redes sociais, alguém vai lá e comenta “mas não é bem assim, ela era assim, eu conheço, eu já vi”. A gente então entra em contato com essa pessoa e a pessoa muda os rumos. No caso, por exemplo, da Tayná e no caso da Renata Muggiati - que a gente ficou muito tempo falando dela, três meses falando disso todo o santo dia - tinha uma hora em que as pessoas mandavam “eu não aguento mais isso, se fosse uma pessoa pobre, se não fosse loira ou rica, vocês não estariam mais falando disso”. Então você começa a medir a febre e isso reflete na audiência.

Julia Kreuz: E vocês cobriram o caso da mulher que matou o marido Policial Militar? Como foi isso aqui, vocês chegaram a ir atrás de ouvir advogado de defesa?

Helen Anacleto: Esse caso foi bem bizarro, porque a gente primeiro entrou em contato com ela, antes de saber de tudo, para ver se ela queria dar entrevista pra gente sobre o desaparecimento do marido. Porque isso a gente faz muito também. Se desaparece alguém, a pessoa liga aqui “minha filha desapareceu, ela tem quinze anos, é gatinha e tem um namorado”, é óbvio que ela desapareceu com o namorado, mas a gente faz a matéria mesmo assim. Quando a gente soube do desaparecimento desse policial, a gente foi atrás disso e tentou entrevistar a Elen. Ela não quis falar com a gente. Já porque

estava meio perto de ser presa, e tal, ela não quis falar. A gente ficou meio assim. “Pô, por que é que ela não quer falar?”. Depois que ela foi presa, a polícia foi muito acessível, o delegado foi muito acessível e ele passava informações a conta-gotas. Não foi um cara que fechou totalmente a investigação. A gente ia lá e ele soltava uma coisa ou outra para alimentar o jornal. A gente procurou desde o primeiro dia o advogado da Elen. Em um primeiro momento ele não quis falar. Disse que falaria em um momento oportuno, porque estava correndo atrás de habeas corpus e tudo mais. Mas mesmo com ele falando, seria difícil defender ela. Ela tinha confessado. E a gente tentou contato também com familiares dela, para ver se alguém queria falar ou expor o outro lado. Amigos dela também entraram em contato com a gente pelo Facebook, a gente tentou falar com essas pessoas. Depois da reconstituição do caso na casa deles, o advogado aí sim ficou aberto e falou que poderia falar. Mas aí a gente não gravou. De certa forma foi uma falha minha até como repórter, porque a gente estava na reconstituição e da casa deles a gente ia para o local onde o Rodrigo foi enterrado. E eu não sabia onde era, então eu tinha que seguir o carro da polícia, se não eu me perderia, eu não conseguiria chegar sozinha. Meu cinegrafista estava com o advogado pronto pra gravar e eu disse “cara, se a gente não for agora nós vamos perder. Doutor, desculpa”. Botei o VT no ar sem ele. Passei o telefone para a produção e falei para entrarmos em contato com ele e gravar. Mas isso não aconteceu. E, de certa forma, a palavra dele foi perdendo importância ao longo da condução. Isso é muito complicado. No primeiro momento, em que a palavra dele era muito importante ele não quis falar. Aqui na RIC a gente tem esse cuidado. Não somos uma emissora amadora, a gente procura ouvir os dois lados. Se procurou e a pessoa não quis falar, bota isso no texto da matéria. Na maioria das vezes em que o advogado de defesa não quis falar, colocamos “o advogado foi procurado mas não quis gravar entrevista”.

Julia Kreuz: Eu vejo algumas semelhanças entre o caso do PM e o caso Tayná. No desaparecimento e na confissão dos investigados. Especialmente pelo fato de, no caso Tayná, os garotos do parque de diversão terem sido considerados culpados sem julgamento após a confissão. Como você enxerga isso nesses dois casos aqui na RIC?

Helen Anacleto: Eu não vejo semelhança. No caso dos meninos, é muito controverso, porque até hoje não surgiu nenhum outro suspeito efetivo. Tem várias histórias envolvendo a Tayná que envolvem a “desonra” enquanto mulher. A culpabilização da vítima. “Ah, mas ela era prostituta”. Ainda que fosse, né, sei lá. O caso dela foi muito difícil porque eram muitas informações. Era um caso difícil, uma menina que sumiu, e que a princípio parecia um desses casos que eu te falei, que a mãe vem aqui e diz que a filha desapareceu. E a gente fez. De repente, ela apareceu. Aí a gente parou de dar importância para a morte em si, para a canalhice que foi feita com ela, e passou a dar importância para os meninos. Quem são os culpados? Faz um perfil dos meninos, eles já foram presos? Batemos bastante nisso. Depois que se descobriu a tortura, passou-se a bater muito nos policiais. Foi passando assim, foi capítulo a capítulo. E no fim das contas, a morte da Tayná foi ficando em último plano. Porque, enquanto a gente tentava encontrar os culpados pela tortura dos meninos, o culpado pela morte da Tayná não estava preso. Foi muito complicado. No caso deles, ficou comprovada a tortura. Delegado preso, policiais presos, guardas municipais presos. Eles foram comprovadamente torturados. E isso foi muito complicado na época, porque a audiência do Balanço Geral é feita essencialmente de pessoas conservadoras. Então quando você fala de direitos humanos para essas pessoas, você está pedindo para tomar uma na cara, para essas pessoas criticarem muito. Foi muito complicado fazer essa cobertura, porque aqui dentro a gente tem uma postura de escutar todo mundo, mas chegou uma hora em que a gente tinha que se posicionar. Além disso, aí entra outra situação que também é bem complicada, que é a de você ir contra policiais. Você depende deles para a tua informação. A relação do jornalista policial com a polícia é íntima, quase dependente. Você não pode bancar uma briga com uma instituição, porque você vai precisar dela depois. É como você ser jornalista esportiva e querer brigar com um clube, não tem como. Você precisa dos caras. A fonte de informação sai dali, então não tem como. E no caso da Elen, eu acho que não tem relação. Ela confessou depois de presa, mas ela não foi torturada. Toda a confissão dela foi gravada com ela dizendo que não estava machucada, que estava fazendo aquilo porque queria. Inclusive o delegado que conduziu a confissão da Elen é o mesmo delegado que conduziu uma das fases da Tayná, o Fabio Amaro. E ele

diz “eu aprendi muito com aquele caso. Tudo o que eu falo pra Elen eu gravo, faço ela gravar, ela faz exames de corpo de delito regularmente, para que isso não aconteça de noite”.

Julia Kreuz: No caso da Tayná foi mostrado o rosto dos meninos. Vocês chegaram a divulgar nomes?

Helen Anaceto: Sim, e eu me lembro que isso também foi bem complicado no começo. A gente mostrou o rosto dos meninos quando eles foram presos, mostramos a história de terem queimado o parque - em um protesto bem violento que teve dos moradores da região - a gente mostrou nomes, idade. Depois, quando eles falaram dessa questão da tortura foi que começaram a colocar *blur* no rosto deles. Mas já não adiantava mais, eles já estavam expostos.

Julia Kreuz: E isso é uma prática comum aqui?

Helen Anacleto: É. A gente toma mais cuidado porque o jurídico tem interferido um pouco mais nisso. Eu, como repórter, nunca coloco nome de suspeitos. Isso porque a gente não acompanha. A polícia faz muitas apresentações, de criminosos. Aí todo mundo vai lá, porque se a polícia chamou todos os repórteres policiais vão, a maioria deles. Todos mostram a cara do cara, falam o nome e tal. E isso se perde depois. Especialmente quando é apreensão de drogas, uma coisa menor. Não se fala mais nisso. E tem vezes em que o cara é inocentado depois e você nunca fica sabendo. Então eu não dou o nome por causa disso. Primeiro porque o cara não foi condenado. E ainda que fosse, eu não vejo relevância. Por outro lado, se a gente presta um desserviço nesse sentido, nesse próximo ponto a gente presta um serviço: se a polícia está procurando alguém, a gente confia muito na polícia. Se tem um assalto a banco ou a um restaurante e a polícia está procurando um dos foragidos, faz retrato falado, dá o nome, a gente mostra. O cara é encontrado e preso. É uma prestação de serviço. Mas também pode ser arriscado.

Julia Kreuz: Ouvindo você falar, eu acho arriscado porque qualquer um hoje em dia pode ser confundido com um bandido na rua e sofrer violências por isso.

Helen Anacleto: Sim. A gente vive tempos muito difíceis. Isso é muito complicado.

Julia Kreuz: Voltando ao caso Tayná. Você falou que foi passando de capítulo a capítulo. Primeiro a imprensa se concentrou nos meninos, depois passou a criticar os policiais. Em nenhum momento a mídia assumiu uma parcela de culpa pelos erros que aconteceram. Tudo sempre está na boca da fonte. Como você analisa isso?

Helen Anacleto: Eu entendo o que você quer dizer. Mas na atividade, é difícil assumir essa ingerência porque tudo o que ele faz depende do outro. É claro que a abordagem depende dele, do corpo editorial e do chefe. No caso Tayná eu estava na pauta. Em muitos momentos a gente sentou e disse “tá, o que é que a gente quer agora? Porque a gente está pedalando”. E dentro de tudo isso, deve-se levar em conta que existia uma briga de Ibope. Porque aqui e na Massa esse era o assunto que movia. A Massa ficava duas horas sem VT só com isso. Conversando, falando e pondo imagem. E a gente com VT. Essa sede pelo Ibope, pela audiência, ela te leva a lugares perigosíssimos. Te leva a falar coisas que você não apura bem, te leva a ressaltar detalhes que não são relevantes, tipo que roupa a Tayná usava no dia, ou vídeos dela em casa se arrumando. São coisas que não são relevantes, mas que você alimenta a curiosidade popular ou o teu programa com aquilo. Teve vários momentos em que a gente sentava e decidia que tinham coisas que eram golpe baixo. No dia em que se descobriu que os meninos haviam sido torturados. Decidimos dar o depoimento deles inteiro, sem edições. A lógica selva da audiência pesa nessas horas. Você bota no ar o que for mais espetaculoso.

Julia Kreuz: Você defende essa isenção do jornalista de sempre falar segundo a polícia, segundo a defesa, etc?

Helen Anacleto: Defendo, desde que seja verdade. No papel de jornalista, você não tem como julgar se aquilo que a fonte está falando é verdade. Tanto que no caso Tayná também foi assim. Colocou-se os meninos como suspeitos,

a imprensa disse “segundo a polícia, esses quatro meninos são suspeitos”. Depois, descobriu-se que talvez não fosse: “segundo o Gaeco, esses meninos foram torturados pela polícia”. É muito difícil, porque você como jornalista não pode criar uma verdade sua. É tipo fazer um TCC, você não pode criar um parágrafo. Sempre tem que citar referências. Você fica entre a cruz e a espada. É claro que você sempre tem que estar do lado da verdade, mas às vezes não tem como saber se aquilo é mesmo verdade. Então sempre tem que ser segundo alguém. O jornalismo é feito disso, uma reunião de histórias que alguém conta. O papel do jornalista é reportar. E nisso a gente incorre em muitos erros? Com certeza. Mas é por isso que tem que existir um meio termo, pelo menos uma abertura para que todas as partes envolvidas tenham o mesmo espaço. É uma utopia? Pode ser, e é. Mas é o que no mínimo a gente tem que fazer.

Julia Kreuz: Como funciona a questão do lead aqui? Muitas vezes o lead tira a particularidade da notícia. Na televisão isso pode não ser tão forte por conta das imagens. Como você avalia isso na RIC?

Helen Anacleto: Isso aqui é o inverso. É muito legal você fazer essa pergunta. No rádio, por exemplo, você não tem espaço para o floreio. Eu lembro do caso Muggiati, que eu cobri aqui e no rádio, que eu chegava lá e dizia “ela caiu do trigésimo primeiro andar, quebrou tantos ossos, etc”, com uma frieza que a minha chefe pegava no meu pé depois. Ela dizia que não precisava dar tantos detalhes. No jornalismo policial, não só na TV mas principalmente aqui, os detalhes são muito importantes. No caso da Elen agora, a história do caso do PM tem muitos pequenos detalhes. Por exemplo, ele ensinou ela a atirar, ela sumiu com um dinheiro, ela tinha uma dívida, a casa estava indo a leilão, o filho não tinha a escola paga. Eram muitos detalhes que faziam sentido para contar aquela história. O dinheiro sumiu, o marido cobrou, a mulher matou o marido, teoricamente. Cada detalhe desse, para a RIC, era muito importante. Como a gente também ficou muito tempo nisso, cada detalhe era um lead. Mesmo que não tivesse nenhuma novidade, a gente requentava alguma coisa. Mesmo que fossem detalhes bobos. Aqui, o que funciona muito é que o lead é o que aparece de novo na história, mesmo que não seja relevante. Como temos um programa policial grande, todos os detalhes que você puder contar são bem-

vindos. Muitas vezes eu briguei na redação por não querer contar detalhes irrelevantes, mas eu precisava contar. Era muito difícil para mim entender essa lógica do “quanto mais melhor” e aqui é assim. Não só aqui, mas no jornalismo policial em si. Todo o detalhe que aparecer, relevante ou não, vai ser dado. É claro que a gente questiona, mas não pode deixar a história morrer. A audiência tem que ser alimentada com a dose diária daquele assunto.

Julia Kreuz: Você pode fazer uma avaliação geral do jornalismo policial feito na RIC? Você acha que estão fazendo um bom trabalho?

Helen Anacleto: Eu acho que dentro das possibilidades, sim. O jornalismo policial carece de uma auto crítica maior e essencial. Estava muito na moda, há uns dez anos, o jornalismo policial não empregar sequer pessoas formadas. Era geralmente alguém do rádio e que vinha para a TV. Hoje a gente tem profissionais muito bons. Essa é uma área renegada, então não é o melhor repórter que vai fazer essa editoria. Hoje isso tem mudado um pouco. Hoje a gente tem um exemplo muito bom na Massa, que é o Ricardo Vilches. Ele é premiado e tudo mais. Eu acho que aqui na RIC a gente tem feito o dever de casa, temos trabalhado com responsabilidade. Desde que eu entrei aqui, a evolução é notória. Antes a gente tinha menos responsabilidade no tratamento com a outra parte. A versão policial era a que ficava valendo. Hoje a gente consegue questionar mais isso, e até já entramos em brigas bem importantes com a polícia por causa disso. Recentemente nós tivemos uma equipe que foi presa por desacato, por uma coisa pequena. Mas era a questão de não se curvar só à versão da polícia. É uma postura que a empresa tem de não ser tão ligado à polícia. Acho que de uma maneira geral nós temos feito um bom trabalho de acompanhar os casos do início ao fim, com muitos percalços, aprendendo no processo, errando e acertando, consertando as coisas erradas. E a gente tem sido bastante feliz no resgate a histórias que as pessoas esquecem. Casos de dois ou três anos atrás em que as famílias ainda esperam justiça. Acho que a gente tem sido bem sucedido nisso. No fundo, o jornalismo policial presta um grande serviço nisso. Existem coisas que, infelizmente, só ganham a devida atenção quando são expostas na TV ou no jornal, enfim. Quando o jornalismo policial se presta a dar voz para pessoas como a

Christiane Yared ou personagens esquecidos da periferia e que são invisíveis aos olhos da lei, ele está cumprindo um papel que nenhuma outra editoria faz.

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA COM O JORNALISTA DO JORNAL GAZETA DO POVO, FELIPPE ANÍBAL.

Julia Kreuz: Qual é a característica de um crime ou um acontecimento policial que faz ele ter espaço na Gazeta do Povo?

Felippe Aníbal: Vou tentar te situar melhor sobre como eu entrei nessa história. Eu entrei na Gazeta em 2010 e, no princípio, fui fazer ronda, a gente chamava de ronda policial. Ainda tinha aqui na Gazeta. E o que a gente fazia era: saía o repórter, sem fotógrafo, só o repórter e o motorista. E a gente tinha a ronda básica. Em primeiro lugar, passava no IML. No IML a gente tirava o relatório das entradas de cadáver. Nesse relatório consta se a morte foi violenta ou não e qual foi a razão: se foi arma de fogo, arma branca ou agressão física. Com base nessas informações, eu fazia uma triagem e tentava estabelecer uma relação entre os casos. Por exemplo, no Água Verde teve três homicídios. Isso não é comum. E também, como eu fazia isso todo o dia, também conseguia já estabelecer essa relação ao longo dos dias. Com base nessas informações, ia para o Quartel General da PM, que é onde funciona a sala de imprensa. Eles têm acesso a todo o sistema e têm as informações básicas, não do Boletim de Ocorrência, mas da equipe que atendeu a ocorrência. Mas são informações muito preliminares: hora, o que o solicitante e a equipe relataram. Depois, a gente ia nas delegacias especializadas: delegacia de homicídio, delegacia de furtos e roubos e furtos e roubos de veículos. Quando estava acontecendo alguma coisa factual de relevância, a gente ia na hora. E logo no princípio ficou muito claro pra mim a diferença de tratamento entre a Gazeta do Povo e os outros veículos. Havia como se fosse um "clube", entre aspas, de jornalistas policiais, em que havia um acordo implícito de ninguém furar ninguém. Eles iam meio que em comboio. Eles trabalham com rádio na frequência da polícia, a gente não trabalhava dessa forma, porque é ilegal. Até teve uma situação na época em que os caras ficaram bravos comigo porque eu não andava com eles. Só que além de todo esse aspecto da ilegalidade, já não era o mesmo perfil. A gente já procurava fazer um jornalismo policial, mas fazer um jornalismo de segurança pública. Pra gente o policial é o cara que cobre essencialmente o factual. Conta quantos tiros a vítima levou e pronto. Às vezes nem acompanha a investigação. E a

gente procurava trabalhar mais no macro, estabelecer relação entre os casos. Eu fiz a ronda até meados de 2011. Mas essa visão prevaleceu enquanto a Gazeta teve ronda. Não era qualquer crime ou qualquer homicídio que interessava pra gente. Mas tentar fazer uma matéria mais abrangente, explicando para a sociedade um determinado fenômeno de segurança, e que tivesse impacto na vida das pessoas. A Gazeta acabou com a ronda no começo de 2015. A gente meio que "parou", entre aspas, de fazer policial. A gente ainda faz segurança, mas é mais projetos de lei, matérias de análise. E paramos de fazer policial no começo desse ano. Eu acho que tem a ver primeiro com uma visão editorial mesmo e, talvez, do ponto de vista operacional e prático. O grupo adquiriu a Tribuna, então a gente tem usado algumas coisas que a Tribuna tem feito de segurança. Quando é um assunto que foge muito da curva, que impacta um número muito significativo de pessoas, pode ter um interesse social muito grande, aí a gente entra na história. Mas isso está sendo muito pontual, e tem sido debatido previamente com os editores. "Ah, aconteceu tal caso, a gente vai entrar ou não vai?". Existe essa ponderação, e por fim se define se entra ou não.

Julia Kreuz: O caso que eu tenho trazido nas minhas entrevistas é o do PM que foi assassinado pela esposa. Vocês cobriram esse caso?

Felippe Aníbal: Foi feito pela Tribuna. Nós veiculamos de lá.

Julia Kreuz: E teve espaço no jornal impresso de vocês?

Felippe Aníbal: Sim. Mas essa parte mais criminal é feita pela Tribuna. Tem um homicídio X, a gente pega de lá. O que a gente tem feito é quase que um debate do ponto de vista legislativo. "Ah, vai ter um projeto de lei que dá mais autonomia para os municípios no uso das guardas municipais". A gente tem feito isso. Coisas pontuais de cobertura de segurança, do dia-a-dia, é muito raro e tem um debate prévio com os editores. É um fenômeno novo até. Dentro da redação a gente fica muito na dúvida. Às vezes demora um pouco e perde o timing.

Julia Kreuz: Até você sair da ronda, me parece que a polícia era a primeira fonte. Como funcionava para ouvir o outro lado, a defesa, a relação com essas fontes?

Felippe Aníbal: Uma coisa que me assombrou quando eu fui fazer ronda foi a cultura da apresentação. Na minha visão, é uma coisa horrorosa. O cara é suspeito, acusado, não está condenado ainda, e eles fazem aquela exposição. Eu, pelo menos, aqui na Gazeta, sempre tive o cuidado de tentar ouvir o suspeito ou procurar os advogados. É claro que, pelo ritmo do jornalismo, às vezes é muito difícil você conseguir ter esse acesso ao outro lado. Mas sempre deixava registrado que tentou procurar os advogados e não teve retorno. E assim, procurava mesmo. Não era aquele "mandraque". Procurava de verdade.

Julia Kreuz: Isso é uma política do veículo?

Felippe Aníbal: Sim. E mais do que ser uma política, acho que é nossa obrigação como jornalista. Sem querer fazer juízo de valor - talvez já fazendo -, mas o pessoal que cobre jornalismo policial entra muito nessa de execrar o acusado. Até pelo perfil dos programas de televisão, tem muito disso.

Julia Kreuz: Falando um pouco dessa questão dos temos: acusado, indiciado, investigado. Existe uma preocupação em usar o termo certo quando se trata dessa situação?

Felippe Aníbal: Sim. Quando eu entrei na Gazeta eu tinha uma editora muito rígida quanto a isso. Ela cobrava mesmo. A gente tinha até um manual. Se a pessoa ia fazer rondas, às vezes para cobrir uma folga, levava o manual junto. Tinha esse cuidado de não condenar ninguém antes do trânsito em julgado. A partir do momento em que você faz isso em uma matéria, você está metendo um carimbo na testa da pessoa. E eu já presenciei muitos casos em que é feita a apresentação, e dois dias depois a pessoa é inocentada. O Ministério Público manda arquivar o caso. Teve um caso até que teve um cidadão que foi apresentado pela PM. A PM nem pode ter essa prerrogativa, porque ela não indiciava ninguém, não era uma prisão em flagrante, mas levou ele lá. E fizeram a apresentação na delegacia. E depois esse cidadão chamou uma coletiva de imprensa para dizer que tinha sido inocentado.

Julia Kreuz: E não é todo mundo que tem a opção de chamar uma coletiva depois né. Entrando também nisso que você falou sobre a divulgação de nomes. Como era essa política aqui na Gazeta? Nessa questão de nomes e de divulgação de fotos.

Felippe Aníbal: No início, teve um período que a gente até usou fotos de suspeito. Depois, nós fizemos uma ponderação que a gente estava contribuindo para um certo "abuso", entre aspas, desses suspeitos. A gente parou de usar e começou a usar fotos em que fosse impossível de identificá-los. Fotos de costas, ou detalhes da mão. Nunca aquela foto no paredão.

Julia Kreuz: Agora falando um pouco além da compra da Tribuna. Fazendo uma avaliação da profissão e do comportamento do leitor, por que você acha que a cobertura policial foi perdendo espaço?

Felippe Aníbal: Me parece mesmo que é uma visão editorial. A Gazeta preferiu apostar em um determinado público, e de repente esse público não teria interesse nesse tipo de matéria mais pontual. Eu acho que é por isso. Ainda assim, hoje quando você coloca uma matéria sobre um crime, como por exemplo o caso Tayná, sempre dá muita audiência. Quando é mais próximo das pessoas, dá audiência pra caramba.

Julia Kreuz: Voltando um pouco, essa questão de ouvir a defesa. Quando eram vocês que faziam essa cobertura, era dado o mesmo espaço no jornal para defesa e acusação?

Felippe Aníbal: A gente abria espaço e o outro lado usava da maneira que achasse melhor. A nossa dificuldade nesse tipo de caso é que muitas vezes o acusado prefere não se manifestar, ou esperar um pouco. Como a ronda está tratando de casos que acabaram de acontecer, às vezes o advogado ainda não tem todos os detalhes e prefere tomar conhecimento do inquérito para depois se manifestar. Aí, mesmo que em uma primeira matéria não houvesse esse equilíbrio, nada impedia que a gente fizesse posteriormente uma suíte com o outro lado. Com o advogado questionando a investigação, ou apresentando um alibi ou ponto que isentasse ou atenuasse, que expusesse esse outro lado do acusado.

Julia Kreuz: Vocês tinham alguma maneira de medir a opinião pública?

Felippe Aníbal: Na época, não. Trabalhava-se muito pouco com redes sociais e as matérias não eram abertas a comentários. Mas posso te dizer com base em outras matérias de direitos humanos que eu fiz atualmente. Me deixa triste ler os comentários. Estou falando de um modo bem generalista, bem geral. Me deixa triste porque eles, em geral, partem de um pressuposto de que bandido bom é bandido morto e o Estado está pagando um custo que não deveria, enfim, aquela visão rasa.

Julia Kreuz: Mas vocês tentam ir contra isso, pelo que eu percebo.

Felippe Aníbal: Sim. A gente costuma dizer que não pode ler muito os comentários para não perder a fé no próprio trabalho, para não pensar que tudo o que você fez foi por água abaixo, que as pessoas não leram ou não compreenderam.

Julia Kreuz: Já na época do caso Tayná, pode-se perceber que o espaço do policial era reduzido.

Felippe Aníbal: No impresso, o espaço já era bem pequeno. Era só se tinha um caso com muita repercussão, aí derrubava alguma coisa. Não era assim que já havia um espaço pré-definido. No online sim, a gente tinha um espaço maior, então acabava dando mais matérias, fazia uma cobertura mais como deveria ser. No impresso, de fato, salvo raríssimas exceções, ficou em segundo plano. Mas acho mesmo que foi pelo público e por uma visão editorial, um misto das duas coisas. Mas se não me engano, no caso Tayná teve um espaço bom.

Julia Kreuz: O que me levou a estudar esse caso foi a minha percepção em uma confiança incondicional da imprensa na polícia. Há uma relação quase de cumplicidade entre esses dois atores. Você acha que existe mesmo essa confiança?

Felippe Aníbal: Eu acho que você definiu bem. É uma relação quase de cumplicidade, especialmente nos veículos que fazem isso todos os dias. Não acho que seja saudável. É um vício, uma distorção, que não fica bem nem para o jornalismo, nem para a sociedade. Porque você está comprando uma visão

dentre tantas. Se você for ouvir outras etapas, outros personagens do processo - por exemplo um defensor público, um juiz - a visão vai ser outra. Como a matéria sempre parte do policial, acaba gerando um ciclo perigoso. Eu acho bem perigoso. E quanto a essa relação "perniciosa", entre aspas, entre jornalista e polícia, teve um caso do Coronel Martins. Ele era coronel dos Bombeiros e foi acusado de uma série de homicídios no Boqueirão. Isso foi em 2011, e o inquérito está em andamento até agora. Ele foi preso e ficou todo mundo querendo ouvir a delegada. A delegada não podia falar porque o caso estava em segredo de Justiça. Então ficava todo mundo na porta da delegacia de homicídios. E eu fiz o básico. As mortes ocorreram todas em um raio de 50 metros. Eu fui lá na favelinha onde aconteceram as mortes, ouvi as pessoas. Então, às vezes esses jornalistas estão tão dependentes da polícia que não conseguem fazer o básico para ter uma visão mais humana.

Julia Kreuz: Nessa questão de vocês agora estarem tentando fazer algo mais voltado para o problema, o fenômeno, e não tanto o pontual, você poderia comparar o trabalho que você fazia antes e o trabalho que você faz agora?

Felippe Aníbal: Eu acho que o que mais prejudicou foi a relação com a fonte. Apesar de eu sempre ter ido contra da turma que fazia o jornalismo policial, eu estabeleci uma relação de confiança com a polícia, com delegados. E esse é um meio muito dinâmico. Existem muitas trocas nas chefias de delegacia, nos batalhões. E, às vezes, quando eu estou fazendo uma matéria, por exemplo, de furtos de veículos, eu ligo na delegacia de furtos e roubos de veículos e já não é mais o mesmo delegado. Ele não me conhece, não sabe do meu trabalho. E o que o jornalista tem é a credibilidade do seu nome. É a principal marca, mais até do que o veículo. Quando você deixa de regularmente frequentar esses espaços e conversar com essas pessoas, você vai perdendo as fontes.

Julia Kreuz: A prática jornalística tende a tirar a responsabilidade do jornalista em termos de informação. A informação está sempre na boca da fonte. A responsabilidade acaba saindo do jornalista. O caso Tayná foi um bom exemplo disso. Uma pergunta que eu tenho feito é se os

jornalistas com quem eu converso defendem essa isenção dos jornalistas.

Felippe Aníbal: Eu acho que comentar sobre esse caso em específico é difícil, porque ele esteve cheio de erros desde o início. Foi uma série de lambanças desde o isolamento do local onde encontraram o corpo até o caso de torturas e tudo mais. Eu não consigo imaginar como eu agiria nesse caso. Apesar de existirem esses excessos por parte dos colegas, eu acredito que, de repente em um primeiro momento, eles tenham sido induzidos ao erro mesmo. E, por conta desse aspecto cultural de ter uma relação muito próxima de ter a polícia como única fonte, eles acabaram se excedendo mesmo.

Julia Kreuz: Como é a relação de vocês com a empresa? A empresa banca vocês quando existe algum tipo de problema?

Felippe Aníbal: Muito. Quando eu estive na ronda, eu nunca tomei processo. Mas, posteriormente, tive uma série de incômodos. Não só com processo, mas teve uma série de reportagens que a gente fez e fomos convocados para prestar depoimento como testemunha. Uma série sobre a Polícia Civil que saiu em 2012.

Julia Kreuz: Me conta um pouco sobre essa série.

Felippe Aníbal: Nós fizemos em quatro profissionais. Três jornalistas e um fotógrafo. Eu fazia ronda na época, o Mauri era repórter especial e tinha umas fontes na polícia e o Diego era outro repórter de segurança que também tinha muitas fontes. Cada um recebeu parte da informação. A gente sempre trocava ideias sobre pautas, e percebemos que se fôssemos dar separadamente não ia ter força, mas se a gente juntasse tudo o que teria e fizesse uma metodologia do trabalho, ia ter um trabalho bem consistente. Então, dividimos o trabalho em duas fases. Na primeira fase mostrava que o Paraná tem 399 municípios e mais da metade não tem delegacia da Polícia Civil. Ainda assim, o dinheiro da Sesp era direcionado para esses municípios e se perdia no meio do caminho. Havia as delegacias fantasmas, que a gente chamou, e o sumiço do fundo rotativo. Viajamos o interior e tudo. Na segunda fase, a gente mostrou o fenômeno dos "mordomóveis", que são viaturas descaracterizadas e que são usadas para fins pessoais, tanto na Civil quanto na Militar. Óbvio que isso

gerou uma reação. Nós sofremos ameaças, tivemos que andar de escolta armada. Isso em 2012. Até o ano passado nós ainda estávamos sendo convocados para prestar depoimento. E nesses depoimentos eles não estavam preocupados com o que nós tínhamos denunciado, mas estavam fazendo pressão para que a gente revelasse quem eram as fontes. Acabou que eu fiz um desabafo no Facebook, e isso acabou fugindo ao controle. O sindicato entrou na história, vários veículos grandes fizeram matéria. Quando a imprensa, principalmente a nacional - até o Jornal Nacional fez matéria com a gente - entra na jogada eles acabam recuando. Mas daqui a pouco volta. Isso é uma afronta não contra o jornalista, mas contra a democracia. É muito grave. Se a gente não se posicionar, daqui a pouco vão bater na porta de onde você trabalha e vão te chamar pra depor também.

Julia Kreuz: **Você acha que o trabalho que você faz agora, na segurança, é melhor do que o trabalho que fazia anteriormente, no policial?**

Felippe Aníbal: Eu acho que a gente faz menos. Claro que o trabalho que eu fazia quando estava na ronda era diferente do que eu faço hoje. Mas eu acho que, num mundo ideal, a gente teria um repórter fazendo ronda todos os dias. Porque não fazia só matéria policial. Era os olhos do jornal na rua. Era quem estava na rua o tempo todo circulando. E seria imprescindível ter um jornalista na rua em tempo integral, estreitando relações com fontes e tudo mais.

ANEXO 1 - REPORTAGEM DO DIA 23/06/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 1 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO
SABADO, 23 DE JUNHO DE 2013

Vida e Cidadania | 9

» COLOMBO

Corpo de jovem assassinada é encontrado

Arrestos em série

O corpo de Tainá Adriane da Silva, de 34 anos, que estava desaparecida desde terça-feira em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, foi encontrado no início da tarde de ontem. A informação foi confirmada pelo delegado Silvan Pereira, titular da delegacia de Alto Maracaná, em Colombo, que investiga o caso. Quatro suspeitos de cometer o crime foram presos. Três deles confessaram o homicídio, conforme informação do chefe das investigações, Rudi Elói. Ele relatou que os homens disseram ter estrangulado a vítima.

Três seriam participados do estupro e um deles se arrependeu no meio do caminho e voltou. Os envolvidos no crime têm 22, 23 e 25 anos. O suspeito que se arrependeu tem 22 anos. Os quatro primeiros em presas na Delegacia de Alto Maracaná, em Colombo.

Os homens trabalhavam em um parque de diversões, que fica na Rua Presidente Faria, bairro Colônia Faria. Eles capturaram a menina

De acordo com o investigador, os autores abandonaram a vítima morta no matagal só no dia seguinte resolveram voltar ao local para enterrar o corpo. Eles teriam ainda feito sexo com o cadáver e trofista antes de efetuar o estupro, segundo informou a polícia.

Protesto

Depois que policiais estiveram no parque de diversões para as primeiras buscas ao corpo, ainda na quinta-feira, moradores da região se revoltaram e começaram um protesto. Cerca de 200 pessoas foram ao local, por volta das 19 horas do mesmo dia, e atearam fogo em um caminhão e outros objetos do estabelecimento.

De acordo com a Polícia Militar (PM), equipes da tropa de choque foram ao local para ajudar na dispersão do protesto. Não foram registrados feridos.



Parque em que suspeitos trabalhavam foi incendiado.

COMPRE TV E CONCORRA A TVs DE 84"

PARTICIPE DA PROMOÇÃO TV TELA GRANDE
tvtelegrande.casasbahia.com.br

COMPRANDO COM CARTÕES CASAS BAHIA VOU GANHAR CUPONS EM DOBRO.

Na compra desta TV leve 2 óculos 3D

TV LED com Conversor Digital** a partir de **R\$ 499,90**
sem entrada
Total a prazo R\$ 798,20

TV 40" LED 3D Full HD com Conversor Digital** a partir de **R\$ 149,90**
sem entrada
Total a prazo R\$ 2.098,20

TV 40" LED 3D FULL HD COM CONVERSOR DIGITAL A PARTIR DE **R\$ 1.799,00**
à vista

CASAS BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

SEM ENTRADA*

Electrolux Refrigerador **R\$ 699,00**
à vista R\$ 35,95 no cartão
Total a prazo R\$ 1.070,20

Electrolux Lavadora Turbo **R\$ 699,00**
à vista R\$ 35,95 no cartão
Total a prazo R\$ 1.070,20

TecToy Tablet Razer TT2501 **R\$ 499,00**
à vista R\$ 35,95 no cartão
Total a prazo R\$ 718,20

» VIOLÊNCIA

Quadrilha mata criança de 5 anos

SOMENTE R\$ 499,00

Uma quadrilha invadiu uma casa, fez uma família de bolivianos refém e matou uma criança de 5 anos na madrugada de ontem, em São Mateus, zona leste de São Paulo. Segundo a Polícia Civil, o menor foi morto porque a família tinha pouco dinheiro.

No total, seis criminosos invadiram a residência por volta das 2 horas. Os bolivianos entregaram R\$ 4.500, mas os bandidos, insatisfeitos, passaram a ameaçar todos dentro da casa.

Havia oito pessoas na residência, sendo seis adultos e duas crianças. Um dos menores ficou sob a mira de um dos criminosos que extorquiu os bolivianos.

De acordo com boletim de ocorrência registrado no 49º DP (São Mateus), o menino chamou muito no momento do assalto e os criminosos chegaram a dizer que cortariam a cabeça da criança caso ela não parasse de gritar.

Os pais insistem que na casa não havia mais dinheiro, mas, mesmo assim, momentos antes de fugir, os bandidos dispararam contra a cabeça do garoto. A criança foi levada ao pronto-socorro do Hospital São Mateus pelos próprios pais, mas não resistiu aos ferimentos.

Os bandidos conseguiram fugir. De acordo com um dos investigadores da delegacia, há a suspeita de que a quadrilha seja composta por pessoas da região pois, dos seis criminosos que invadiram a casa, cinco estavam encapuçados.

casasbahia.com.br tele vendas: 4003-2773
seg - sex: 8h às 22h - sáb e dom: 9h às 20h

Proteção TV Tela Grande válida de 2 a 30/6/2013. Consulte os dados dos sorteios e o regulamento completo no site: tvtelegrande.casasbahia.com.br. Certificado de Autorização SEAE/MF 04/0230/2013. Ofertas válidas no dia 29/6/2013 ou enquanto durarem os estoques. Formas de pagamento: à vista; a prazo com juros no cartão em 18%, 5,02% a.m. e CET 79,99% a.a., com 1º pagamento 30 dias após a compra (exceto para a primeira compra) e os demais a cada 30 dias. ICQ incluso. Consulte outras condições de pagamento. Não vendemos por atacado. 20 peças por produto, exceto para tablet/multimídia. Fotos ilustrativas. Eventuais erros neste impresso não preservam o direito de rejeição. Sujeito a análise de crédito. *Candidato exclusivo para os produtos anunciados. **Consulte o loja sobre modelos disponíveis. As ofertas anunciadas não são válidas para o loja virtual nem para o tele vendas. Mais informações, acesse www.casasbahia.com.br ou ligue para 4003-2773. Consulte o regulamento completo do cartão "Minha Casa Melhor" no site www.casasbahia.com.br/mihomemelhior ou ligue para 0800 726 8066.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 2 - REPORTAGEM DO DIA 03/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 2 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

6 | Vida e Cidadania | GAZETA DO POVO
QUARTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2013

» CAMINHONEIROS

Protestos pelo país bloqueiam 25 rodovias em dez estados

Tropa de choque agiu em São Paulo. Cinco estradas do Paraná foram interrompidas. Na Anhanguera, quatro manifestantes são atropelados.

De Redação, com agências

No segundo dia de protestos de caminhoneiros ao menos 25 rodovias foram bloqueadas em dez estados: São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.

Em São Paulo, a tropa de choque foi chamada para liberar, após mais de 26 horas de interrupção, a rodovia Córrego Domênico Rangoni, que dá acesso ao porto de Santos. Na maior parte dos bloqueios, apenas caminhões são impedidos de trafegar. Mas em alguns as pistas ficaram totalmente interditadas para qualquer tipo de veículo.

No Paraná, a BR-377 rodovia que faz a ligação do Oeste ao Porto de Paranaguá ficou parada por 24 horas, até as 17 horas de ontem. No estado, outras interdições foram registradas ao longo do dia na PR-280, próximo ao município de Clevelandia; na PR-364, na região de Guarapuava; e no cruzamento das rodovias PR-445 e BR-369, entre Londrina e Cambé. Até às 21h30 de ontem, um trecho da PR-482, entre Cascavel e Realeza, continuava bloqueado.

Em estados como Mato Grosso e Bahia, os bloqueios seguem hoje e já duram mais de um dia. Em São Paulo, a Castello Branco, bloqueada de manhã, só foi liberada após as 20 h, tam-



Tráfego no cruzamento das rodovias PR-445 e BR-369, entre Londrina e Cambé, foi interrompido ontem por cerca de duas horas.

bém pela tropa de choque. Houve confronto, com bombas de efeito moral lançadas pela polícia contra os manifestantes, que reivindicaram com pedágio e peito.

Entre as reivindicações dos caminhoneiros em protestos pelo país estão o subsídio no preço do óleo diesel, isenção do pagamento de pedágio para caminhões e criação da secretaria do Transporte Rodoviário de Cargas. O líder da paralisação dos caminhoneiros, Nélcio Botelho, que comanda o Mube (Movimento Unificado Brasil Caminhoneiro), afirmou que os protestos serão mantidos até as 6 h de quinta-feira.

Ontem à tarde, o governo de São Paulo e o governo federal obtiveram na Justiça, respectivamente, liminares que impedem o bloqueio de rodovias. Em ambas as decisões, o sindicalista Nélcio Botelho

foi sujeito a multa em caso de descumprimento.

Nas rodovias de São Paulo, a multa é de R\$ 20 mil por hora. Nas federais, R\$ 10 mil.

Atropelamento

Quatro manifestantes foram atropelados por um caminhão guincho ao tentar bloquear a rodovia Anhanguera, na região de Jundiaí (SP) por volta das 20h30 de segunda-feira. O motorista de uma carreta não conseguiu frear a tempo e atropelou os quatro manifestantes que estavam invadindo a pista para protestar. Três pessoas tiveram ferimentos leves e uma, moderado.

Devido aos bloqueios, os Correios adotaram medidas alternativas para minimizar atrasos. A empresa informou que as entregas estão sendo feitas por transporte aéreo em alguns estados.

REAÇÃO DO GOVERNO

Reivindicações não podem ser atendidas, diz ministro

BRASIL
Polígrafos

O ministro dos Transportes, César Borges, afirmou ontem que as reivindicações de caminhoneiros que desobedecerem as regras de trânsito de dez estados são "imposições de serem atendidas".

Ele afirmou, após reunião no Palácio do Planalto, que os bloqueios, frutos de um "movimento pequeno", são motivados por "interesses de ocasião". Não descartou também que pode pedir para usar força policial para liberar estradas. Os manifestantes reivin-

cam soluções para questões nacionais da categoria, entre elas, o subsídio no preço do óleo diesel, isenção do pagamento de pedágio para caminhões e criação da secretaria do Transporte Rodoviário de Cargas. Borges disse que o óleo diesel já é subsidiado e não se pode contrariar contras-sentimentos de pedágio. "Estamos vendo agora um movimento pequeno se aproveitar do que está passando o país para invadir as rodovias federais impedindo inclusive o sagrado de ir e vir da população brasileira e principalmente dos caminhoneiros", disse o ministro. Ele disse que a Polícia Rodoviária Federal poderá atuar para remover os veículos que bloqueiam estradas.

» CA SO TAYNÁ

Perita diz que jovem não foi violentada

Rafael Neri, especial para a Gazeta do Povo

Declarações de uma perita que investiga o caso de assassinato da jovem Tainá Adriane da Silva, de 14 anos encontrada morta no dia 2 de junho em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, colocam em dúvida as conclusões iniciais da polícia sobre o crime. De acordo com Jussara Joekel, do Instituto de Criminalística, a adolescente pode não ter sido violentada. As investigações iniciais mostravam que Tainá teria sido estuprada, morta e possivelmente o corpo dela teria sido vilipendiado (quando se trata de sexo com o corpo da vítima após ter sido abandonado em um terreno).

"A perícia confirma que pode não ter havido abuso sexual", disse Jussara, em entrevista à Gazeta do Povo. Segundo a perita, que havia acabado de sair de uma reunião com autoridades policiais sobre as investigações do caso, em fim de semana, não poderia mais se pronunciara respeito à morte de Tainá.

Ao portal Paraná Online, Jussara disse que não foram encontrados até o momento indícios de que a adolescente tenha sido abusada sexualmente. "Ela estava com os parâmetros de uma vítima de um caso de violência sexual", afirmou. "Ela estava com uma marca de mordida na bochecha."

Suspeitos

Quatro suspeitos de cometer o crime foram presos. Adriano Batista, 23 anos; Paulo Henrique Camargos Cunha, 25; Sérgio Amador da Silva Filho, 22; e Breguêl Batista, 22. De acordo com o delegado Silvan Pereira, titular da delegacia de Altamiranda, em Colombo, que investiga o caso, três deles confessaram no dia 28 de junho. Breguêl, no entanto, nega a autoria, e os demais detidos confirmam inocência do caso.

Segundo o depoimento dos suspeitos, ele chegou a abordar Tainá, mas se arrependeu e não participou do crime. Na tarde do dia 28, os quatro foram transferidos para outras unidades carcerárias do Paraná, mas os locais estão sob sigilo. Segundo a Polícia Civil, um senhor teria encontrado o corpo da jovem, que estava jogado dentro de uma vala alagada em um terreno que fica em frente a um parque de diversões onde os suspeitos trabalhavam. O parque de diversões, que foi depredado por manifestantes revoltados com o crime, fica na Rua Presidente Faria, bairro Colônia Paria.



Jovem foi encontrada morta no dia 25 de junho.

800 pessoas ignoram o frio para protestar

Apesar do frio de 10°C, o 49º Atopela Rodoviária, na Tarde de Ontem de Curitiba reuniu cerca de 800 pessoas na noite de ontem. A manifestação teve início na Boca da Matia e terminou em frente do prédio da Câmara Municipal, na Praça Curitiba. Corais, aos gritos de "A Pátria não paga a minha terra" e "Fim, o país é sua, o povo é nosso". Pacíficos durante todo o trajeto (fora), a manifestação terminou com a detenção de três pessoas, duas delas suspeitas de estupro em uma caixa de correio e uma por ter depredado o nariz de segurança. Na noite, um ônibus. Mesmo com a diminuição da quantidade de participantes, os protestos ainda continuam com o apoio de quem só estava de passagem pelo centro da cidade. "As manifestações não podem parar, porque ainda há muito a ser melhorado. A sociedade pública está um caos", reclamou o aposentado Luiz Augusto do Carmo, 74 anos.



MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS

Protestos foram registrados em diversas cidades do Brasil ontem. Acompanhe:

Belo Horizonte

Um homem de 12 anos foi atingido na cabeça por um tiro disparado por um policial militar aposentado na noite de segunda-feira em Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte. Chacaram e cavaram com os banhos de uma manifestação que pede melhoria na cidade de Belo Horizonte. O jovem foi internado em estado grave.

Pará

Cerca de 800 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens e de sindicatos invadiram ontem o prédio da Prefeitura de Camapuã Municipal de Tucuruí, no sudoeste do Pará.

Espírito Santo

Um grupo de 500 manifestantes invadiu o plenário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo ontem depois que os deputados suspendiram a votação do decreto que acaba com o pedágio na Terceira Ponte, entre Vitória e Vila Velha.

São Paulo

Cerca de mil manifestantes invadiram a Câmara de Ribeiro Preto (313 km de São Paulo) de 19h30 de ontem pedindo melhores condições no transporte público, saúde e educação de qualidade.

Bahia

Centenas de manifestantes realizaram pequenos protestos ontem de manhã em aeroportos de São Paulo, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. Na Bahia, os manifestantes distribuíram panfletos. O ato foi convocado pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTTB), ligada ao PC do B.

Rio de Janeiro

O grupo de manifestantes acampou em frente ao edifício onde mora o governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, foi expulso pela Polícia Militar na madrugada de ontem. A tarde, moradores das 16 favelas do Complexo da Maré protestaram contra a violência policial na região. O movimento teve a adesão de 50ólogos e especialistas da área de segurança pública de faculdades particulares e públicas do Rio.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 4 - REPORTAGEM DO DIA 10/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 4 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO
QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2013

Vida e Cidadania **11**

MARCELA CAMPOS
www.gazetadopovo.com.br

Entrelinhas

Ruas pedem socorro



Até dois flagrantos, para a sede "Curitiba Educadora". A primeira foto foi feita na Avenida Agostinho Lato Júnior, quase esquina com a Rua Ubaldino do Amaral, perto do estádio Couto Pereira. A segunda é da Rua Doutor Joaquim Silveira da Mota, no Uberaba. Você também tem imagens de ruas com buracos? Envie para entrelinhas@gazetadopovo.com.br

Provinciários

Se você sofre com os buracos na sua rua de entrega, não se desespere. A recomendação é ligar para o 155, a Central de Atendimento Prefeitura, e reclamar. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Obras Públicas, 29 equipes trabalham diariamente em campo de tapa-buraco na cidade. O cronograma das manutenções é definido com base nos dados do Geac 156 e nos pedidos das administrações regionais da prefeitura. As equipes vão até as ruas e os buracos são marcados com cones e placas para avisar os motoristas. Mas, se o fechamento da avenida não tiver a resposta, "vamos aguardar".

Dia da (e de) Piza

Em homenagem ao Dia Mundial da Piza, comemorado hoje, 10 de julho, a Avenida Paulista ofereceu, com o 30% de desconto, pizzas de sabores variados, entre outros ingredientes. Nesta quarta-feira a pizza saiu por R\$ 48,30 (quatro pessoas). A Rede Abatê Pizzas também ofereceu 30% de desconto em qualquer sabor, para todas as pessoas que se cadastraram na Fanpage Facebook com @abatepizzas. Já na Baggio, todo o valor arrecadado com a venda das pizzas musarda e romana será revertido para entidades beneficentes (Em Curitiba, o Hospital Pequeno Príncipe, e em São José dos Pinhais, a Apae).

Até que enfim!

Os usuários da Biblioteca Pública Paraná (BPP) já podem consultar o acervo de mais de 430 mil exemplares de livros pelo computador. Os fichários não há, de acordo com a BPP, foram substituídos por um banco de dados on-line. Um funcionário explicou que os usuários têm dificuldades com o novo sistema. O formato de catalogação em fichas não mudou, mas há mais de 50 anos, desde a inauguração do atual prédio da Rua Cândido Lopes, em 1954. O catálogo digital também está disponível no site da biblioteca (www.bpp.pr.gov.br), dizendo "vamos", no canto superior da página.

Trânsito na UFPR

Na segunda-feira, a coluna publicou uma sobre o respeito às leis de trânsito dentro do Centro Político da Universidade Federal do Paraná, onde as pessoas estacionam sobre as calçadas e nas faixas reservadas a carga e descarga. Em resposta, a assessoria de imprensa da Secretaria de Trânsito de Curitiba confirmou que o órgão não pode atuar dentro de campus, pois seria como entrar em um condomínio para fiscalizar as ações dos moradores. Como se trata de área repositiva, a responsabilidade é da própria universidade.

24 quadros por segundo

"Não importa o quanto você bate, mas sim o quanto aguenta apanhar e continuar. O quanto pode suportar e seguir em frente. É assim que se ganha."

As palavras do filme Rocky Balboa.

» CASO TAYNÁ

Resultado de exame põe inquérito sob suspeita

Laudo indica que o sêmen encontrado no corpo da garota não pertence a nenhum dos quatro acusados detidos. MP e Corregedoria vão entrar no caso

Reinaldo Trênte

O resultado de um exame genético causou mais uma reviravolta na investigação da morte da jovem Tayná Adriana Silva, de 34 anos, assassinada em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sep), um laudo indica que o sêmen encontrado na calcinha da garota não é compatível com o material genético de nenhum dos quatro homens detidos acusados de terem estuprado e assassinado a menina até a morte.

O caso apresenta inconsistências desde o início. Quando os homens foram apresentados e indicados depois de serem, supostamente, confessados o estupro da menina e seu assassinato, embora tenham apresentado versões diferentes e até mesmo negado o crime. A nova prova da perícia indica que uma quinta pessoa pode ter relação com o caso e lança dúvidas sobre a participação dos quatro homens já detidos.

Ainda, soma-se ao impasse a declaração da perita Jussara Jocheli, que afirma não haver indícios de que a jovem sofreu violência sexual. A declaração que foi reafirmada ontem, quando ela compareceu a uma reunião sobre o caso no Instituto de Criminalística. Além de Jussara, estavam presentes na reunião os delegados Agnir Salgado Filho, da Divisão de Polícia Metropolitana (DPMetro), Bibio Amaro da Alegria de Pinha, Silvan Rodney Pereira (delegacia de Alto Maracaná), Rafael Vanna (delegado assessor criminal da Sep), médicos legistas representantes da Polícia Científica e o promotor Ricardo Casseb Lóes, do Ministério Público de Colombo.

O delegado Agnir Salgado Filho comentou, anteriormente, que poderia haver algum erro no caso. "Se erro, vai responder. Quem participou dessa investigação vai ser responsabilizado", afirmou, para depois reforçar que a polícia trabalha com a possibilidade de erro.

Ele explicou que o inquérito já foi concluído, mesmo sem todos os laudos periciais prontos, e encaminhado para o Ministério Público, que deve ser o responsável pelo andamento do caso a partir de agora.

Questionado sobre o encerramento do inquérito mesmo sem provas conclusivas contra os quatro acusados, Salgado disse que há "fortes indícios" da ligação deles com o crime. "Tasse fato do sêmen ser ou não será mais um dado dentro da investigação", afirmou.

O médico legista Alexandre Antônio de Góes, chefe de necropsia do IML, afirmou que os laudos de necropsia estão prontos. "O que posso afirmar é que a causa da morte foi afecção mecânica por estrangulamento", diz. Ele não quis comentar sobre os exames que estão sendo realizados, nem se estão prontos ou não.

DEFESA

Advogado afirma que os acusados fizeram conflitos obscuros

Reinaldo Trênte

Advogado Roberto Fidem Moura Junior, que defende os quatro acusados de terem assassinado e assaltado a adolescente Tayná da Silva, afirmou ontem que os quatro suspeitos observaram conflitos obscuros sob tortura. "Eles declararam que sofreram agredimentos físicos e psicológicos e até mesmo espancamentos", afirmou. Ele afirmou que os quatro não foram levados imediatamente ao Centro de Operações Especiais (Cope) e na delegacia de Anacárdia (dois dos presos foram levados para cada local). Até a próxima quinta-feira, o advogado deve pedir a reabertura ou negociação dos processos preventivos dos acusados.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 5 - REPORTAGEM DO DIA 11/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 5 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

8 Vida e Cidadania

GAZETA DO POVO

QUINTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2013

» CASO TAYNÁ

Lesões em suspeitos reforçam tese de tortura

Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR está acompanhando o inquérito. Um dos acusados foi hospitalizado após apresentar sangramento anal

Após o assassinato de Tayná, especialistas em tortura

A Casa de Custódia de Curitiba confirmou que os quatro suspeitos presos pelo assassinato da jovem Tayná da Silva, 14 anos, chegaram à unidade com lesões. A informação reforça a tese do advogado de defesa do quarteto, que até então havia informado que seus clientes confessaram o crime sob tortura.

De acordo com Edvaldo Wilka de Carvalho, diretor da unidade prisional onde os homens estão detidos, eles chegaram ao local no dia 4, após serem transferidos da Casa de Custódia de Piratuna — onde teriam ficado menos de 24 horas. Naquele mesmo dia, um exame de corpo delito foi realizado e apontou lesões leves nos quatro suspeitos.

Na manhã de ontem, Adriano Batista, 23 anos, foi transferido para o Complexo Médico Penal I por recomendação médica. Após a transferência, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR), que esteve na Casa de Custódia de Curitiba, informou que o suspeito apresentava sangramento na região anal.

A confirmação das lesões após o encontro das declarações do advogado Roberto Raimundo de Moura Júnior. “Eles me disseram que sofreram agressões em pau de arara e até empalamento para que fossem forçados a admitir a culpa que não têm”, disse, na última terça-feira.

Moura Júnior afirmou ter ouvido dos suspeitos que a tortura ocorreu na delegacia do Alto Macaeté, de Araucária, e no Centro de Operações Especiais — unidades por onde eles passaram antes da transferência para a unidade de Curitiba.

Contradições

A denúncia de tortura é apenas mais um elemento em uma investigação que tem apresentado contradições desde o seu início. Investigações iniciais da polícia apontaram para a participação dos quatro suspeitos, que teriam confessado ter estuprado e matado a garota. Um laudo da Polícia Científica, confirmado pela Secretaria de Segurança Pública (Sep), mostrou que o sêmen encontrado nas roupas da jovem era incompatível com o material genético dos detidos.

Com tantas contradições, a Sep divulgou ontem que o delegado Guilherme Rangel, titular do núcleo da região metropolitana da Denarc, será o novo responsável pelo caso. Ele contará com acompanhamento de Rafael Viana, assessor civil da pasta. Base é o terreno do delegado designado para investigar o crime.

CRONOLOGIA

Relembre os principais fatos que marcaram a investigação do caso:

25 jun — Tayná desaparece quando voltava de casa de uma amiga, nas proximidades de um parque de diversões.

27 jun — A polícia prende três fundadores do parque, suspeitos de terem sequestrado a jovem.

28 jun — O corpo de Tayná é encontrado. Delegada do Alto Macaeté, em Colombo, diz que três dos quatro suspeitos de cometer o crime pescoços foram o estupro seguido de morte por estrangulamento. Um deles não teria participado diretamente do crime. O parque de diversões é depredado e incendiado por 200 pessoas revoltadas com o crime.

2 jul — A perita Jussara Leal, do Instituto Criminalístico, afirma que a adolescente pode não ter sido violentada, contrariando a tese inicial das investigações. Segundo ela, não foram encontrados indícios de abuso sexual.

5 jul — Polícia Civil finaliza o inquérito sobre a morte da adolescente antes da conclusão dos laudos periciais e de necropsia, sustenta o estupro seguido de morte e aponta os quatro presos como autores.

9 jul — Resultado de exame de DNA indica que o sêmen encontrado na calcinha da garota não é compatível com o material genético de nenhum dos quatro acusados. Advogado dos quatro acusados afirma que as contradições foram criadas sob tortura. Os suspeitos teriam sido forçados a admitir a autoria do crime mediante uso de pau de arara e empalamento.

10 jul — Secretaria de Segurança Pública muda mais uma vez o delegado responsável pelas investigações do caso. Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR) investiga as denúncias de tortura e ouve os quatro detidos, que confirmam a versão de que foram torturados. Exames de corpo de delito comprovam que eles foram agredidos.

Entrelinhas

MARCELA CAMPOS
marcela@gazeta.povo.com.br

Curitiba é destaque em rede árabe de tevê

Guntiba's Collective Dream

Uma emissora árabe de televisão Al Jazeera, veiculou ontem reportagem sobre planejamento urbano filmada por uma equipe em Curitiba. A matéria começa na linha “cidade-modelo”, falando do programa municipal Clímbio Verde, que existe há mais de 20 anos e permite que moradores troquem lixo reciclável por pontos e algumas coisas. O perfil do Jaime Lerner é entrevistado e a reportagem ressalta a existência de vários parques e de vistas exclusivas para os ônibus na capital paranaense. Mas a conclusão é de que a cidade “não é nenhuma utopia, especialmente se você é um ciclista”. Para assistir, você pode acessar o bit.ly/cvoutillamodito. O vídeo está em inglês.

Novo milionário

Um apostador da cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi o vencedor do sorteio da Mega-Sena, anunciado na noite de ontem. O sorteio aceitou o sexto prêmio de R\$ 220.330.054,04. Outras 95 pessoas acertaram a quinta e vão receber cada uma, R\$ 28.874,70. Os ganhadores da quadra — 903 apostadores — vão receber R\$ 3.709,3 cada um. Apostador paranaense levou o prêmio acertando as dezenas 01, 08, 17, 44, 46 e 53. A arrecadação total do concurso foi de R\$ 40.363.448,00, segundo a Caixa Econômica Federal.

De patinho empalatinho...

Um apostador da cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi o vencedor do sorteio da Mega-Sena, anunciado na noite de ontem. O sorteio aceitou o sexto prêmio de R\$ 220.330.054,04. Outras 95 pessoas acertaram a quinta e vão receber cada uma, R\$ 28.874,70. Os ganhadores da quadra — 903 apostadores — vão receber R\$ 3.709,3 cada um. Apostador paranaense levou o prêmio acertando as dezenas 01, 08, 17, 44, 46 e 53. A arrecadação total do concurso foi de R\$ 40.363.448,00, segundo a Caixa Econômica Federal.

Amiga não foi ouvida pela polícia

Últimos conhecidos a terem contato com Tayná da Silva, os membros da família Cardoso não foram ouvidos formalmente pela polícia. A informação é de Hernani Cardoso, pai da amiga com a qual a jovem passou parte da última noite de sua vida.

“Minha filha falou com os policiais, mas apenas nos dias da busca pelo corpo. Não prestamos depoimento em nenhuma delegacia”, disse o jardineiro.

De acordo com Cardoso, Brenda, sua filha, e Tayná estavam numa apresentação de dança até por volta das 20 horas em sua casa. Após esse horário, a jovem resolveu ir embora, mas teria dito que antes passaria na casa de um amigo com o qual ela trabalhava em um salão de beleza. “A Tayná iria buscar uma pancha para cabelo e um rímel, mas pelo que fiquei sabendo ele estava na escola”.

Cardoso acredita que os quatro detidos são culpados pelo crime — mesmo pensamento da família de Tayná. O sentimento da família e amigos de Tayná também é repellido no local que abrigava o parque onde os suspeitos trabalhavam e em matos de Colombo, cobertos por sinais de pedindo justiça. (RM)

Novo milionário

Um apostador da cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi o vencedor do sorteio da Mega-Sena, anunciado na noite de ontem. O sorteio aceitou o sexto prêmio de R\$ 220.330.054,04. Outras 95 pessoas acertaram a quinta e vão receber cada uma, R\$ 28.874,70. Os ganhadores da quadra — 903 apostadores — vão receber R\$ 3.709,3 cada um. Apostador paranaense levou o prêmio acertando as dezenas 01, 08, 17, 44, 46 e 53. A arrecadação total do concurso foi de R\$ 40.363.448,00, segundo a Caixa Econômica Federal.

De patinho empalatinho...

Um apostador da cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi o vencedor do sorteio da Mega-Sena, anunciado na noite de ontem. O sorteio aceitou o sexto prêmio de R\$ 220.330.054,04. Outras 95 pessoas acertaram a quinta e vão receber cada uma, R\$ 28.874,70. Os ganhadores da quadra — 903 apostadores — vão receber R\$ 3.709,3 cada um. Apostador paranaense levou o prêmio acertando as dezenas 01, 08, 17, 44, 46 e 53. A arrecadação total do concurso foi de R\$ 40.363.448,00, segundo a Caixa Econômica Federal.

De patinho empalatinho...

Um apostador da cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi o vencedor do sorteio da Mega-Sena, anunciado na noite de ontem. O sorteio aceitou o sexto prêmio de R\$ 220.330.054,04. Outras 95 pessoas acertaram a quinta e vão receber cada uma, R\$ 28.874,70. Os ganhadores da quadra — 903 apostadores — vão receber R\$ 3.709,3 cada um. Apostador paranaense levou o prêmio acertando as dezenas 01, 08, 17, 44, 46 e 53. A arrecadação total do concurso foi de R\$ 40.363.448,00, segundo a Caixa Econômica Federal.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 6 - CAPA DO DIA 12/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 6 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO

ASSINATURA - VERBA PÔRRE

www.gazetadopovo.com.br

CLIQUE PARA SE INSCREVER

ANO 95

15 SUPLEMENTOS, 16 PÁGINAS

R\$2,00

Manifestação afeta coleta de lixo

Trabalhadores da limpeza pública protestaram ontem em frente da Câmara Municipal de Curitiba. Eles pedem melhores condições de trabalho e aumento salarial. O serviço de coleta de lixo foi parcialmente interrompido.

Ato sindical paralisa capitais, mas tem baixa adesão popular

Os protestos organizados pelas centrais sindicais, ontem, suspenderam o transporte coletivo, bloquearam rodovias e interromperam o serviço público em pelo menos 18 capitais brasileiras. O Dia Nacional de Lutas, organizado por entidades como CUT e Força Sindical, mobilizou cerca de 80 mil pessoas. As manifestações pela redução da tarifa, no mês passado, chegaram a levar 1 milhão de pessoas para as ruas. *Página 4 e 5*

Curitiba vive dia de protestos e ônibus parados no Centro. *Página 5*

Dora Kramer Não houve comoção nacional. *Página 14*

Rodrigo Deda As centrais perderam o passo da História. *Página 16*

Comércio de Curitiba fecha mais cedo

Por causa da paralisação do transporte público, comerciantes da região central de Curitiba fecharam as portas mais cedo. Serviços públicos também foram liberados no começo da tarde.

Dilma derruba pontos-chave do Ato Médico

A presidente Dilma Rousseff vetou dez trechos da proposta que regulamenta a profissão de médico, entre eles o que restringia os médicos o diagnóstico de doenças. *Página 6*

Alta de preços segura vendas no comércio

As vendas no comércio varejista em maio ficaram estáveis na comparação com abril. A inflação e a instabilidade política, segundo economistas, segurarão o consumo. *Página 18*

Uso de avião por autoridades terá de ser informado

Página 13

Gaeco investiga se houve tortura no caso Tainá

Página 9

Microsoft ajudou na espionagem, diz jornal

Página 21

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Ediais na página 9

ISSN 1516-4144

NOSSA OPINIÃO

Leis legalizam a adoção, sobre projeto de lei que abre mais brechas para a adoção de crianças. *Página 2*

COLUNISTA

José Carlos Fernandes recorda a música de Tânia Mara, que já não dá mais ao telecinema. *Página 3*

LEITORES

"Os sindicatos deveriam criar verbas e começar a trabalhar por melhorias e não pelo pânico." Gilberto França. *Página 3*

METEOROLOGIA

Curitiba

12°C

15°C

18°C

21°C

24°C

27°C

30°C

33°C

36°C

39°C

42°C

45°C

48°C

51°C

54°C

57°C

60°C

63°C

66°C

69°C

72°C

75°C

78°C

81°C

84°C

87°C

90°C

93°C

96°C

99°C

102°C

105°C

108°C

111°C

114°C

117°C

120°C

123°C

126°C

129°C

132°C

135°C

138°C

141°C

144°C

147°C

150°C

153°C

156°C

159°C

162°C

165°C

168°C

171°C

174°C

177°C

180°C

183°C

186°C

189°C

192°C

195°C

198°C

201°C

204°C

207°C

210°C

213°C

216°C

219°C

222°C

225°C

228°C

231°C

234°C

237°C

240°C

243°C

246°C

249°C

252°C

255°C

258°C

261°C

264°C

267°C

270°C

273°C

276°C

279°C

282°C

285°C

288°C

291°C

294°C

297°C

300°C

303°C

306°C

309°C

312°C

315°C

318°C

321°C

324°C

327°C

330°C

333°C

336°C

339°C

342°C

345°C

348°C

351°C

354°C

357°C

360°C

363°C

366°C

369°C

372°C

375°C

378°C

381°C

384°C

387°C

390°C

393°C

396°C

399°C

402°C

405°C

408°C

411°C

414°C

417°C

420°C

423°C

426°C

429°C

432°C

435°C

438°C

441°C

444°C

447°C

450°C

453°C

456°C

459°C

462°C

465°C

468°C

471°C

474°C

477°C

480°C

483°C

486°C

489°C

492°C

495°C

498°C

501°C

504°C

507°C

510°C

513°C

516°C

519°C

522°C

525°C

528°C

531°C

534°C

537°C

540°C

543°C

546°C

549°C

552°C

555°C

558°C

561°C

564°C

567°C

570°C

573°C

576°C

579°C

582°C

585°C

588°C

591°C

594°C

597°C

600°C

603°C

606°C

609°C

612°C

615°C

618°C

621°C

624°C

627°C

630°C

633°C

636°C

639°C

642°C

645°C

648°C

651°C

654°C

657°C

660°C

663°C

666°C

669°C

672°C

675°C

678°C

681°C

684°C

687°C

690°C

693°C

696°C

699°C

702°C

705°C

708°C

711°C

714°C

717°C

720°C

723°C

726°C

729°C

732°C

735°C

738°C

741°C

744°C

747°C

750°C

753°C

756°C

759°C

762°C

765°C

768°C

771°C

774°C

777°C

780°C

783°C

786°C

789°C

792°C

795°C

798°C

801°C

804°C

807°C

810°C

813°C

816°C

819°C

822°C

825°C

828°C

831°C

834°C

837°C

840°C

843°C

846°C

849°C

852°C

855°C

858°C

861°C

864°C

867°C

870°C

873°C

876°C

879°C

882°C

885°C

888°C

891°C

894°C

897°C

900°C

903°C

906°C

909°C

912°C

915°C

918°C

921°C

924°C

927°C

930°C

933°C

936°C

939°C

942°C

945°C

948°C

951°C

954°C

957°C

960°C

963°C

966°C

969°C

972°C

975°C

978°C

981°C

984°C

987°C

990°C

993°C

996°C

999°C

1002°C

1005°C

1008°C

1011°C

1014°C

1017°C

1020°C

1023°C

1026°C

1029°C

1032°C

1035°C

1038°C

1041°C

1044°C

1047°C

1050°C

1053°C

1056°C

1059°C

1062°C

1065°C

1068°C

1071°C

1074°C

1077°C

1080°C

1083°C

1086°C

1089°C

1092°C

1095°C

1098°C

1101°C

1104°C

1107°C

1110°C

1113°C

1116°C

1119°C

1122°C

1125°C

1128°C

1131°C

1134°C

1137°C

1140°C

1143°C

1146°C

1149°C

1152°C

1155°C

1158°C

1161°C

1164°C

1167°C

1170°C

1173°C

1176°C

1179°C

1182°C

1185°C

1188°C

1191°C

1194°C

1197°C

1200°C

1203°C

1206°C

1209°C

1212°C

1215°C

1218°C

1221°C

1224°C

1227°C

1230°C

1233°C

1236°C

1239°C

1242°C

1245°C

1248°C

1251°C

1254°C

1257°C

1260°C

1263°C

1266°C

1269°C

1272°C

1275°C

1278°C

1281°C

1284°C

1287°C

1290°C

1293°C

1296°C

1299°C

1302°C

1305°C

1308°C

1311°C

1314°C

1317°C

1320°C

1323°C

1326°C

1329°C

1332°C

1335°C

1338°C

1341°C

1344°C

1347°C

1350°C

1353°C

1356°C

1359°C

1362°C

1365°C

1368°C

1371°C

1374°C

1377°C

1380°C

1383°C

1386°C

1389°C

1392°C

1395°C

1398°C

1401°C

1404°C

1407°C

1410°C

1413°C

1416°C

1419°C

1422°C

1425°C

1428°C

1431°C

1434°C

1437°C

1440°C

1443°C

1446°C

1449°C

1452°C

1455°C

1458°C

1461°C

1464°C

1467°C

1470°C

1473°C

1476°C

1479°C

1482°C

1485°C

1488°C

1491°C

1494°C

1497°C

1500°C

1503°C

1506°C

1509°C

1512°C

1515°C

1518°C

1521°C

1524°C

1527°C

1530°C

1533°C

1536°C

1539°C

1542°C

1545°C

1548°C

1551°C

1554°C

1557°C

1560°C

1563°C

1566°C

1569°C

1572°C

1575°C

1578°C

1581°C

1584°C

1587°C

1590°C

1593°C

1596°C

1599°C

1602°C

1605°C

1608°C

1611°C

1614°C

1617°C

1620°C

1623°C

1626°C

1629°C

1632°C

1635°C

1638°C

1641°C

1644°C

1647°C

1650°C

1653°C

1656°C

1659°C

1662°C

1665°C

1668°C

1671°C

1674°C

1677°C

1680°C

1683°C

1686°C

1689°C

1692°C

1695°C

1698°C

1701°C

1704°C

1707°C

1710°C

1713°C

1716°C

1719°C

1722°C

1725°C

1728°C

1731°C

1734°C

1737°C

1740°C

1743°C

1746°C

1749°C

1752°C

1755°C

1758°C

1761°C

1764°C

1767°C

1770°C

1773°C

1776°C

1779°C

1782°C

1785°C

1788°C

1791°C

1794°C

1797°C

1800°C

1803°C

1806°C

1809°C

1812°C

1815°C

1818°C

1821°C

1824°C

1827°C

1830°C

1833°C

1836°C

1839°C

1842°C

1845°C

1848°C

1851°C

1854°C

1857°C

1860°C

1863°C

1866°C

1869°C

1872°C

1875°C

1878°C

1881°C

1884°C

1887°C

1890°C

1893°C

1896°C

1899°C

1902°C

1905°C

1908°C

1911°C

1914°C

1917°C

1920°C

1923°C

1926°C

1929°C

1932°C

1935°C

1938°C

1941°C

1944°C

1947°C

1950°C

1953°C

1956°C

1959°C

1962°C

1965°C

1968°C

1971°C

1974°C

1977°C

1980°C

1983°C

1986°C

1989°C

1992°C

1995°C

1998°C

2001°C

2004°C

2007°C

2010°C

2013°C

2016°C

2019°C

2022°C

2025°C

2028°C

2031°C

2034°C

2037°C

2040°C

2043°C

2046°C

2049°C

2052°C

2055°C

2058°C

2061°C

2064°C

2067°C

2070°C

2073°C

2076°C

2079°C

2082°C

2085°C

2088°C

2091°C

2094°C

2097°C

2100°C

2103°C

2106°C

2109°C

2112°C

2115°C

2118°C

2121°C

2124°C

2127°C

2130°C

2133°C

2136°C

2139°C

2142°C

2145°C

2148°C

2151°C

2154°C

2157°C

2160°C

2163°C

2166°C

2169°C

2172°C

2175°C

2178°C

2181°C

2184°C

2187°C

2190°C

2193°C

2196°C

2199°C

2202°C

2205°C

2208°C

2211°C

2214°C

2217°C

2220°C

2223°C

2226°C

2229°C

2232°C

2235°C

2238°C

2241°C

2244°C

2247°C

2250°C

2253°C

2256°C

2259°C

2262°C

2265°C

2268°C

2271°C

2274°C

2277°C

2280°C

2283°C

2286°C

2289°C

2292°C

2295°C

2298°C

2301°C

2304°C

2307°C

2310°C

2313°C

2316°C

2319°C

2322°C

2325°C

2328°C

2331°C

2334°C

2337°C

2340°C

2343°C

2346°C

2349°C

2352°C

2355°C

2358°C

2361°C

2364°C

2367°C

2370°C

2373°C

2376°C

2379°C

2382°C

2385°C

2388°C

2391°C

2394°C

2397°C

2400°C

2403°C

2406°C

2409°C

2412°C

2415°C

2418°C

2421°C

2424°C

2427°C

2430°C

2433°C

2436°C

2439°C

2442°C

2445°C

2448°C

2451°C

2454°C

2457°C

2460°C

2463°C

2466°C

2469°C

2472°C

2475°C

2478°C

2481°C

2484°C

2487°C

2490°C

2493°C

2496°C

2499°C

2502°C

2505°C

2508°C

2511°C

2514°C

2517°C

2520°C

2523°C

2526°C

2529°C

2532°C

2535°C

2538°C

2541°C

2544°C

2547°C

2550°C

2553°C

2556°C

2559°C

2562°C

2565°C

2568°C

2571°C

2574°C

2577°C

2580°C

2583°C

2586°C

2589°C

2592°C

2595°C

2598°C

2601°C

2604°C

2607°C

2610°C

2613°C

2616°C

2619°C

2622°C

2625°C

2628°C

2631°C

2634°C

2637°C

2640°C

2643°C

2646°C

2649°C

2652°C

2655°C

2658°C

2661°C

2664°C

2667°C

2670°C

2673°C

2676°C

2679°C

2682°C

2685°C

2688°C

2691°C

2694°C

2697°C

2700°C

2703°C

2706°C

2709°C

2712°C

2715°C

2718°C

2721°C

2724°C

2727°C

2730°C

2733°C

2736°C

2739°C

2742°C

2745°C

2748°C

2751°C

2754°C

2757°C

2760°C

2763°C

2766°C

2769°C

2772°C

2775°C

2778°C

2781°C

2784°C

2787°C

2790°C

2793°C

2796°C

2799°C

2802°C

2805°C

2808°C

2811°C

2814°C

2817°C

2820°C

2823°C

2826°C

2829°C

2832°C

2835°C

2838°C

2841°C

2844°C

2847°C

2850°C

2853°C

2856°C

2859°C

2862°C

2865°C

2868°C

2871°C

2874°C

2877°C

2880°C

2883°C

2886°C

2889°C

2892°C

2895°C

2898°C

2901°C

2904°C

2907°C

2910°C

2913°C

2916°C

2919°C

2922°C

2925°C

2928°C

2931°C

2934°C

2937°C

2940°C

2943°C

2946°C

2949°C

2952°C

2955°C

2958°C

2961°C

2964°C

2967°C

2970°C

2973°C

2976°C

2979°C

2982°C

2985°C

2988°C

2991°C

2994°C

2997°C

3000°C

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

Figura 7 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

Vida e Cidadania

SEXTA-FEIRA 2 DE JULHO DE 2013

9

» SEGURANÇA PÚBLICA

Balanco parcial revela queda no numero de homicídios no PR

No primeiro semestre deste ano foram registrados 1.316 assassinatos no estado, diminuição de 27% em comparação com o mesmo período de 2010.

De Roberto

A Secretaria de Segurança Pública (Sep) do Paraná divulgou ontem um levantamento prévio ao número de homicídios dolosos (em intenção de matar) no primeiro semestre deste ano. Conforme balanço, em todo o estado foram registrados de janeiro a junho 1.316 assassinatos — diminição de 27% em comparação com o mesmo período de 2010, quando foram contabilizados 1.795 mortes. Em relação ao ano passado, a redução é de 17%. O levantamento, feito pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estatístico, ainda é parcial e trata prime-

ASSASSINATOS

Número de homicídios dolosos diminuiu 27% no Paraná em relação a 2010. Vê-se o balanço nas principais cidades do estado:

Município	2010	2011	2012	2013	Variação 2010
Curitiba	404	358	327	260	-36%
Londrina	61	37	55	36	-41%
Maringá	72	25	28	29	-59%
Cascavel	63	61	79	55	-13%
Porto Grossa	37	28	15	29	-27%
Foz de Iguaçu	92	74	88	60	-35%
São José do Rio Preto	90	87	74	38	-50%
São João dos Pinhais	107	76	84	54	-49%
PR	518	427	425	327	-37%
PARANÁ	1.795	1.531	1.578	1.316	-27%

Obs.: Considerado somente o número de crimes cometidos em cidades da Região Metropolitana de Curitiba nos dois primeiros semestres.

Fonte: Sep/Sep. Infografia: Gaetano Pavesi

nas apenas das principais cidades. Balanço total do primeiro semestre, que incluiria também as estatísticas de demais municípios e de outros crimes, deve ser divulgado até o início do mês que vem.

A publicação parcial dos assassinatos e respectivos índices de queda ocorre em con-

junto com o relatório para a secretaria, com as denúncias de torturas por agentes envolvidos em operações antidrogas, grandes apreensões de drogas, a implantação de UPS em áreas mais sensíveis e também a ênfase de crimes, com a prisão de homicidas e trafican-

tes que a redução no número de homicídios foi resultado de várias ações "como operações sistematizadas, grandes apreensões de drogas, a implantação de UPS em áreas mais sensíveis e também a ênfase de crimes, com a prisão de homicidas e trafican-

CURITIBA

Conforme as estatísticas da pasta, em Curitiba também houve diminuição do número de mortes. Foram 404 assassinatos nos primeiros meses de 2010, contra 260 em 2013 — decréscimo de 36%. Em comparação com o ano passado, a redução foi de 27%.

Apesar da Região Metropolitana de Curitiba (RMQ) ter seguido a tendência de queda a capital e os municípios vizinhos agreeiram com o maior número de mortes — o total de homicídios no Paraná no primeiro semestre, 4.4%, correaram na capital e nas demais cidades da RMQ.

Pura delegada titular da Delegacia de Homicídios de Curitiba, Ribena Reckardt, a redução é resultado de um atendimento mais ágil dos policiais. "Logo após o registro do crime, já vamos atrás e procuramos identificar as vítimas, os suspeitos, e fazer os pedidos de prisão", diz. Entre os oito municípios que tiveram as estatísticas divulgadas, a maior redução considerando os últimos quatro anos, de 58%, ocorreu em Colombo.

» CA SO TAYNÁ

Gaeco vai investigar torturas

Do DZ,

após consulta Gaeco de Povo

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) irá desdobrar uma comissão formada pelo Ministério Público Federal de Curitiba para investigar supostos pressões pela morte do adolescente Taynã da Silva, de 14 anos.

Os promotores de Justiça de Colombo visitaram os presos em Curitiba e passaram a pesquisar se seriam usadas práticas que não honrem a dignidade humana. A investigação é suportada porque o Ministério Público informou ainda que os presos passavam por novos exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal, que seria acompanhado pelos promotores de Curitiba.

Para que as investigações sobre o caso ocorram, os promotores de Justiça da Polícia Civil informaram em nota que afetaram inicialmente os departamentos de Funcões Públicas na região metropolitana de Curitiba e os delegados Agostinho Salgado Filho e Ivan Roldão Pereira, que vinham atuando na investigação desde a morte do adolescente.

Anuncie seus editais neste espaço.
GAZETA DO POVO

FIEP SEPS SENAI IEL - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2013 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - INSCRIÇÃO

SANEAP 50 ANOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

OBJETO: Execução de obras de infraestrutura de saneamento básico em Curitiba.

PROPOSTAS: Até 14/07/2013, às 14h, no endereço: Rua XV de Novembro, 1299, Curitiba, PR.

ABERTURA: Às 14h, no endereço: Rua XV de Novembro, 1299, Curitiba, PR.

EMPRESA: Saneamento Básico de Curitiba S.A.

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 1299, Curitiba, PR.

CONTATO: (41) 3338-3123

URL: www.saneap.pr.gov

Figura 8 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DOPOVO
SÁBADO, 12 DE ABRIL DE 2013 Vida e Cidadania | 7

MARCELA CAMPOS
www.entrelinhas.com.br

Entrelinhas

Água Verde esfumado

S e você mora no bairro Água Verde, em Curitiba, não se assuste caso uma fumaça comece a sair do rio do barbaireiro ou do rio. Agora em julho técnicos contratados pela Saneapar vão jogar fumaça dentro das tubulações de esgoto, para verificar se há rompimentos nas rede os fogos irregulares. A empresa diz que o uso adreção não prejudica pessoas, pois a fumaça não é tóxica nem machuca as roupas. O objetivo mesmo será cobrir e a operação vai durar até maio.

Aí, que fume!

De origem indígena, e originada da Realidade Forte, a tapaca é tipicamente brasileira e apreciada em todos os cantos do país. Feita com a fécula da mandioca, pode ser recheada tanto com doces quanto com salgados. Em Curitiba, a iguaria é encontrada principalmente em feiras gastronômicas de rua. Sabá onde?

Barraca de comida lá na

São seis opções de refeições doces e salgadas, nas feirinhas do Batel, Água Verde, da Osório e da Praça Ucléiria. A combinação dos dois redutos custa

R\$7

Tapaca da Osório

Nas Praças Osório, próximo à Vila Vicinosa de Nacar, mais de 50 opções de sabores doces e salgados. Destaque para a tapaca recheada com biscoito amanteigado, batatas fritas, azeite de oliva e abacaxis perfumados.

R\$10

Tapaca de Sabores do Nordeste

Nos Supermercados Argenti e Água Verde, 5 super mercados Nordeste Tamarit. São 19 opções de sabores entre doces e salgados. "Nos doces, o coco é o ingrediente mais procurado. A tapaca de coco com leite condensado custa

R\$6,50

Dia Mundial do Rock

Hoje, Dia Mundial do Rock, a loja Centas Coisas Vintage, especializada em produtos retrô, levará para o Shopping Crystal um show acústico das Annie & The Malagueta Boyz, banda que toca rock dos anos 50. O show será realizado às 19h, na Loja L2, das 17h30 às 19h30. Já os fãs de rock clássico poderão curtir as bandas Sullivan Oliver e a Fonte, Megalô e who di-vide o palco com uma set list que vai de Black Sabbath a Judas Priest, passando por Red Hot Chili Peppers e Alice in Chains. Começo às 21 horas.

Motoristas sem noção

Odyssey

A calçada da Rua Carlos de Carvalho, na altura da Praça da Espanha, em Curitiba, acabou de ser passior por uma longa reforma feita pela prefeitura. Mas a noite não sobe espaço para os pedestres: o calçamento tem sido utilizado como estacionamento de veículos — como mostra a foto de Guilherme Pupo.

a quatro por segundo

"A vingança é uma via de mão única."

As ações foram retiradas do filme Fuga de Alcatraz de 2006.

CASO TAYNÁ

Mp diz que laudos relacionam os acusados ao crime

Prazo para o Ministério Público oferecer denúncia à Justiça termina na segunda-feira

Por André Inácio Neto

O Ministério Público do Paraná (MPPR), que investiga a morte da menina Tayná Adriane da Silva, 11 anos, informou ontem que há provas da participação dos quatro acusados no crime. O órgão também afirmou que há indícios de que a jovem tenha sofrido algum tipo de violência sexual. A menina foi encontrada morta em 28 de junho, em Colombo, na região metropolitana, três dias depois de ter desaparecido.

Existem provas concretas das quatro acusações que estão sendo e estamos colocando outros indícios, que são avaliados a segunda-feira (15), disse o promotor Paulo Sérgio Marcondes de Lima, designado para acompanhar o caso. Na segunda-feira, vence o prazo para o MPPR se pronunciar sobre o caso: se oferece denúncia à Justiça contra os acusados, se arquivou o caso ou se solicita um novo prazo para mais diligências.

Nesta semana, o MPPR recebeu oficialmente três laudos periciais de necropsia, de local de morte e de DNA do sítio encontrado na cacinha de Tayná. O promotor pediu uma série de laudos complementares para embasar a investigação. Como o caso segue sob sigilo de Justiça, Lima não se

Os quatro acusados da morte de Tayná continuam presos.

vulgar detalhes dos exames periciais, mas garantiu que é possível afirmar que a menina sofreu violência física e que há indícios de que tenha havido violência sexual.

Tortura

O depoimento dos quatro homens presos suspeitos de envolvimento na morte estava programado para a noite de ontem no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaceo). Segundo o coordenador do órgão, promotor Leonir Batista, o objetivo da declaração é de que os acusados detalhassem as supostas torturas que sofreram após terem sido detidos.

"Contei [quanta coisa] que já tivemos o acesso informamos no local onde estáo presos, mas queremos detalhar essas denúncias. As respostas que eles usavam também foram apreendidas e serão periciadas", dis-

se o promotor.

De acordo com os relatos, os suspeitos teriam sido agredidos em pelo menos quatro locais diferentes, sob custódia do Estado nos delegacias do Alto Maracanã, de Campo Largo e de Araucária, além da Casa de Custódia. A tortura teria incluído surras em pau-de-serra, choques elétricos e até empalmar.

O promotor Paulo Lima ressaltou que é preciso apurar se as torturas ocorreram como forma de forçar as declarações a confessar o crime ou se foi posterior a isso, e se as agressões foram cometidas por agentes ou funcionários presidiários.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

FIEP/SESI/SENAI/IEL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL SUPORTE PARA UNIDADES DE ENSINO TECNOLÓGICO. LOCAL: CURITIBA. DATA: 12/04/2013. VALOR: R\$ 1.500.000,00. CONDIÇÃO: Tomada de Preço. Edital nº 001/2013.

ANEXO 9 - CAPA DO DIA 15/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 9 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO

www.gazetadopovo.com.br
CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2013

ANO 95 Nº 33.254 5 CADERNOS, 40 PÁGINAS 15 LITROS DE TINTA 8 PÁGINAS R\$2,00

ESPORTIVA
Coxa vence e retoma a liderança do Brasileirão

A vitória da 10 na clássica recoloniza o Coritiba na liderança do Brasileirão e mantém o Atlético na vice-lanterna

* Campos olímpicos do atletismo são flagrados em exame de doping

Para 64% da população, redução da maioria combateria a violência

Levantamento nacional feito pelo Instituto Paraná Pesquisas, a pedido da Gazeta do Povo, mostra que grande parte da população aprova a redução da maioria penal e defende a medida como forma de conter a violência. A proposta tem apoio mesmo entre jovens: 88% dos brasileiros entre 16 e 24 anos se declaram a favor da punição de adolescentes. Apesar do apelo popular, a mudança é vista com maus olhos por especialistas em direitos humanos e segurança pública. *Página 4*

90% dos brasileiros são favoráveis à responsabilização criminal de menores de 18 anos

55% dos entrevistados defendem a redução da maioria penal para todos os tipos de crimes, mesmo os mais leves

Sesp pede prisão de policiais do caso Tainá

Por falta de provas, o Ministério Público decidiu pedir ontem a liberdade provisória dos quatro acusados de violentar e matar Tainá Adriane da Silva, de 14 anos, em Colombo. Eles teriam confessado o crime sob tortura. A Secretaria de Segurança Pública afirmou ter determinado a prisão temporária dos policiais suspeitos de tortura e uma intervenção na delegacia do Alto Maracanã, que investiga o caso. *Página 9*

Resposta às ruas custaria R\$ 115 bilhões

Atender as principais reivindicações que estão nas ruas custaria pelo menos R\$ 115 bilhões ao ano para os cofres públicos. Para fazer as melhorias em saúde, educação e transporte público, o governo precisaria enxugará máquina pública, diminuir despesas fiscais e restringir empréstimos subvencionados. *Página 13*

Emprego na construção civil perde fôlego

O setor começa a dar sinais de desaceleração, motivada pelo alto volume de entregas de imóveis, pelo menor número de lançamentos imobiliários e pelo baixo ritmo das obras de infraestrutura. No Paraná, a quantidade de vagas caiu 10% nos cinco primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2012. *Página 17*

Festival de Inverno de Antonina vai até sábado

Atividades culturais e recreativas atraíram moradores e turistas para a praça central da cidade no último dia do Festival, na tarde de ontem. O festival é promovido pela Universidade Federal do Paraná e pela Prefeitura de Antonina. Até o dia 20 de julho, serão programadas apresentações artísticas gratuitas outdoors. *Página 12*

Jaime Pinsky explica o fascínio coletivo por História

Conselheiro do TC será eleito hoje à tarde. *Página 16*

Ator do seriado Glee é achado morto em hotel. *Página 24*

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Editais na página 15

ISSN 1516-4144

NOSSA OPINIÃO
Lula Golpe no fígado, sobre a deposição do Almirante Moacyr Mendes do governo do país. *Página 2*

COLUMNISTA
André Gonçalves: "Será que a presidente Dilma Rousseff realmente merece ser o para-raios da raiva popular?". *Página 14*

LEITORES
"Não sou médico, mas essa declaração do ministro Alexandre Padilha é de uma ingenuidade, para não dizer burrice." Sérgio Dalberto. *Página 3*

METEOROLOGIA
Curitiba: 12°C, 14°C, 16°C, 18°C

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 10 - REPORTAGEM DO DIA 15/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 10 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

MARCELA CAMPOS
www.gazetadopovo.com.br

Entrelinhas

Leminski não morreu 1
Reportagem de Marcelo

Paulo Leminski morreu em 1989, em consequência do agravamento de uma doença hepática. Mas tem gente que acredita que ele ainda está vivo. Uma página criada no Facebook para homenagear o poeta recebeu de desenhos a mensagem de uma aspirante a escritora que quer uma opinião de Leminski sobre o trabalho. "Oi Paulo, me chamo Cecilia e estou em busca de publicar meu livro, estou enviando o link para que se possível você de uma ideia e me diga o que acha. Obrigada", diz o texto.

Leminski não morreu 2
Reportagem de Marcelo

Paulo Leminski morreu em 1989, em consequência do agravamento de uma doença hepática. Mas tem gente que acredita que ele ainda está vivo. Uma página criada no Facebook para homenagear o poeta recebeu de desenhos a mensagem de uma aspirante a escritora que quer uma opinião de Leminski sobre o trabalho. "Oi Paulo, me chamo Cecilia e estou em busca de publicar meu livro, estou enviando o link para que se possível você de uma ideia e me diga o que acha. Obrigada", diz o texto.

Campeonato de autorama

Um campeonato nacional de autorama vai ser realizado de 18 a 21 de julho em Curitiba, na pista que fica na Rua Imaculada Conceição, 1825, no bairro Prado Velho. O autorama do Prado Velho é um circuito de corridas de carros de controle remoto. É uma competição que mais encanta os participantes desse tipo de competição. Nesta quinta, às 21 horas, haverá uma corrida treino. Mais informações: www.facebook.com/CuritibaAutorama/ ou (41) 3092-9925.

Curitiba vista de cima

Nos últimos dias, o pessoal de Curitiba e região estão contemplando com seus panorâmicos de helicóptero promovidos pela Iate Havar. Para participar, os interessados devem entrar o cupom, gratuitamente, em uma das lojas (Barigui, Parolin, Boa Vista, Ponta, Bom Retiro, Xoxim, EcoVite, Araucária, Pinhais, São José dos Pinhais, Paranaíba e Campo Largo), e responder à pergunta: "Por que você quer conhecer sua cidade dos altos?". Os nomes dos sortidos serão divulgados no dia 17 de julho via redes sociais.

Computador doutor

Um computador criado pela IBM pode ajudar os médicos no atendimento aos pacientes, cruzando dados e correlacionando conhecimentos. Conhecido como Watson, a máquina está sendo testada em algumas clínicas americanas de oncologia. O computador é alimentado com dados sobre novos tratamentos. Na hora da consulta, o médico busca informações no sistema, que dá um ranking de opções possíveis para tratar a doença.

Curso de Astronomia

Um curso de Astronomia para professores será ministrado no Planetário de Londrina, Norte do Paraná, na Rua Benjamin Constant, 800. As inscrições custam R\$ 40 e podem ser feitas no local até o dia 19 de julho, sexta-feira. O curso será entre os dias 22 e 26 das 19h às 22h. Mais informações: (43) 3326-0367 ou planetariolondrina.br

2,4 quadros por segundo

"Os homens querem a mesma coisa da sua roupa de banho e das mulheres: um pouco de apoio e um pouco de liberdade."

As peças saíram do ateliê Sérgio.

GAZETA DO POVO
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2013

Vida e Cidadania | 9

REVIRAVOLTA

Policiais serão presos por tortura no caso Tayná

Sesp pedirá prisão temporária de policiais acusados de torturar quatro suspeitos para confessar crime de estupro e morte de adolescente

Imagens

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) protocolou ontem em caráter de urgência um pedido de liberdade provisória dos quatro acusados de violência e matar Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. Também neste domingo, a assessoria da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) confirmou que será pedida a prisão temporária dos policiais suspeitos de envolvimento na suposta tortura dos acusados para que eles confessassem o crime.

Os quatro confirmaram ao Ministério Público que foram torturados por 10 policiais civis, um policial militar, um preso e um delegado. Porém, a Sesp não confirma esses dados, e nem se todos estão listados na delegacia de Alto Maracá, em Colombo, onde as investigações se iniciaram e onde teria ocorrido a tortura. Ontem, a Sesp já havia determinado uma intervenção do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) na Delegacia de Alto Maracá.

O pedido de soltura foi feito pelos promotores de Justiça Ricardo Casado, João e Paulo Sérgio Markowicz de Lima, que atuam no caso até o fechamento desta edição. As 22h45, eles não haviam sido soltos. No documento, o MP afirma que os acusados já foram interrogados repetidamente durante o inquérito policial e ordenam material genético para análise comparativa com as evidências. Para a promotoria, os acusados não demonstraram sinais de que praticaram crimes caso fossem soltos.

"Temos que privilegiar a inocência, e não vamos esperar os exames de perícia mantendo esses rapazes reclusos, se temos uma dúvida bastante razoável quanto à responsabilidade deles. No momento, a convicção que temos é

ENTENDENDO CASO

Jovem desapareceu em 25 de junho, em Colombo:

Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, desapareceu dia 25 de junho quando voltava de casa de uma amiga, nas proximidades de um parque de diversões, em Colombo, na região de Curitiba. O corpo foi encontrado dia 28. Três dos quatro suspeitos, presos na noite anterior, confessaram ter estuprado e matado Tayná. Homens, moradia e parque de diversões foram depredados e incendiados por moradores de região.

Dia 2 de julho, a perícia do Instituto de Criminalística Juscar e Iodeti afirmou que ela poderia não ter sido violentada, contrariando a tese inicial das investigações. Mesmo assim, a Polícia Civil finalizou o inquérito de 5 com a conclusão de que os quatro estupro e mataram a adolescente.

Neste domingo, o MP afirmou que os indícios coletados relacionam os suspeitos ao crime. Mas o promotor Paulo de Lima disse que as provas presentes no inquérito não sustentam uma acusação.

que eles não devem ser presos", disse o promotor Paulo de Lima. O MP decidiu pelo pedido de soltura após ouvir os acusados. O interrogatório, realizado na Sesp, começou no sábado à noite e se estendeu até às 7 horas de domingo. Eles confirmaram a tortura para confessar o crime.

Intervenção

Segundo o delegado titular do Cope, Amâncio José Antunes, a decisão de libertar na delegacia foi tomada "em virtude da grande idade dos fatos e para garantir transparência, liberdade e agilidade nas investigações". Uma equipe de oito policiais do Cope assiste a guarda do prédio e dos presos. Segundo o delegado, a operação deve durar cerca de três dias, período em que o Cope deve realizar também a identificação de 12 presos que estão na delegacia para um local ainda não determinado.

Durante esse período, os 20 policiais que atuavam na delegacia devem cumprir funções administrativas no setor de recursos humanos da Polícia Civil. Ao final da intervenção, nove policiais devem assumir a delegacia.

Segundo o delegado titular do Cope, Amâncio José Antunes, a decisão de libertar na delegacia foi tomada "em virtude da grande idade dos fatos e para garantir transparência, liberdade e agilidade nas investigações". Uma equipe de oito policiais do Cope assiste a guarda do prédio e dos presos. Segundo o delegado, a operação deve durar cerca de três dias, período em que o Cope deve realizar também a identificação de 12 presos que estão na delegacia para um local ainda não determinado.

Durante esse período, os 20 policiais que atuavam na delegacia devem cumprir funções administrativas no setor de recursos humanos da Polícia Civil. Ao final da intervenção, nove policiais devem assumir a delegacia.

Suspeitos destituem advogado

O advogado Roberto Rolim de Moura Júnior foi destituído da condição de defensor dos quatro suspeitos da morte de Tayná. A destituição se deu no sábado à noite, a pedido dos próprios acusados, após Rolim interromper os depoimentos que os clientes prestavam na Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). O advogado alegou não ter sido comunicado do procedimento e que os quatro deveriam permanecer em silêncio.

Segundo o promotor Paulo de Lima, um dos acusados disse que gostaria de dar sua versão mesmo assim, e destituiu Rolim da condição de seu representante legal, sendo o segundo no pedido pelos demais. Estavam presentes no depoimento os delegados Guilherme Rangel, responsável pelo caso, Rafael Vianina, assessor civil da Sesp e delegado designado para acompanhar as investigações, além do promotor e de membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR).

Segundo o promotor, o advogado não foi encontrado para ser comunicado da tomada de depoimento dos quatro acusados. Quando soube do evento, Rolim se dirigiu à Sesp e interrompeu o procedimento. O dono do parque onde os rapazes trabalhavam e seu advogado também chegaram ao local.

Presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas da OAB designado para acompanhar o caso, Edward Carvalho declarou que Rolim será investigado pela instituição, pois "estava levando uma possível coação" para que os acusados ficassem em silêncio.

Carvalho disse nunca ter presenciado um caso em que "fôsse evidente a atuação contrária do advogado aos interesses de seus clientes".

"É uma situação lamentável e a gente espera que esse advogado não esteja trabalhando no interesse do verdadeiro culpado, mas não descartamos a possibilidade", comentou o promotor Paulo de Lima. Procurando para comentar a sua destituição pelos acusados, Rolim atendeu a reportagem em um primeiro momento, mas disse que retornaria mais tarde. Depois disso, ele não atendeu mais às ligações.

IM PUNIDA DE

Só 1/3 das infrações de trânsito nas rodovias se converte em multa

Apesar de um terço de todas as infrações de trânsito registradas por radares e câmeras federais serem multadas, apenas 286 mil multas foram enviadas aos motoristas. Emite-se, assim, Amazonas, Amapá e Roraima, não há radares nas rodovias federais de 2012 e junho deste ano, 6,5 milhões de multas por excesso de velocidade foram emitidas, sem pagamento ou anulação das mesmas, na carteira do motorista. Os casos mais graves foram em Minas Gerais. Lá, os dados registram mais de 12 milhões de infrações, mas apenas 286 mil multas foram enviadas aos motoristas. Emite-se, assim, Amazonas, Amapá e Roraima, não há radares nas rodovias federais

EXCESSOS

Tiros são disparados contra manifestantes de dentro de carro da PM

Um vídeo disponível nas redes sociais mostra tiros sendo disparados de dentro de uma Blazer preta contra pessoas durante a manifestação de última quinta-feira nos arredores do Palácio Guanabara, sede do governo do Rio de Janeiro. Os manifestantes acusaram a polícia de violência e em consulta ao site do G1, descobriu-se que pertence à Polícia Militar. O Ministério Público está com investigação aberta sobre possíveis excessos da PM. Segundo a Polícia Militar, 46 pessoas foram detidas durante o protesto. Os confrontos entre PMs e manifestantes aconteceram no centro da cidade, em manifestação convocada pelas centrais sindicais e na frente do Palácio Guanabara.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 11 - CAPA DO DIA 16/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 11 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO

www.gazetadopovo.com.br | ANO 95 | 150 LEMBRANDO 40 ANOS | R\$2,00

CLIQUE PARA VER A EDIÇÃO

Peregrinos se reúnem no PR para a Jornada

Peregrinos de oito países estão em Curitiba e Foz de Iguaçu se preparando na semana Missionária para a Jornada Mundial da Juventude (MJJ) no Rio de Janeiro. É o caso dos mexicanos Emanuel, Sayred e Daniel (foto) **Página 7**

CADERNO 6

Retratos da ditadura nas telas

Mostra Cinema para a Juventude traz a Curitiba filmes sobre regimes ditatoriais na América Latina, como Vó (foto)

ESPORTIVA

Ex-diretor ataca o sistema de contratações do Atlético

Diretor do Atlético esquentado em clube
Ricardo mostra novo time de Vó de Maringá

EDUCAÇÃO

Atenção aos sintomas de agressividade

Reações impulsivas são normais em crianças de 4 a 6 anos. Mas é preciso controlar. **Página 12**

Assembleia elege deputado para o Tribunal de Contas

Apesar das manifestações populares, os deputados estaduais mantiveram a tradição de eleger um colega da Assembleia para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Numa votação controversa e com galerias lotadas, o deputado **Fábio Camargo (ao centro na foto)** foi eleito com 27 votos, superando os 22 do também parlamentar Plauto Miró. O advogado Tasso Cabral Violin recebeu dois votos e o contador Paulo Drabik, apenas um. Na vaga de Camargo na Assembleia, quem assumirá é Antonio Salles Belinatti, atual diretor comercial da Sanepar. **Página 13**

MP pede prisão de 15 suspeitos por torturas no caso Tainá

O Ministério Público pediu ontem a prisão preventiva de 15 policiais e agentes públicos suspeitos de torturar quatro rapazes para confessar a morte de Tainá Adriane da Silva. Entre eles, o delegado Silvan Rodney Pereira. A tortura teria incluído punição de arara, choques elétricos e empalamento. Os acusados foram soltos. **Página 9**

Curitiba lidera taxa de famílias com dívidas

Pelo segundo ano consecutivo, Curitiba teve em 2012 o maior percentual de famílias endividadadas entre as capitais brasileiras, de acordo com estudo da Reconhecimento. Nove entre 10 lares curitibanos estão no vermelho, somando R\$ 1,1 bilhão em dívidas. Em compensação, só 2,2% dizem ter contas atrasadas. **Página 16**

Seringais ganham espaço no Paraná

A instalação de novas sementeiras promete dar um empurrão no plantio de seringa, que ocupa hoje 14 mil hectares no Paraná (foto). A expansão tem apoio de cooperativas, mas é estimulada principalmente pelos abastecedores e extratores de látex. **Página 10**

Cristovão Tezza: "O silêncio nunca foi tão raro"

Página 3

Putin acusa EUA de "bloquear" Snowden

Página 23

Decreto facilita emissão de alvará para a construção

Página 6

Preço da gasolina volta a subir em Curitiba

Página 22

Dilma faz hoje sua 3.ª visita ao estado neste ano

Página 16

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Editais na página 9

ISSN 1516-4144

NOSSA OPINIÃO

Leia O Impacto sobre grandes fortunas "Este tributo que tem apelo popular ao ser 'vendido' à população como uma forma de tirar os ricos para dar os pobres" **Página 2**

SÍNTESE

O professor Cícero Urbane o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, discute o programa "Mais Médicos", que prevê importação de profissionais e cursos mais longos. **Página 2**

LEITORES

"A escolha de Fábio Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná é mais uma vergonha." Hermes Carlos Bollmann. **Página 3**

METEOROLOGIA

Curitiba
hoje
16°C
amanhã
18°C
sexta
19°C
sábado
20°C

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

Figura 12 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

[illegible]

ANEXO 13 - CAPA DO DIA 18/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 13 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO ASSINATURA - VEMO CRIBER

www.gazetadopovo.com.br | CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2013 | ANO 95 Nº 18.237 | 56 COLUNAS, 38 PÁGINAS | 2 SUPLEMENTOS, 36 PÁGINAS | R\$ 2,00

GANHE HOJE REVISTA

DIABETE SEM MEDO
Doce ainda assustamos diabéticos, mas muitos temores não passam de fantasmas. Aprenda a viver bem com a doença. Bem-Estar ajuda a desvendar essa doença.

Uma bicicleta com a sua cara veja opções de estilos, cores e preços variados.

Justiça decreta prisão de 11 policiais acusados de tortura no caso Tayná

A Justiça da comarca de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, decretou ontem a prisão de 14 pessoas suspeitas de participação na tortura dos quatro acusados pela morte do adolescente Tayná Adriane da Silva, no mês passado. Dentre elas, um delegado e outros nove policiais civis e um militar, além de um auxiliar de carceragem e um guarda municipal. Além disso, outros seis policiais civis foram afastados de suas funções. Os quatro rapazes acusados inicialmente pela morte de Tayná podem ser incluídos no programa de proteção à testemunha do estado. *Página 5*

Um presente paranaense para o papa Francisco
Escultura de João Tomé, escolhida pela presidente Dilma Rousseff para ser entregue ao pontífice durante a Jornada Mundial da Juventude. *Capítulo 6*

ESPORTIVA

Mancini estreia com empate sem gols
Em Belém, o Atlético empatou ontem à noite com o Paysandu, pela Copa do Brasil. Na estreia de Vagner Mancini no comando do time rubro-negro. Com o resultado, a decisão da vaga para as oitavas de final será em Curitiba, na semana que vem.

Presidente do Supremo suspende liminarmente a criação de novos TRFs
Página 14

Mesmo sem votar LDO, Congresso entra em recesso
Depoimentos federais e senadores começaram hoje um "recesso solene", voltando ao trabalho apenas no agosto, mesmo sem cumprir a obrigação legal de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 até este mês. As férias da Câmara seguem ao governo federal, que enfrenta acaloradas batalhas no Congresso. *Página 13*

Em Curitiba, crime domina 4 praças centrais
De janeiro a maio, a Guarda Municipal registrou 36 ocorrências de furto, roubo, tráfico de drogas e atos ilícitos nas quatro principais praças do Centro da capital. Dois terços dos casos na Praça Itália e Cordeiro (ao lado da Câmara Municipal) e o restante na Tiradentes, General Osório e Santos Andrade. *Página 11*

Fraude faz INSS mudar as regras dos consignados
Para conseguir um segundo empréstimo consignado, o limite de 30% da renda, aposentados e pensionistas viram a legião de vítimas de fraude do Inss. Por isso, o INSS mudou as regras e os beneficiários terão restrições para obter novo empréstimo nesses casos. *Página 21*

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Editais na página 9

NOSSA OPINIÃO
Leis Policiais e tortura no Brasil: É preciso descobrir em que grau as máquinas policiais estão contaminando porco da máquina da polícia. *Página 2*

COLUNISTA
Carlos Ramalho: No fundo de cada homem vive ainda um molequeinho. *Página 10*

LEITORES
"Qual a dificuldade em calcular a maioria de 547 e 28 e qualquer colegial sabe disso, mas nossos deputados não são capazes de fazer essa simples conta lá." Tika Kastrup. *Página 3*

METEOROLOGIA
Curitiba: 20°C
Mato Grosso do Sul: 22°C
São Paulo: 24°C
Rio de Janeiro: 26°C

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo

ANEXO 14 - REPORTAGEM DO DIA 18/07/2013 DA GAZETA DO POVO

Figura 14 - Reportagem do Jornal Gazeta do Povo

GAZETA DO POVO

Vida e Cidadania

5

QUINTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2013

VIOLÊNCIA

Decretada prisão de 14 por tortura no caso Tayná

Justiça manda prender acusados de torturar os quatro rapazes que confessaram a morte da jovem. Onze são policiais

Depoimento de Agêlino Pereira, delegado da Polícia Militar, após a prisão decretada ontem.

A Justiça da Comarca de Colombo decretou ontem à tarde a prisão de 14 pessoas entre des 11 policiais suspeitos de participação na tortura dos quatro rapazes acusados de envolvimento na morte de Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, no mês passado. Até as 22 horas, seis policiais civis, um policial militar e um agente da Guarda Municipal tinham se apresentado à polícia. A Justiça determinou ainda o afastamento de outros seis policiais civis.

Opedição de prisão foi feita na última segunda-feira pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gacoe) da Corregedoria da Polícia Civil. Ao todo, eram 15 pessoas, mas um dos pedidos — referente a um policial civil — foi indeferido pela Justiça. Entre os 14 acusados, há dez policiais civis, um soldado da PM, um auxiliar de enfermagem, um guarda municipal e um preso de confiança.

O delegado Silvan Rodney Pereira, que estava à frente da delegacia do Alto Maracanã à época da suposta confissão forçada dos quatro rapazes, é um dos que tiveram a prisão decretada. Ele disse que pretende se apresentar à Justiça "o mais rápido possível". O delegado afirmou estar fora da cidade, mas garantiu que pretende se apresentar no mais tardar até amanhã.

Pereira reafirmou que não houve prática de tortura na delegacia e disse que continua convicto da culpa dos quatro acusados. "Quando os suspeitos confessaram o crime em Colombo, na coletiva de imprensa, não havia marca no corpo deles e nem qualquer outro indício de agressão. Toda essa história de tortura só surgiu depois. Eles não foram coagidos a confessar a culpa", reiterou.

6

POLICIAIS

Um policial militar e um guarda municipal dos 14 que tiveram a prisão decretada se apresentaram espontaneamente à Justiça até as 22 horas de ontem.

Depoimento de Agêlino Pereira, delegado da Polícia Militar, após a prisão decretada ontem.

"Toda essa história de tortura só surgiu depois da confissão deles, em Colombo. Eles não foram coagidos a confessar a culpa."

Silvan Rodney Pereira, delegado que iniciou a investigação do caso Tayná e que teve a prisão decretada ontem.

INVESTIGAÇÃO

Perguntas sem respostas aumentam o mistério em torno da morte

Depoimento

Vinte e três dias depois de o corpo da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, ter sido encontrado em Colombo, uma série de perguntas sobre o caso continua sem respostas e a Polícia Civil não sabe quem são os responsáveis pelas supostas torturas. Fontes ouvidas pela *Gazeta do Povo* afirmam que a possibilidade de abuso sexual contra a adolescente ainda não é descartada, assim como o envolvimento, mesmo que indireto, dos quatro suspeitos presos no início das investigações.

De acordo com o apurado até

agora, o laudo da perícia localiza — que investiga o local do crime — conflitos com exames de mídi costegistas do caso. Enquanto a perícia avaliação de cerca a possibilidade de abuso, os exames do corpo são conclusivos e não afastam a possibilidade de ato ter ocorrido enquanto a jovem ainda estava inconsciente. O laudo dom estáu genético encontrado do cabelo das urtas de Tayná, por sua vez, pode reforçar ambas as teses, já que apenas o DNA da jovem aparece, sem indícios de ter havido alguma luta com anteriores, por exemplo.

Segundo algumas autoridades envolvidas no caso, mesmo o resultado da análise do sêmen encontrado na calça que Tayná vestia poderá não ser conclusivo sobre o abuso. O resultado deve ser entregue à polícia nos próximos dias.

MISTÉRIO

19 antílopes morrem no zoo de Curitiba

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) investiga a morte de 19 animais no Zoológico de Curitiba, na última semana. Os animais mortos eram antílopes da espécie cervicapra (*Antelope cervicapra*). Na madrugada do dia 10 de julho, os dezesseis animais foram transferidos de um recinto a outro. Quando o dia amanheceu, uma equipe do zoológico encontrou todos mortos.

O Diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação de Fauna da SMMA, Alexander Blundo, explica que a causa da morte dos antílopes ainda não está clara. "Os corpos dos animais foram levados para necropsia no Hospital Veterinário da UFPR e estamos aguardando o resultado. Na próxima segunda-feira deve termos ter alguma informação mais consistente", afirma o diretor.

Três fatores, segundo Blundo, são os mais prováveis causadores do falecimento dos animais: a alimentação, a água que bebiam ou a existência de alguma doença infecciosa.

FAUNA

Acordo prevê uso e manejo compartilhado

Um acordo assinado ontem pelo governador Beto Richa e pelo presidente do Ibama, Volney Zanardi, prevê que, em um prazo máximo de três anos, os órgãos ambientais estaduais passarão a atuar em conjunto com o órgão federal de conservação de fauna e flora.

O acordo foi firmado entre o Ibama/PR, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Instituto Ambiental do Paraná. Entre as atividades incluídas na cooperação estão o licenciamento, fiscalização, controle e gestão de zoológicos, criadouros, manutenção, criadouros científicos para fins de pesquisa, criadouros comerciais, abatedouros e frigoríficos de fauna silvestre. Incluem-se, também, a emissão de autorizações para o manejo de fauna na natureza, a destinação de fauna aos centros de triagem e a reabilitação de animais silvestres.

O acordo é o primeiro passo para a criação da Rede Paranaense de Defesa e Proteção Animal, ação prevista no Plano de Governo de Beto Richa.

45

Estágio com qualidade

Ex-estagiária pelo CIEE-PR fez pesquisa em laboratório da NASA

"A lição que eu tirei é que quem corre atrás consegue. Não custa nada tentar, não temos nada a perder, o mínimo que você vai ouvir é um não, o máximo é até onde os seus sonhos e os seus esforços podem te levar". A afirmação é da estudante de Engenharia Ambiental na Universidade Federal do Paraná, Noemi Vergara Rocha, ex-estagiária por intermédio do CIEE/PR, e que saiu de Curitiba para se aperfeiçoar no exterior.

Participante do Programa Bom Aluno desde o ensino fundamental, ela sempre foi aplicada nos estudos. O interesse por pesquisas na área do curso universitário levou-a fazer intercâmbio acadêmico na North Carolina State University, pelo programa Ciência Sem Fronteira. De lá, conseguiu um estágio de três meses e meio na NASA para trabalhar no Jet Propulsion Laboratory da agência espacial norte-americana, sob a supervisão do renomado cientista Dr. Joshua Fisher.

Noemi diz que, antes de sair do Brasil não havia nada planejado sobre o estágio na NASA. Depois que chegou à Carolina do Norte, a rejeição de currículo e a troca de e-mail com o cientista viabilizaram o estágio. O projeto de pesquisa do qual participou envolveu aspectos de sensoramento remoto para estudos sobre efeitos do desmatamento na Amazônia, em relação às mudanças climáticas e do ciclo hidrológico na região.

"Esse estágio na NASA abriu a minha cabeça para o leque de oportunidades que todos temos. Precisamos apenas correr atrás das ferramentas certas e nos esforçar para chegarmos onde queremos" — enfatizou.

Para Noemi, "o estágio é uma das melhores formas de se adquirir experiência antes da formatura e no meu caso me deu mais conhecimento extra-classe do que é ensinado nas salas de aula, possibilitando-me ir mais longe".

Noemi Vergara Rocha

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ

(41) 3311-4100 | www.ciee.org.br | ciee@ciee.org.br

Coluna produzida pelo CIEE/PR - contato: adm@ciee.org.br

TIM LIBERTY+50

FALAR ILIMITADO É SEMPRE BOM. MELHOR AINDA SE FOR DE SMARTPHONE NOVO.

TIM LIBERTY+50
BLACKBERRY Z10
R\$ 241/MES
PLANEJAMENTO

E MAIS: NAVEGUE NO SEU SMARTPHONE POR R\$ 29,90/MES QUE USAR.

Você, sem fronteiras.

6

POLICIAIS

Um policial militar e um guarda municipal dos 14 que tiveram a prisão decretada se apresentaram espontaneamente à Justiça até as 22 horas de ontem.

FONTE: Imagem concedida pela Gazeta do Povo